



Histórias de Sucesso

Outubro de 2025

Este relatório reúne as histórias de sucesso que evidenciam os resultados alcançados pelo Programa IGUAL e Iniciativas Juvenis, implementado pelo CESC, com apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Moçambique.

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AEPDC	Associação para Estratégias e Programas de Desenvolvimento Comunitário
ADEFARMO	Acções para o Desenvolvimento da Família Rural Moçambicana
AGS	Associação Geração Saudável
AMJIGE	Associação Moçambicana de Jovens pela Igualdade de Género e Educação
AMPDC	Associação de Mulheres para o Desenvolvimento Comunitário
AJFS	Aliança Jovem Florestas Sustentáveis
AVS	Associação Viver Saudável
AMEC	Associação moçambicana para Educação Comunitária
BIC	Balcão de Informação do Cidadão
BAJ	Balcão de Atendimento aos Jovens
B4F	Bloco 4 Foundation
CDD	Centro para Democracia e Direitos Humanos
CeUrbe	Centro de Estudos Urbanos e da Democracia
CESC	Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil
CIP	Centro de Integridade Pública
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DPJDE	Direcção Provincial da Juventude, Desporto e Emprego de Manica
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
FAA	Fundação Apoio Amigo
FACE	Frente de Acção Comunitária e Ecológica para Saneamento Urbano
FDS	Forças de Defesa e Segurança
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FIS	Friends Involved in Solidarity
GCR	Girl Child Rights
GJP	Gabinete Parlamentar da Juventude
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IFPELAC	Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo
INEP	Instituto Nacional de Emprego
INJ	Instituto Nacional da Juventude
JOSSOAL	Associação Jovens da Soalpo
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e mais
Livaningo	Associação para Justiça Ambiental e Governação dos Recursos Naturais
MISA Moçambique	Media Institute of Southern Africa – Moçambique
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMR	Observatório do Meio Rural
ONG	Organizações Não-Governamentais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PcD	Pessoas com Deficiência
PROMURA	Promoção da Mulher e Rapariga
ROSC	Fórum das Organizações da Sociedade Civil para os Direitos da Criança

SAMCom	Associação Social, Ambiental e Cultural de Mocuba
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
Ukhavihera	Associação Juvenil de Pemba, Cabo Delgado

ÍNDICE

Sumário Executivo	4
1. Introdução e contexto.....	5
1.1. Objectivos	5
1.1.1. Objectivo geral	5
1.1.2. Objectivos específicos	6
2. Metodologia	7
PARTE1: HISTÓRIAS DE SUCESSO DO IGUAL	8
3. HISTÓRIAS DE SUCESSO POR PARCEIRO E PROVÍNCIA	8
PROVÍNCIA DE CABO DELGADO	8
3.1. ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA (AMEC)	8
3.2. PROMOÇÃO DA MULHER E RAPARIGA (PROMURA)	11
3.3. UKHAVIHERA	14
PROVÍNCIA DE TETE	19
3.4. FUNDAÇÃO APOIO AMIGO (FAA)	19
PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA.....	22
3.5. LIVANINGO	22
3.6. COMITÉ DE MONITORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (SAMCom)	25
PROVINCIA DE MANICA.....	27
3.7. Girl Child Rights (GCR)	27
PROVÍNCIA DE SOFALA.....	31
3.8. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (AMPDC)	31
PROVÍNCIA DE MAPUTO.....	35
3.9. Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)	35
3.10. CENTRO DE ESTUDOS URBANOS DE MOÇAMBIQUE (CeUrbe)	37
3.11. CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP)	39
3.12. INSTITUTO PARA A DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA (IMD).....	41
3.13. MEDIA INSTITUTE OF SOUTHERN AFRICA (MISA MOÇAMBIQUE)	43
3.14. OBSERVATÓRIO DAS MULHERES (OM):.....	45
3.15. FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA (ROSC).....	48
3.16. LAMBDA	51
PARTE 2: HISTÓRIAS DE SUCESSO DAS INICIATIVAS JUVENIS	53

4.	HISTÓRIAS DE SUCESSO POR PARCEIRO E POR REGIÃO	54
	PROVÍNCIA: CABO DELGADO.....	54
4.1.	ASSOCIAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO ECONÓMICA E DE SAÚDE DA MULHER (ACCESS MULHER).....	55
4.2.	ACÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA RURAL MOÇAMBICANA (ADEFARMO)	58
4.3.	ASSOCIAÇÃO PARA ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (AEPDC).....	61
4.4.	FRIENDS INVOLVED IN SOLIDARITY (FIS)	64
4.5.	FUNDAÇÃO HAKUNA MATATA	68
	PROVÍNCIA DE MANICA.....	73
4.6.	ALIANÇA JOVEM PARA FLORESTAS SUSTENTÁVEIS (AJFS)	73
4.7.	ASSOCIAÇÃO JOVENS DA SOALPO (JOSSEAL)	77
	PROVÍNCIA DE SOFALA.....	79
4.8.	AGRO FARM	80
4.9.	ASSOCIAÇÃO GERAÇÃO SAUDÁVEL (AGS)	83
4.10.	ASSOCIAÇÃO VIVER SAUDÁVEL (AVS)	87
4.11.	BLOCO 4 FOUNDATION (B4F)	91
4.12.	FACE.....	95
4.13.	SUMBURERO	99
	CIDADE E PROVÍNCIA DE MAPUTO.....	102
4.14.	AMJIGE	102
4.15.	CeUrbe	106
4.16.	CRIARTE.....	109
4.17.	INCLUSÃO	113
5.	CONCLUSÃO	116
6.	IMPACTO IMEDIATO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	117
7.	LIÇÕES DE TRABALHO EM REDE	118
8.	RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	118

Sumário Executivo

O presente documento apresenta os resultados e as mudanças alcançadas no âmbito do Programa IGUAL – Direitos e Democracia (2022–2025), implementado pelo CESC com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Moçambique. O documento está organizado em duas partes: A Parte 1 apresenta as histórias de sucesso das organizações da sociedade civil apoiadas pelo IGUAL no período de 2022-2024 e a Parte 2 é dedicada às histórias de sucesso das Iniciativas Juvenis (IJ), um conjunto de associações juvenis apoiadas pelo IGUAL em 2025.

Parte 1 – Histórias de Sucesso do IGUAL (2022–2025)

Esta primeira parte apresenta 16 histórias de sucesso de organizações nacionais e provinciais que, com apoio do programa IGUAL, influenciaram políticas públicas, fortaleceram instituições democráticas e expandiram o espaço cívico em Moçambique. As experiências documentadas demonstram como a integração entre a acção comunitária e a incidência institucional produziu resultados estruturais:

- Em Cabo Delgado, a AMEC, a PROMURA e a Ukhavihera criaram espaços de governação participativa e liderança juvenil, promovendo o empoderamento feminino e a coesão social.
- Em Tete, a FAA impulsionou a formação profissional e o empreendedorismo juvenil, reforçando a inclusão económica e o desenvolvimento comunitário.
- Na Zambézia, a Livaningo e a SAMCom fortaleceram a governação local e a gestão sustentável dos recursos naturais, promovendo práticas de cidadania ambiental e transparência.
- Em Manica, a GCR defendeu os direitos das raparigas e combateu uniões prematuras, articulando escolas, famílias e líderes comunitários em iniciativas de educação e proteção.
- Em Sofala, a AMPDC consolidou redes de liderança feminina e ampliou o papel das mulheres na governação local e na economia social, reforçando a igualdade e a representatividade.
- Em Maputo, o CDD, o CIP, o IMD, o MISA Moçambique, o ROSC, a Lambda, o Observatório das Mulheres e o CeUrbe lideraram acções de advocacia e reformas políticas, reforçando a liberdade de imprensa, a transparência, os direitos humanos e a inclusão de grupos vulneráveis.

Parte 2 – Histórias de Sucesso das Iniciativas Juvenis (IJ) 2025

A segunda parte reúne 17 histórias de sucesso das Iniciativas Juvenis (IJ), implementadas em 2025 sob coordenação do Programa IGUAL–CESC. Estas narrativas destacam o protagonismo da juventude moçambicana na construção de soluções inovadoras, inclusivas e economicamente sustentáveis em contextos urbanos e rurais:

- Em Cabo Delgado, organizações como ACCESS Mulher, ADEFARMO, AEPDC, FIS e Fundação Hakuna Matata promoveram empoderamento feminino, reconciliação comunitária e economia verde.
- Em Manica, a JOSSOAL e a AJFS fortaleceram a empregabilidade juvenil e o empreendedorismo sustentável.
- Em Sofala, a Agro Farm, AGS, AVS, B4 Foundation, FACE e Sumburero criaram ecopontos de comercialização de resíduos, hortas comunitárias, microempresas, estimulando a economia local e inclusão social.
- Em Maputo, a AMJIGE, o CEURBE, a CRIARTE COOP e a INCLUSÃO transformaram criatividade, igualdade de género e inovação digital em inclusão social e oportunidades económicas.

1. Introdução e contexto

O Programa IGUAL – Direitos e Democracia, implementado pelo Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) entre 2022 e 2025, com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Moçambique, surgiu da necessidade de responder a desafios persistentes de exclusão social, desigualdade de género, fragilidade institucional e restrição do espaço cívico em Moçambique.

O IGUAL actuou de forma integrada a nível local e nacional onde apoiou o fortalecimento de organizações comunitárias e a criação de conselhos consultivos, clubes juvenis, observatórios cívicos e comités de género, incentivando a participação de mulheres e jovens, a geração de rendimento e a proteção social. Ao nível nacional, transformou as evidências produzidas nas comunidades em propostas de políticas públicas, campanhas de advocacia e reformas institucionais, conectando as vozes locais aos espaços de decisão e assegurando que as prioridades comunitárias fossem incorporadas nas agendas nacionais.

Os resultados demonstram que direitos humanos, cidadania e economia estão intrinsecamente ligados: a proteção das pessoas cria confiança e participação, enquanto as oportunidades económicas fortalecem a autonomia e a voz social. O IGUAL consolidou-se como um verdadeiro ecossistema de mudança, em que dados, histórias e experiências locais alimentaram políticas públicas e reformas que, por sua vez, reforçaram a ação e a resiliência das comunidades.

Em 2025, o programa expandiu o seu alcance através das Iniciativas Juvenis (IJ), transformando a juventude no principal motor de inovação e mudança social. O CESC, através do IGUAL, apoiou 17 organizações juvenis e colectivos de jovens em diferentes províncias, com intervenções em áreas como direitos humanos, igualdade de género, economia verde, inovação digital e inclusão económica e social. Estas iniciativas traduziram em acções concretas os princípios do programa, promovendo liderança, criatividade e solidariedade entre jovens moçambicanos.

De Cabo Delgado a Maputo, as Iniciativas Juvenis demonstraram coragem e inovação: Jovens formaram sobreviventes de violência em mecânica de motorizadas, criaram ecopontos e hortas sustentáveis, promoveram reflorestamento e economia verde, e impulsionaram cooperativas criativas e digitais. O impacto do IGUAL comprova que a transformação social e democrática é mais sólida e duradoura quando liga instituições fortalecidas, juventudes activas e comunidades resilientes, gerando um ciclo virtuoso de participação cidadã, igualdade de género e desenvolvimento sustentável em Moçambique.

1.1. Objectivos

1.1.1. Objectivo geral

Evidenciar, de forma comparável e baseada em evidências, como a combinação entre acção local, incidência nacional e protagonismo juvenil apoiada pelo Programa IGUAL – Direitos e Democracia produziu mudanças tangíveis na vida das pessoas, fortaleceu instituições e normas democráticas e promoveu inovação social e económica em Moçambique, entre 2022 e 2025.

1.1.2. Objectivos específicos

- Documentar resultados verificáveis e sustentáveis alcançados por organizações parceiras e iniciativas juvenis, incluindo estruturas participativas criadas, serviços públicos melhorados, casos de direitos humanos protegidos, produtos técnicos e evidências produzidos, bem como ganhos económicos e de participação cidadã.
- Identificar sinergias e complementaridades entre acções locais, nacionais e juvenis, demonstrando como as evidências geradas no terreno foram transformadas em políticas públicas, campanhas de advocacia e reformas institucionais.
- Valorizar o protagonismo das mulheres e dos jovens como agentes de mudança, evidenciando abordagens inovadoras, soluções de inclusão social e práticas de governação participativa e transparente.
- Registar lições aprendidas e factores de sustentabilidade (institucionalização, salvaguardas, gestão organizacional, MEL e financiamento) que orientem o próximo ciclo de aprendizagem e intervenção do Programa IGUAL.
- Disponibilizar narrativas e dados sistematizados que reforcem as estratégias de advocacia, comunicação pública, aprendizagem e prestação de contas, contribuindo para a consolidação de um ecossistema de sociedade civil mais forte, inclusivo e resiliente.

2. Metodologia

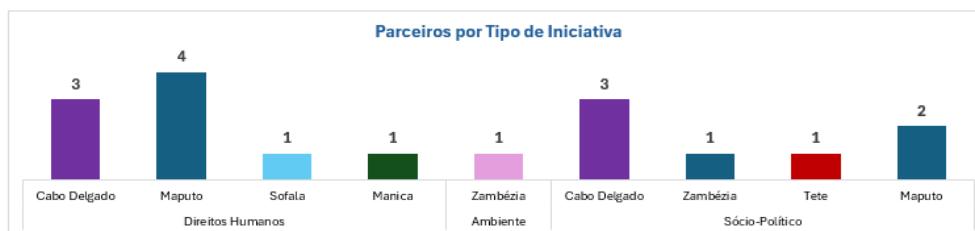
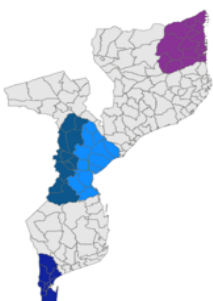
Adoptou-se uma abordagem qualitativa orientada a casos, apoiada numa grelha comum de análise que assegurou comparabilidade entre organizações e preservou a riqueza narrativa de cada experiência. Todas as histórias seguiram a mesma estrutura: introdução e contexto; mudanças significativas a nível programático, comunitário/social e institucional; resultados em evidência; sinergias e lições aprendidas.

A recolha de informação combinou fontes documentais e empíricas, incluindo planos de actividades, relatórios narrativos, quadros lógicos, entrevistas, testemunhos de beneficiárias/os, observação directa e registos de terreno (visitas, formações, eventos).

O processo seguiu princípios éticos de consentimento informado, confidencialidade e anonimato em matérias sensíveis (VBG, defensores, LGBTQIA+, liberdade de imprensa), com revisão mínima de citações apenas para clareza. A análise decorreu em duas etapas: Sistematização por níveis de mudança, identificando o contributo do IGUAL, e a leitura transversal, com triangulação de fontes para reconhecer padrões, sinergias local–nacional, assimetrias e factores de sustentabilidade.

PARTE1: HISTÓRIAS DE SUCESSO DO IGUAL

3. HISTÓRIAS DE SUCESSO POR PARCEIRO E PROVÍNCIA



Associação	Provincia	Objetivo	Área	Área
AMEC	Cabo Delgado	Governança participativa e inclusão de jovens e mulheres	Sócio-Político	Sócio-Político
Ukhavihera	Cabo Delgado	Empoderamento juvenil e institucional; clubes de Direitos Humanos	Sócio-Político / Económica	Sócio-Político
PROMURA	Cabo Delgado	Direitos de mulheres e raparigas; prevenção de uniões prematuras	Direitos Humanos / Género /	Direitos Humanos
ROSC	Cabo Delgado	Articulação de OSCs e incidência colectiva (Movimento EU+)	Espaço Cívico / Género	Sócio-Político
Lambda	Cabo Delgado	Direitos LGBTQI+, redução de discriminação e empoderamento juvenil	Direitos Humanos / Inclusão	Direitos Humanos
FAA	Tete	Fóruns de governação e plataformas distritais	Sócio-Político	Sócio-Político
Livaningo	Zambézia	Governança dos recursos naturais e direitos ambientais	Ambiente / Governação	Ambiente
SAMCom	Zambézia	Cidadania, voz e sustento (Projecto ADIRA)	Sócio-Político / Económica	Sócio-Político
GCR	Manica	Prevenção e erradicação de uniões prematuras (PEUP)	Direitos da Criança / Género	Direitos Humanos
AMPDC	Sofala	Combate à VBG e feminicídio; liderança feminina	Direitos Humanos / Género	Direitos Humanos
CDD	Maputo	Protecção de defensores de direitos humanos e canais de denúncia	Direitos Humanos / Protecção	Direitos Humanos
CIP	Maputo	Integridade pública e descentralização baseada em evidências	Políticas Públicas / Governação	Direitos Humanos
IESE	Maputo	Produção de evidência para políticas inclusivas (juventude, género, governação)	Investigação / Políticas Públicas	Sócio-Político
IMD	Maputo	Diálogo multipartidário, monitoria eleitoral e inclusão de jovens e mulheres	Democracia / Governação	Sócio-Político
MISA Moçambique	Maputo	Defesa da liberdade de imprensa e apoio jurídico a jornalistas	Direitos Humanos / Media	Direitos Humanos
Observatório das Mulheres	Maputo	Monitoria e influência de políticas públicas com enfoque de género	Género / Políticas Públicas	Direitos Humanos
CEURBE	Maputo	Juventude, arte e participação cidadã	Cultura Cívica / Direitos Humanos	Direitos Humanos

PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

3.1. ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA (AMEC)

Introdução e contexto

A Associação Moçambicana da Educação Comunitária (AMEC) nasceu como resposta à exclusão persistente de jovens e mulheres dos espaços de governação local. Montepuez, um distrito da província de Cabo Delgado profundamente marcado por deslocamentos internos e desigualdades históricas, a cidadania foi durante muitos anos privilégio de poucos. A maioria da população, sobretudo mulheres e jovens, encontrava-se afastada dos processos de decisão, reduzida ao silêncio e à marginalidade.

Não existiam mecanismos de diálogo entre comunidades e autoridades; os processos de governação eram dominados por uma elite restrita; jovens e mulheres eram sistematicamente tratados como receptores de ordens, sem espaço

para exercer cidadania activa. Paralelamente, a fragilidade económica das famílias limitava qualquer possibilidade de emancipação: A agricultura de subsistência era a principal fonte de sobrevivência, sem acesso a crédito ou a oportunidades de negócio. A ausência de confiança nas instituições alimentava um clima de descrença e passividade colectiva. Foi neste contexto desafiante que a AMEC, com o apoio do CESC, através do IGUAL, iniciou uma trajectória transformadora. A estratégia foi clara: Devolver legitimidade às comunidades e abrir canais de governação participativa.

Mudanças significativas

A nível programático, a criação dos “conselhos consultivos de povoação” e dos “comités de género” marcou um ponto de viragem. Foram capacitados mais de 250 líderes comunitários e 196 jovens e mulheres passaram a integrar, de forma efectiva, os processos de decisão. A institucionalização de cinco “conselhos consultivos de povoação” abriu espaços inéditos de diálogo com as autoridades, permitindo que as prioridades comunitárias fossem incluídas nos Planos Económicos e Sociais do Distrito (PESOD).



“Antes ninguém nos ouvia. Hoje, os conselhos consultivos criados pela AMEC são respeitados pelo Governo. As nossas preocupações têm agora um caminho legítimo. Os jovens e mulheres finalmente têm voz.”¹

Para reforçar esta dinâmica, 40 funcionários públicos foram capacitados em direitos humanos, fortalecendo a ligação entre instituições locais e comunidades.



A nível institucional interno, a AMEC atravessou um processo de fortalecimento organizacional que lhe permitiu evoluir de uma associação com recursos limitados para uma instituição com maior capacidade de planificação, monitoria e diálogo estratégico. A introdução de metodologias de acompanhamento regular, a criação de mecanismos internos de gestão e o reconhecimento oficial dos “conselhos consultivos da povoação” e “comités de género” pelo Governo distrital consolidaram a sua legitimidade.

Estas mudanças transformaram os “conselhos consultivos da povoação” e “comités de género” em instituições comunitárias permanentes, assegurando que o modelo de governação participativa não fosse apenas um exercício

¹ Maria de Lurdes Namarocolo, presidente da AMEC.

temporário, mas um legado para o futuro. O reforço institucional da AMEC deu-lhe maior capacidade de se afirmar como parceira de desenvolvimento credível junto de outras OSC, autoridades locais e doadores. As sinergias estabelecidas foram decisivas. O Governo distrital de Montepuez reconheceu a legitimidade dos Conselhos e passou a integrar as suas recomendações; organizações como a PROMURA, Ukhavihera e Livaningo reforçaram a advocacia local; as rádios comunitárias amplificaram mensagens e debates; e uma rede de activistas locais apoiou a mobilização social. Estas colaborações garantiram sustentabilidade, legitimidade e fomentaram uma nova cultura de escuta activa.

A nível financeiro, a AMEC promoveu a criação de mais de 20 pequenos negócios, envolvendo sobretudo mulheres e jovens. Para além de apoio financeiro inicial, destinado à aquisição de materiais (como capulanas, tecidos e ferramentas de costura), o CESC assegurou formações em gestão de pequenos negócios, incluindo planeamento de vendas, contabilidade simplificada, poupança e reinvestimento dos lucros. Este processo foi acompanhado por visitas de apoio técnico regulares trimestralmente, garantindo que os empreendimentos não fossem apenas actividades pontuais, mas alternativas sustentáveis de geração de rendimento.

“Com o apoio do CESC, aprendi a gerir um pequeno negócio. Comprei capulanas, revendi e hoje consigo sustentar os meus filhos. Quero expandir o negócio.”²

“A AMEC ensinou-me que uma mulher pode liderar, pode negociar com chefes de Posto e ainda sustentar o seu lar. Eu sou prova disso.”³

Estes empreendimentos representaram mais do que ganhos materiais: Abriram caminho para a afirmação da autonomia das mulheres e para a valorização do seu papel enquanto líderes e agentes de mudança nas comunidades.

Lições Aprendidas

A experiência da AMEC demonstrou que a transformação social exige tempo, escuta activa e consistência metodológica. A inclusão de jovens e mulheres deve ser intencional e acompanhada por políticas e práticas que assegurem a sua participação efectiva. A formação contínua revelou-se decisiva para gerar autonomia e consolidar mudanças de comportamento, tanto nas comunidades como nas instituições locais.

Outro aprendizado profundo foi o valor da combinação entre fortalecimento institucional e empoderamento comunitário como catalisador de dignidade social. À medida que os conselhos e comités se consolidavam, surgiu um sentimento interno de legitimidade: As comunidades perceberam que tinham conquistado o direito de influenciar políticas locais e de liderar o seu próprio destino. Essa conquista reforçou o compromisso colectivo e aumentou o sentimento de pertença e profissionalismo entre líderes comunitários e membros da AMEC.

As sinergias com o Governo distrital, OSC, rádios comunitárias e activistas locais promoveram abordagens inclusivas, adaptáveis e centradas no protagonismo dos beneficiários. Ao articular mulheres, jovens e autoridades em torno de objectivos comuns, o projecto não apenas fortaleceu a governação local, mas também criou um movimento de base capaz de desafiar desigualdades estruturais e promover direitos humanos de forma duradoura e sustentável. Em última análise, a AMEC demonstrou que transformar a realidade é possível quando se combinam conhecimento, confiança e estrutura. As mulheres mudaram porque foram empoderadas. Os jovens ganharam voz porque foram incluídos. E as comunidades responderam porque se sentiram respeitadas.

² Membro do “comité de género” de Natuco, Montepuez

³ Beneficiária e empreendedora comunitária de Natuco

3.2. PROMOÇÃO DA MULHER E RAPARIGA (PROMURA)



Introdução e contexto

A associação Promoção da Mulher e Rapariga (PROMURA) nasceu como resposta à exclusão persistente das mulheres e raparigas em várias regiões de Moçambique. Em distritos das províncias de Nampula e Cabo Delgado, a realidade era marcada por uniões prematuras, violência baseada no género e insuficiência de mecanismos inclusivos de participação de mulheres. Estas práticas, enraizadas em normas culturais rígidas, perpetuavam um ciclo de desigualdade, silêncio e submissão.

As raparigas viam a infância interrompida por uniões forçadas; eram obrigadas a abandonar a escola para se dedicarem ao lar e passavam a viver sem possibilidade de escolher os seus próprios caminhos. As famílias, muitas vezes afectadas pela pobreza extrema, viam no casamento precoce uma forma de aliviar encargos económicos ou reforçar alianças sociais. Ao mesmo tempo, as comunidades careciam de mecanismos institucionais eficazes de protecção, e falar de direitos era considerado um gesto ousado ou até perigoso.

No interior das comunidades, a voz das raparigas raramente era ouvida: Nos conselhos familiares eram subordinadas; nas escolas eram invisíveis; nas estruturas de governação não existiam. A governação local era dominada por elites masculinas e adultas, reforçando o sentimento de que a transformação cultural era inalcançável. Foi neste cenário desafiante que a PROMURA, com o apoio do CESC, através do IGUAL, iniciou um processo de mudança. Mais do que um projecto, a intervenção transformou-se numa plataforma de empoderamento comunitário, económico e social, criando oportunidades para que mulheres, raparigas e jovens pudessem não apenas sobreviver, mas também reivindicar direitos e conquistar protagonismo.

Mudanças significativas

A nível programático, a PROMURA criou clubes comunitários e escolares de defesa dos direitos humanos que se tornaram os primeiros espaços de diálogo inclusivo sobre temas como uniões prematuras, violência de género, educação e participação cidadã. Estes clubes juntaram raparigas e rapazes, quebrando barreiras tradicionais e permitindo que as discussões sobre género fossem abordadas de forma partilhada e construtiva.

Foram organizadas dezenas de sessões de sensibilização comunitária com famílias, líderes locais e religiosos. Nessas sessões, questões que antes eram vistas como tabus começaram a ser discutidas de forma aberta. A naturalização de práticas como o casamento precoce ou a violência no espaço doméstico foi desafiada por argumentos baseados em

direitos humanos, legislação nacional e exemplos de raparigas que regressaram à escola. Este processo não apenas criou consciência, mas também estabeleceu uma metodologia de trabalho comunitário que valorizava a escuta activa, o diálogo intergeracional e a construção de soluções locais.

A nível comunitário e social, histórias individuais deram rosto a esta mudança. Horácio, um jovem de Nampula, transformou a sua vida ao participar nas actividades da PROMURA. Antes indiferente ao tema, tornou-se um defensor da educação feminina, mobilizando vizinhos e colegas para combater uniões prematuras. O seu exemplo mostrou que o envolvimento dos rapazes é fundamental para romper ciclos de exclusão. Do outro lado, uma rapariga de Cabo Delgado contou a sua transformação:

“Antes pensava que o meu futuro era casar cedo e cuidar da casa. Hoje sei que tenho direito de estudar e escolher o meu caminho.”⁴

A coragem de raparigas como ela ecoou nas comunidades e abriu espaço para que outras se reconhecessem como protagonistas das suas próprias histórias. Várias raparigas regressaram à escola, famílias começaram a questionar práticas antigas, e líderes comunitários passaram a defender publicamente a importância da educação feminina como motor de desenvolvimento local. O impacto social foi também ampliado por campanhas de advocacia comunitária e pela utilização de rádios locais, que levaram as mensagens a populações mais isoladas. Em pouco tempo, práticas que antes eram vistas como “naturais” passaram a ser debatidas e questionadas abertamente.

A nível institucional, a PROMURA fortaleceu a sua estrutura interna e ganhou reconhecimento como uma organização credível e legítima junto das autoridades locais e provinciais. Passou a participar em fóruns distritais e em espaços de governação onde a voz das mulheres raramente chegava. A sua presença nestes espaços trouxe legitimidade às reivindicações comunitárias e fortaleceu a pressão para melhorar mecanismos de protecção de raparigas e mulheres.



Outro passo decisivo foi o convite recebido pela PROMURA para treinar as Forças de Defesa e Segurança (FDS) em matérias de VBG, masculinidades positivas e prevenção de uniões prematuras. No Batalhão de Macarrara, no Distrito de Ancuabe, em Cabo Delgado, participaram 30 membros das FADM (23 homens e 10 mulheres) e dois defensores de direitos humanos da PROMURA (um homem e uma mulher). Mais tarde, em 2025, a experiência foi replicada nos distritos de Mueda e Mocímboa da Praia, alcançando dezenas de militares em contexto de conflito.

Estas formações, baseadas em metodologias participativas como “A caixa dos homens” e dinâmicas de grupo, criaram um espaço inédito para reflexão crítica sobre as normas de masculinidade, poder e violência. Para muitos participantes, foi a primeira oportunidade de discutir de forma aberta e segura o impacto das masculinidades hegemónicas sobre as suas próprias vidas, famílias e comunidades.

⁴ Horácio, residente em Pemba

A colaboração reforçou a credibilidade da PROMURA como parceira técnica e abriu um canal estratégico com actores estatais tradicionalmente distantes da realidade comunitária. Ao sensibilizar militares e polícias para o seu papel enquanto aliados na protecção de raparigas e mulheres, a PROMURA contribuiu para que agentes da autoridade assumissem compromissos de mudança institucional e pessoal, aumentando a confiança das comunidades nas instituições e criando as bases para uma cultura de corresponsabilidade e prevenção.

Em paralelo, a PROMURA articulou-se com o ROSC para reforçar a divulgação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras. Essa parceria foi fundamental para levar a legislação a diferentes públicos — desde escolas e rádios comunitárias até fóruns locais de governação, garantindo que raparigas, rapazes, famílias e líderes comunitários conhecessem os seus direitos e as obrigações legais associadas. Através desta colaboração, a PROMURA não só multiplicou o alcance da sua mensagem, como também deu maior legitimidade às suas acções de advocacia, ao estar integrada numa rede nacional reconhecida pela sua capacidade de incidência.

O apoio do IGUAL foi decisivo para consolidar esta legitimidade, fornecendo recursos financeiros, capacitação técnica e oportunidades de diálogo com outros actores da sociedade civil. Esta base permitiu que a PROMURA se articulasse com outras organizações, como a AMEC e a AMPDC, construindo alianças estratégicas que reforçaram o alcance das suas campanhas e a pressão para melhorar os mecanismos de protecção das raparigas. Escolas, rádios comunitárias e líderes religiosos foram igualmente aliados importantes. Através destas parcerias, a PROMURA conseguiu multiplicar a sua presença no terreno, tornando-se um actor incontornável na defesa dos direitos das mulheres e raparigas em Nampula e Cabo Delgado.

Lições aprendidas

A experiência da PROMURA revelou que mudanças culturais profundas só acontecem com persistência e envolvimento colectivo. Não basta trabalhar apenas com raparigas; é essencial incluir rapazes, famílias e líderes comunitários, porque a transformação das normas sociais exige diálogo entre todos os actores. Outra aprendizagem foi a centralidade da educação como ferramenta de empoderamento. Cada rapariga que regressou à escola não representou apenas um número ou indicador. Representou um símbolo vivo de resistência, esperança e possibilidade de futuro diferente.

A PROMURA também aprendeu que a confiança das comunidades é construída a longo prazo. No início, havia desconfiança e resistência, mas a consistência metodológica, a escuta activa e a apresentação de resultados concretos criaram um ambiente de credibilidade e abertura. Por fim, ficou claro que a transformação só se torna sustentável quando é acompanhada por redes de solidariedade e acção colectiva. A cooperação com escolas, rádios, autoridades e outras organizações da sociedade civil demonstrou que mudanças estruturais não podem ser alcançadas isoladamente. É a soma de esforços que garante continuidade e impacto.

No conjunto, a PROMURA mostrou que quando mulheres, raparigas e jovens têm voz, toda a comunidade se transforma. A democracia local torna-se mais forte, as práticas nocivas começam a desaparecer, e a esperança torna-se parte da vida quotidiana.

3.3. UKHAVIHERA

Introdução e contexto

Esta é a história de uma organização que ousou crescer. A associação Ukhavihera começou como um colectivo de jovens da cidade de Pemba, capital da Província de Cabo Delgado, limitada em estrutura, mas rica em compromisso com os Direitos Humanos. Com o apoio do CESC, através do IGUAL, atravessou um processo de fortalecimento técnico, institucional e social, capacitando jovens como líderes comunitários e transformando-se numa entidade reconhecida por autoridades e comunidades. Hoje, é referência em cidadania juvenil, gestão autónoma e mobilização local. Esta narrativa acompanha a sua trajectória, os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e o caminho que ainda está a construir.

Ukhavihera é uma associação juvenil criada no contexto da assistência humanitária às vítimas do conflito armado em 2021. A Ukhavihera tem foco também na promoção dos direitos humanos e no empoderamento socioeconómico de jovens e adolescentes. Em 2022, a Ukhavihera foi seleccionada como parceira do CESC, no âmbito do IGUAL, para implementar o projecto: “Apoiar na melhoria dos serviços de protecção dos direitos humanos das mulheres para o empoderamento da mulher e na divulgação dos direitos humanos através da criação de espaços seguros e amigos da mulher nos distritos de Ancuabe e Pemba”. O projecto tinha como principal objectivo fortalecer a capacidade das mulheres e jovens na percepção dos direitos humanos, de modo a prevenir e denunciar casos de violação.

Para implementar este projecto, a Ukhavihera desenhou algumas actividades:

- Realização de sessões e palestras comunitárias sobre direitos humanos das mulheres com enfoque nas uniões prematuras;
- Criação de clubes da rapariga nas escolas;
- Capacitação de lideranças comunitárias sobre a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras e sobre VBG;
- Criação de actividades de geração de rendas (como corte e costura) para o empoderamento económico das mulheres.

Quando o CESC realizou a avaliação institucional da Ukhavihera, constatou-se que a associação não possuía capacidades programáticas, financeiras e nem estrutura com as exigências mínimas para fazer a gestão directa dos fundos do IGUAL. Mesmo assim, o CESC decidiu avançar com o modelo de pagamento directo aos fornecedores e prestadores de serviços. Este processo permitiu não só identificar as lacunas da Ukhavihera, mas também reconhecer potencialidades e traçar um plano de desenvolvimento institucional. Esse diagnóstico permitiu ao IGUAL compreender a realidade interna da Ukhavihera, suas limitações operacionais, mas também sua capacidade de mobilização comunitária.

Foi delineada uma estratégia de intervenção que combinava formação técnica, acompanhamento contínuo e transferência de responsabilidades progressiva. Os primeiros passos envolveram treinamento em serviço sobre gestão programática e financeira para a equipa técnica e administrativa, abordando desde o básico – como planeamento orçamental, pedidos de reembolso, preenchimento de relatórios financeiros – até temas mais avançados como conformidade financeira, desenho de projectos com foco em resultados e prestação de contas.

As mudanças significativas da Ukhavihera

A nível programático, as equipas do IGUAL e da Embaixada do Reino dos Países Baixos realizaram a primeira visita de monitoria aos “clubes da rapariga” na Escola Primária e Secundária Marcelino dos Santos, na cidade de Pemba, em Setembro de 2022. Para adaptar o projecto ao contexto cultural local (dogmas religiosos) que colocam

as raparigas em posições sociais subalternas (incluindo uniões prematuras) e limitam também a participação da rapariga na esfera familiar e pública, a equipa aconselhou a transformação de “clubes de raparigas”, que até então eram compostos apenas por meninas dos 10 aos 18 anos, em “clubes de direitos humanos”, com a inclusão de rapazes, como agentes de mudança.

Esta abordagem permitiu que meninos e meninas convivessem e discutissem juntos sobre os seus direitos. Clubes assim constituídos passaram também actuar como intermediários entre a escola e a comunidade. Esses clubes não eram espaços formais ou meramente informativos: Foram concebidos como espaços de escuta, debate, descoberta e construção de consciência crítica. Neles, os jovens aprenderam sobre os seus direitos e deveres, discutiram temas sensíveis como violência baseada no género, casamento forçado, exclusão escolar, e passaram a actuar como multiplicadores de conhecimento nas suas comunidades.

A equipa do IGUAL e da Ukhavihera realizaram sessões de cocriação da nova abordagem e surgiu o projecto “Promoção e defesa do conhecimento dos direitos humanos na escola e camada juvenil”, abrangendo inicialmente a cidade de Pemba e o distrito de Chiúre. Esta mudança implicou uma abordagem dos direitos humanos das mulheres, das uniões prematuras e o destaque para os meninos como agentes de mudança, no sentido de que eles passaram a ser os portadores de mensagens sobre direito à educação para as raparigas e contra uniões prematuras.



“No início, muitos rapazes riam-se dos encontros. Diziam que aquilo era coisa de meninas. Mas, com o tempo, viram que os temas também diziam respeito a eles. Hoje temos rapazes a liderar campanhas contra a violência doméstica. Isso, para mim, é revolução.”⁵

Rapazes e raparigas nas escolas de Pemba e Chiúre passaram a denunciar com mais frequência não só o assédio sexual, mas também o comportamento abusivo dos professores nas salas de aulas.

“Antes de fazer parte do clube, pensávamos que aquele comportamento era normal. Mas aprendemos que assédio é crime e é violar os direitos das alunas.”⁶

Essa decisão reflectiu a compreensão de que não é possível transformar normas de género sem envolver aqueles que tradicionalmente se beneficiam delas. A inclusão de rapazes ampliou o alcance do projecto e também desafiou os próprios jovens a repensarem sobre o seu papel na sociedade.

O sucesso dos “clubes de direitos humanos” em Pemba e Chiúre resultou na expansão a convite das autoridades de educação locais de Montepuez para a Escola Secundária 15 de Outubro e Escola Secundária Comunitária Dom

⁵ Facilitadora comunitária do “clube de direitos humanos” de Montepuez

⁶ Rosalina, estudante da Escola Secundária de Ocua, Chiúre

Bosco, com 30 alunos cada (15 rapazes e 15 raparigas). Os clubes também foram expandidos para os bairros suburbanos de Pemba para abranger jovens fora do sistema escolar.

Nestes clubes os jovens aprenderam sobre masculinidades positivas, prevenção e combate à VBG, e cidadania. A instalação destes clubes modificou não só a atitude, mas também o comportamento das lideranças escolares e dos professores. O caso mais significativo é do professor Chadul Janfar, da Escola Comunitária Dom Bosco de Montepuez:

“Era o professor mais proactivo entre todos os que participavam dos clubes. Apoiava o Ukhavihera a dinamizar as sessões e percebeu a importância do clube para a mudança de comportamento dos estudantes.”⁷

Mas também nos “clubes de direitos humanos” fora da escola:

“Tive uma discussão séria com o meu cunhado para impedir que a minha sobrinha fosse entregue em casamento a um homem mais velho. A minha família ficou contra mim, mas eu não desisti. Expliquei que aquilo era errado e ilegal. No fim, consegui convencê-los e o casamento não aconteceu.”⁸

“Aprendi que estudar é o caminho para garantir o meu futuro. Agora sei que tenho esse direito, e vou continuar a estudar.”⁹

“Resgatámos a minha sobrinha com apoio do chefe do bairro. Hoje ela está na 9ª classe. Antes eu resolvia tudo com raiva, com violência. Agora aprendi a buscar diálogo. Direitos humanos mudaram a minha vida.”¹⁰

A nível financeiro, destacam-se dois marcos significativos alcançados pela associação Ukhavihera como resultado directo das acções de formação e do acompanhamento técnico proporcionado pelo CESC no âmbito do IGUAL:

- Autonomia nos processos de gestão administrativa/financeira e de prestação de contas - A Ukhavihera consolidou a sua capacidade interna para gerir de forma autónoma os seus próprios processos administrativos e financeiros, incluindo a elaboração de planos de despesa, controlo orçamental, organização da documentação e prestação de contas em conformidade com os padrões exigidos pelos parceiros e financiadores. Esta evolução representa uma mudança estrutural relevante na forma como a organização opera, promovendo maior responsabilização, transparência e sustentabilidade institucional.
- Interação directa com o sistema financeiro (bancos) e com os provedores de bens e serviços - A associação passou a realizar, de forma independente, todas as interações com instituições bancárias, incluindo a abertura e gestão de contas, transferências electrónicas e solicitação de extractos. Paralelamente, estabeleceu relações directas e regulares com fornecedores locais de bens e serviços, assegurando a conformidade com os procedimentos internos e uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

⁷ Chadul Janfar, professor da Escola Secundária Dom Bosco de Montepuez

⁸ Amade Benjamim, ponto focal do “clube de direitos humanos” de Chiúre

⁹ João Ernesto, participante do “clube de direitos humanos” de Pemba

¹⁰ Watia Salvador, jovem defensor de direitos humanos de Ocua, Chiúre

A Ukhavihera era, inicialmente, dependente de pagamentos directos efectuados pelo CESC. A elaboração dos relatórios financeiros mensais era da responsabilidade da equipa de subvenções do IGUAL. Esta limitação não se resumia a um desafio técnico-financeiro, mas impedia a organização de ser reconhecida como um actor confiável e estratégico para a gestão de fundos provenientes de múltiplos financiadores. Para permitir a Ukhavihera de responder a este desiderato, no início de 2024, a equipa do IGUAL conduziu uma formação em boas práticas de gestão financeira e contratos com o objectivo de preparar a Ukhavihera para operar no modelo de subvenção com adiantamento de fundos.

O processo de capacitação e de mentorias do CESC/IGUAL resultou numa reestruturação profunda da organização, que passou a gerir os recursos com maior autonomia, menos dificuldades e um nível elevado de transparência na gestão de fundos. A equipa aprendeu a negociar com fornecedores, justificar tecnicamente as suas acções, apresentar evidências sólidas e manter uma comunicação eficaz com os parceiros financeiros. Essa mudança foi vivida e reconhecida internamente, como explica a tesoureira da associação:

“Antes não sabíamos como fazer um orçamento ou justificar os gastos correctamente. Hoje consigo acompanhar cada metical que entra e sai da associação. Sinto-me mais confiante e valorizada no meu papel.”¹¹

Esse sentimento foi partilhado também pelos membros dos clubes juvenis envolvidos nas acções de formação:

“A formação ajudou-nos a perceber a importância de termos tudo em ordem — desde os contratos até às obrigações fiscais. Agora temos controlo, transparência e somos mais respeitados pelos nossos parceiros.”¹²

A mudança também foi validada pela equipa técnica do programa:

“A mudança da Ukhavihera foi notável. De uma associação com gestão dependente, tornou-se um parceiro confiável, com práticas sólidas e capacidade para liderar processos de forma independente.”¹³

O momento em que a Ukhavihera recebeu o seu primeiro pagamento por adiantamento de fundos representou mais do que um ganho operacional. Foi o reconhecimento simbólico e prático de que a organização estava pronta para caminhar com os seus próprios pés — com maturidade, responsabilidade e capacidade de impactar, de forma independente, ainda mais comunidades.

“É inspirador ver que a Ukhavihera agora gere os seus próprios fundos. Mostra que quando uma organização local se fortalece, todos nós ganhamos. Hoje sinto que a nossa voz tem mais força.”¹⁴

Lições aprendidas

A trajectória da Ukhavihera deixou um legado de aprendizagens que podem inspirar outras organizações locais e parceiros de desenvolvimento. Esses aprendizados não surgiram apenas do que funcionou bem, mas também das dificuldades enfrentadas, dos erros corrigidos e da escuta activa com as comunidades.

Uma das lições mais evidentes é a importância da capacitação acompanhada de prática real. A Ukhavihera não apenas participou em formações teóricas — aplicou imediatamente o que aprendeu, com suporte contínuo, o que

¹¹ Tima Nacifo, tesoureira da Ukhavihera

¹² João Ernesto, participante do “clube de rapazes” de Pemba

¹³ Telma Adriano, membro da equipa do IGUAL/CESC

¹⁴ Lúcia Nhachungue, jovem beneficiária da comunidade de Ocua, Chiúre

consolidou o conhecimento e gerou autonomia. A curva de aprendizagem da equipa administrativa e financeira foi significativa porque existia um espaço seguro para testar, errar, corrigir e melhorar.

Outra lição foi a necessidade de manter uma relação de confiança e diálogo com os jovens, entendendo as suas realidades e adaptando as metodologias às suas linguagens, contextos e ritmos. Em várias ocasiões, os facilitadores precisaram reconfigurar sessões, usar exemplos mais próximos da vivência local, incluir jogos ou dramatizações, para garantir que os conteúdos não fossem apenas compreendidos, mas interiorizados.

A partir do exemplo da Ukhavihera aprendemos que nem todas as parcerias institucionais são imediatas. Em alguns casos, a resistência de pontos focais escolares ou lideranças locais foi um obstáculo real. Mas ao invés de forçar, a organização escolheu o caminho do diálogo, da construção de confiança e, em última instância, da adaptação criativa. Foi assim que alguns clubes de direitos humanos migraram das escolas para os bairros, ganhando ainda mais apoio comunitário.

Outro aprendizado profundo foi o valor da autonomia financeira como catalisador de dignidade institucional. Quando a Ukhavihera passou a receber adiantamentos de fundos, a forma como a organização se via também mudou. Houve um senso interno de que agora “eram confiáveis”, “eram responsáveis” e, sobretudo, tinham conquistado o direito de liderar o seu próprio destino. Isso fortaleceu o compromisso da equipa e aumentou o sentimento de pertença e profissionalismo entre os colaboradores.

A inclusão estratégica de todos os actores sociais – especialmente homens e meninos nos clubes – promoveu abordagens inclusivas, adaptáveis e centradas no protagonismo dos beneficiários. Ao envolver meninos e meninas, instituições e comunidades, o projecto não apenas empoderou jovens, mas também criou um movimento de base capaz de desafiar normas sociais prejudiciais e promover direitos humanos de forma duradoura e sustentável.

Por fim, a Ukhavihera aprendeu que transformar a realidade é possível quando se combina conhecimento, confiança e estrutura. Os jovens mudaram porque foram empoderados. As comunidades responderam porque foram respeitadas.

PROVÍNCIA DE TETE

3.4. FUNDAÇÃO APOIO AMIGO (FAA)

Introdução e contexto

Durante décadas, as comunidades de Angónia, Mutarara e cidade de Tete permaneceram afastadas dos espaços de decisão política. O silêncio era a regra, imposto pela exclusão, pela falta de acesso à informação, pela ausência de canais de participação e pelo peso de estruturas sociais que marginalizavam sistematicamente mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis. A governação era um espaço distante, reservado a elites locais e políticas. Para a maioria da população, cidadania era apenas uma palavra vaga, e direitos eram promessas que nunca chegavam a concretizar-se. Esse afastamento não era apenas simbólico, mas prático: As comunidades raramente eram consultadas sobre decisões que afectavam directamente as suas vidas, desde a gestão de recursos até o funcionamento dos serviços públicos. As mulheres, em particular, eram empurradas para papéis secundários, com pouca ou nenhuma possibilidade de intervir em debates locais. Jovens enfrentavam barreiras semelhantes, vistos como inexperientes e desprovidos de legitimidade para participar em espaços formais.

Entre 2022 e 2024, esse cenário começou a mudar. O projecto “Juventude, Arte e Governação Inclusiva”, implementado pela Fundação Apoio Amigo (FAA), com o apoio do CESC, através do IGUAL, transformou a realidade de milhares de cidadãos. O IGUAL não trouxe apenas financiamento, mas sobretudo acompanhamento técnico, metodologias participativas e legitimidade institucional, permitindo que a FAA rompesse com práticas enraizadas de exclusão e criasse mecanismos concretos de participação comunitária. O que antes parecia impossível – cidadãos das margens a dialogar de igual para igual com administradores distritais – tornou-se realidade. Vozes jovens, femininas e comunitárias passaram a ocupar o centro da governação, exigindo respeito, transparência e mudanças concretas.

Mudanças significativas

A nível programático, a FAA organizou 19 fóruns de governação em diferentes localidades de Tete. Estes espaços aproximaram cidadãos e autoridades, permitindo debates abertos sobre políticas públicas e decisões distritais. A mobilização foi impressionante: Mais de 13.000 pessoas participaram, das quais 7.428 eram mulheres, que pela primeira vez sentiram que tinham espaço legítimo para levantar a voz e questionar autoridades. A FAA também criou o “balcão de informação do cidadão”, que atendeu 2.387 jovens, fornecendo informações sobre cidadania, direitos e serviços públicos. O “balcão de informação do cidadão” tornou-se uma ferramenta prática e de confiança, garantindo que os jovens soubessem não apenas quais eram os seus direitos, mas também como exercê-los.



A nível comunitário e social, a FAA foi além da criação de espaços de debate. Interveio directamente em casos de exploração ilegal de madeira, violência sexual e negligência nos serviços públicos. Essa actuação prática mostrou às comunidades que a sociedade civil podia não apenas denunciar, mas também propor soluções e acompanhar a sua implementação. Um dos marcos mais relevantes foi a capacitação de 16 jovens mulheres para monitorar a violência contra mulheres durante as eleições. Estas jovens tornaram-se agentes de mudança, quebrando barreiras culturais e fortalecendo a liderança feminina em contextos dominados por homens.

“Antes não sabíamos onde nem como exigir os nossos direitos. Hoje debatemos com os administradores, questionamos os planos distritais e levamos as vozes das comunidades para as assembleias.”¹⁵

A nível institucional, um dos momentos mais significativos foi a legalização da Plataforma Distrital da Sociedade Civil de Angónia, que conquistou reconhecimento formal junto da administração local. Esta conquista representou uma mudança histórica: A plataforma não só passou a participar nas sessões do Governo distrital, como também é hoje consultada em processos de tomada de decisão. As vozes que antes eram ignoradas nas margens passaram a influenciar directamente o centro da governação.

O sucesso da FAA ficou evidente com a criação do “balcão de informação do cidadão”, um espaço inovador que democratizou o acesso ao conhecimento. O “balcão de informação do cidadão” não se limitou a disponibilizar dados académicos: Tornou-se também uma porta de entrada para informações práticas sobre serviços públicos, direitos humanos, democracia e cidadania. Equipado com biblioteca física, sala de formação, internet e computadores, o balcão aproximou jovens e estudantes de literatura académica actualizada, facilitou pesquisas e criou ligações com universidades e centros de conhecimento em todo o país e no estrangeiro.

Além disso, o “balcão de informação do cidadão” passou a funcionar como sistema de denúncias de violações de direitos, incluindo uniões prematuras, assédio sexual e trabalho infantil, recebidas via SMS, *WhatsApp* ou chamadas de retorno, reforçando a protecção comunitária. Para muitos jovens de Tete, representou a primeira oportunidade de acesso a informação não apenas académica, mas também sobre serviços básicos e oportunidades de formação profissional.

Este impacto foi amplificado por parcerias estratégicas com o Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC), a Direcção Provincial da Juventude, Emprego e Desporto e a Associação dos Estudantes Finalistas Universitários de Moçambique (AEFUM), que mobilizaram estudantes e fortaleceram o envolvimento das OSC. O “balcão de informação do cidadão” acolheu encontros da Plataforma da Sociedade Civil de Tete (PLASOTE), do Movimento Activista Moçambique (MAM) e de várias plataformas distritais, beneficiando directamente mais de 2.300 pessoas (1.298 homens e 1.089 mulheres), maioritariamente jovens e membros da sociedade civil.

Lições aprendidas

A experiência da FAA deixou claro que a presença contínua da sociedade civil nos espaços formais é essencial para a governação participativa. Fóruns de governação, plataformas legalizadas e balcões de informação são mais do que projectos: São estruturas permanentes que transformam a relação entre cidadãos e Estado. Outra aprendizagem importante foi a percepção de que a burocracia e a resistência institucional permanecem como grandes desafios.

¹⁵ Anúncio Leonardo Inácio, Secretário da Plataforma Distrital da Sociedade Civil de Angónia

Legalizar plataformas de participação exige tempo, paciência e suporte técnico-jurídico consistente. Sem acompanhamento, as iniciativas correm o risco de ficar pelo caminho.

As lições aprendidas com o “balcão de informação do cidadão” demonstram que o acesso à informação é um factor transformador, pois quando jovens e cidadãos têm contacto com conhecimento actualizado, seja académico, técnico ou sobre serviços públicos, tornam-se actores mais participativos e conscientes, reduzindo desigualdades no acesso ao conhecimento. A experiência mostrou também que a existência de espaços físicos inclusivos e equipados, como bibliotecas, salas de formação e acesso à internet, gera confiança comunitária e atrai diferentes perfis de utilizadores, desde estudantes a líderes locais. A utilização de ferramentas digitais simples, como SMS, *WhatsApp* e chamadas de retorno, ampliou o alcance do balcão e criou mecanismos eficazes de denúncia e protecção de direitos, permitindo incluir grupos com menos mobilidade.

O envolvimento de parceiros estratégicos, como o IFPELAC, a AEFUM e as plataformas distritais, multiplicou o impacto e reforçou a legitimidade do “balcão de informação do cidadão” junto das autoridades e da sociedade civil. Outro elemento central foi a necessidade de cultivar uma cultura de utilização do balcão. Inicialmente houve resistência por parte de alguns jovens e cidadãos que viam o espaço como apenas mais um projecto, mas sessões de sensibilização, demonstrações práticas e resultados tangíveis, como o acesso à internet, a pesquisa académica e a resolução de casos de denúncia, foram fundamentais para gerar apropriação e adesão. Por fim, a experiência provou que a informação não é apenas educativa, mas também protectora, funcionando como ferramenta directa contra práticas nocivas como uniões prematuras, assédio e violência baseada no género.

Mais do que uma vitória organizacional, a experiência da FAA mostrou que a democracia só é inclusiva quando as margens se tornam centro. O apoio do IGUAL foi determinante para este percurso: Trouxe legitimidade às plataformas, metodologias às formações e confiança às comunidades. Ao transformar exclusão em participação, a FAA provou que a sociedade civil tem o poder de reescrever as regras da governação local em Tete.

PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

3.5. LIVANINGO



Introdução e contexto

Moçambique é um país dotado de vastas riquezas naturais, desde florestas densas a jazidas minerais de elevado valor económico. No entanto, esta abundância nem sempre se traduziu em benefícios para as populações locais. Em muitas regiões, a exploração florestal e mineira trouxe mais problemas do que soluções: Degradação ambiental, conflitos fundiários, redução da segurança alimentar e marginalização das comunidades.

Durante anos, a governação dos recursos naturais foi marcada pela opacidade. Os contratos de concessão eram assinados sem consulta transparente às comunidades, a exploração beneficiava interesses privados, e os cidadãos, sobretudo jovens e mulheres, eram excluídos dos processos de decisão. A relação entre Estado, empresas e comunidades assentava frequentemente em relações de força e não de diálogo, perpetuando a desigualdade e o sentimento de injustiça. As consequências eram visíveis: Jovens reduzidos a mão-de-obra barata e descartável, mulheres privadas de terras agrícolas e rendimentos, famílias sem alternativas económicas sustentáveis, e uma cidadania ambiental praticamente inexistente. Denunciar práticas abusivas era arriscado; o medo de represálias, aliado à falta de literacia política e de mecanismos de protecção, deixava as comunidades isoladas e desprotegidas.

Foi neste cenário que a associação Livaningo, com o apoio do CESC, através do IGUAL, iniciou um processo transformador. Entre 2022 e 2024, a organização apostou em acções inovadoras que devolveram às comunidades o direito de participar activamente na gestão dos seus recursos naturais. Mais do que denunciar, a Livaningo mostrou que era possível organizar, capacitar e mobilizar cidadãos para que a governação dos recursos naturais fosse mais transparente, inclusiva e justa.

Mudanças significativas

A nível programático, a Livaningo desenhou um programa de formação em direitos ambientais e governação dos recursos naturais. Jovens e líderes comunitários receberam capacitação para compreender contratos de exploração, interpretar leis e fiscalizar práticas. Estas formações criaram competências inéditas, permitindo às comunidades acompanhar os processos de exploração e exigir maior transparência. Foram criados comités comunitários de monitoria, que passaram a vigiar actividades de exploração florestal e mineira, reportando irregularidades às autoridades competentes. Estes comités não só documentaram casos de exploração ilegal, como também se tornaram

símbolos de resistência e cidadania activa, mostrando que comunidades rurais podem ser guardiãs dos seus próprios territórios.

As campanhas de sensibilização, realizadas através de rádios comunitárias e encontros públicos, atingiram milhares de pessoas. Estas acções mudaram percepções sociais e reforçaram a consciência colectiva de que os recursos naturais não pertencem a poucos, mas são um bem comum que deve gerar benefícios partilhados.

A nível comunitário e social, a juventude, tradicionalmente relegada a funções marginais, ganhou protagonismo. Jovens foram capacitados para usar tecnologias digitais no registo e denúncia de práticas abusivas, incluindo o corte ilegal de madeira. Raparigas assumiram liderança em campanhas ambientais, desafiando não só práticas nocivas ao ambiente, mas também normas sociais que as afastavam da esfera pública.

O impacto desta mobilização comunitária traduziu-se em acções concretas. Em alguns distritos, comunidades conseguiram negociar benefícios mais justos com empresas de exploração e pressionaram governos locais a rever contratos de concessão. Jovens activistas formados pela Livaningo tornaram-se referências locais, multiplicando conhecimento e inspirando outros a participar.



Julieta Gimo

Julieta Gimo, 46 anos de idade, é membro do Comité de Gestão de Recursos Naturais de Lota há 6 meses, onde através do programa IGUAL, implementado pela Livaningo, na região do Vale Zambeze, teve capacitações sobre a gestão sustentável dos recursos naturais, como por exemplo, a constituição e gestão dos comités, equidade de género, mecanismos e benefícios de canalização dos 20% provenientes da exploração florestal, fiscalização comunitária, etc.

Julieta conta que os treinamentos ajudaram-na a ter mais conhecimentos sobre a sensibilização ambiental e mais comunicativa com as pessoas. Hoje ela tem o prazer de interagir com os membros das comunidades locais sobre a necessidade da preservação das florestas e redução das queimadas descontroladas. Mas nem sempre foi assim.

“As sensibilizações que temos feito nas comunidades sobre o meio ambiente, melhoraram a minha forma de comunicação com as pessoas. Deixei de ter medo de me expressar, porque já consigo fazer palestras e transmitir conhecimentos sobre os benefícios de 20% para as comunidades”, disse Julieta que acredita que está mais comunicativa e mais interativa com os membros das comunidades de Lota, distrito de Mopela, província da Zâmbia, graças aos treinamentos ministrados pela Livaningo no âmbito do programa IGUAL.

As capacitações do programa IGUAL melhoraram as minhas habilidades de comunicação com as comunidades”



Parceiros:



HISTÓRIA DE SUCESSO

Chica Nunes tem 26 anos de idade, é mãe e fiscal comunitária na comunidade de Cumbalanga, localidade de Rovuma, distrito de Mopela, província da Zâmbia. Numa sociedade marcadamente machista, ela sente-se orgulhosa em fazer parte de pessoas que ajudam a reduzir a depredação florestal e contribuir na sensibilização das comunidades, no uso racional dos recursos naturais. Mas nem sempre foi assim.

Chica conta que há menos de 2 anos, tal como a maioria das mulheres da sua comunidade, dedicava-se apenas a machamba e deveres domésticos, não lhe passava pela cabeça fiscalizar florestas comunitárias. “Tudo mudou com a chegada da Livaningo que revitalizou o Comité de Gestão de Recursos Naturais de Cumbalanga, onde fomos capacitadas sobre a gestão sustentável de recursos naturais, equidade de género, etc. Como membro do grupo passei a ser fiscal florestal”, conta Chica que se orgulha de participar em campanhas de sensibilização para evitar queimadas descontroladas e o abate indiscriminado de árvores na sua comunidade.

“Não imaginava que isto podia acontecer. Parece um sonho ver mulheres a fazerem parte da fiscalização, coisa que só os homens faziam. Mas a Livaningo capacitou e fez entender os nossos maridos que as mulheres também podem preservar as nossas florestas. Hoje faço parte dos fiscais comunitários e aprendi a fazer palestra nas comunidades sobre a importância da preservação do meio ambiente”.

A nível institucional, a intervenção da Livaningo trouxe também transformações na esfera institucional. A organização conquistou reconhecimento junto de Governos locais e nacionais como interlocutora legítima em matéria de governação dos recursos naturais. Passou a ser convidada a participar em debates nacionais sobre políticas ambientais, onde apresentou dados recolhidos directamente nas comunidades.

A articulação com outras organizações da sociedade civil consolidou uma rede nacional de defesa dos recursos naturais, aumentando a capacidade de pressão sobre as autoridades e reduzindo a margem para captura das decisões por interesses privados. A colaboração com rádios comunitárias deu maior visibilidade às denúncias, e o diálogo com governos distritais abriu espaço para que preocupações comunitárias fossem incorporadas nos processos de decisão. O resultado foi a criação de um ecossistema de acção colectiva: Comunidades informadas, jovens e mulheres empoderados, autoridades locais mais abertas ao diálogo e organizações da sociedade civil unidas em torno da justiça ambiental.

Lições aprendidas

A experiência da Livaningo demonstrou que a defesa dos recursos naturais é inseparável da defesa dos direitos humanos. Quando comunidades têm acesso à informação, ganham confiança para questionar práticas abusivas e

exigir uma distribuição justa dos benefícios da exploração de recursos naturais. Informação mostrou ser poder e o acesso a ela transformou comunidades antes silenciosas em actores de mudança.

Outra lição central foi o papel da juventude. O envolvimento dos jovens não pode ser marginal, pois foram eles que, com o uso de tecnologias digitais simples — como telemóveis, *tablets*, fotografias, vídeos e grupos de *WhatsApp*, garantiram a monitoria e a denúncia em tempo real de práticas abusivas, como o corte ilegal de madeira. Essa capacidade de recolher e partilhar evidências fortaleceu a incidência comunitária, deu visibilidade mediática às denúncias e aumentou a pressão sobre as autoridades para agir. Assim, ao capacitá-los como activistas ambientais digitais, a Livaningo abriu espaço para um protagonismo geracional capaz de sustentar mudanças a longo prazo.

Embora os resultados comunitários tenham sido bastante visíveis, é igualmente importante sublinhar as transformações geradas nas políticas e instituições do Estado. A implementação deste projecto não se limitou a mobilizar comunidades: Ao sistematizar denúncias, produzir posicionamentos públicos e dar visibilidade mediática às vozes juvenis e femininas, criou-se pressão directa sobre os Governos distritais e provinciais. Isso traduziu-se em respostas concretas, como maior fiscalização das concessões florestais, reforço dos mecanismos de prestação de contas e abertura de canais de diálogo institucional.

As autoridades locais, que anteriormente tratavam a participação cidadã como marginal, passaram a reconhecer activistas e organizações como interlocutores legítimos. Assim, para além da transformação comunitária, o projecto contribuiu para mudar práticas estatais e influenciar políticas públicas, consolidando a ligação entre justiça ambiental, direitos humanos e governação democrática. A presença feminina revelou-se não apenas inclusiva, mas transformadora.

Finalmente, a Livaningo compreendeu que mudanças estruturais só são sustentáveis quando assentam em acção colectiva. Nenhum actor, isoladamente, consegue enfrentar interesses poderosos ligados à exploração dos recursos naturais. Foi a combinação entre comunidades, jovens, mulheres, rádios, OSC e diálogo institucional que deu consistência à transformação. No conjunto, a experiência provou que quando comunidades participam activamente na governação dos recursos, não só o ambiente é protegido, mas também a democracia é fortalecida e a justiça social se torna uma realidade possível.

3.6. COMITÉ DE MONITORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (SAMCom)



Introdução e contexto

A cidade de Mocuba, na província da Zambézia, é conhecida pela sua diversidade cultural e pela resiliência das suas comunidades, mas também pelos profundos desafios sociais e económicos que marcam a vida quotidiana. Durante anos, mulheres e jovens viveram afastados dos processos de decisão política, reduzidos a espectadores de uma governação distante e pouco inclusiva. Exigir direitos era muitas vezes considerado um acto de rebeldia, e a cidadania parecia ser um privilégio reservado a elites locais. No plano económico, a vulnerabilidade condicionava a vida de famílias inteiras. Sem rendimentos estáveis, muitas mulheres e mães adolescentes eram forçadas a depender de terceiros para sobreviver, enquanto jovens se viam presos num ciclo de desemprego e exclusão. A pobreza e a falta de perspectivas reforçavam a exclusão política, perpetuando uma lógica de silêncio e resignação.

Foi neste contexto que a associação Comité de Monitoria de Responsabilidade Social (SAMCom), uma organização de base comunitária enraizada em Mocuba, iniciou um processo transformador. Com apoio do CESC, através do IGUAL, implementou o projecto ADIRA, cujo objectivo era articular cidadania e economia. O IGUAL não forneceu apenas financiamento, mas também acompanhamento técnico, metodologias participativas e legitimidade institucional, permitindo que a SAMCom criasse canais inéditos de diálogo e de geração de rendimentos. A mensagem era clara: Não existe democracia inclusiva sem sustento, nem desenvolvimento económico sem participação cidadã.

Mudanças significativas

A nível programático, a SAMCom criou “observatórios autárquicos” em Mocuba, os primeiros mecanismos locais de monitoria da governação. Nestes espaços, cidadãos passaram a acompanhar políticas, questionar decisões e propor soluções. Pela primeira vez, comunidades antes silenciadas sentaram-se frente a frente com autoridades locais em audiências públicas para debater prioridades de desenvolvimento. Entre 2022 e 2024, foram realizadas 117 sessões de engajamento comunitário, consolidando uma nova cultura de participação. Os debates abrangeram temas como transparência orçamental, qualidade dos serviços públicos e direitos das mulheres, quebrando tabus e fortalecendo a confiança entre Governo e governados.

A nível comunitário e social, a mudança tornou-se visível no quotidiano das comunidades. Grupos tradicionalmente marginalizados começaram a levantar a voz. Mulheres, antes excluídas dos espaços públicos, passaram a exigir escolas seguras, melhores cuidados de saúde e mais oportunidades económicas. Jovens, que antes viam a política como um espaço vedado, começaram a intervir com coragem em debates locais.

“Falar dos nossos direitos era problema sério. Hoje sabemos dialogar com autoridades e não temos vergonha nem medo de exigir os nossos direitos.”¹⁶

As campanhas de advocacia e sensibilização apoiadas pelo IGUAL mobilizaram centenas de cidadãos em torno de causas como o combate à violência baseada no género, a transparência na gestão de recursos públicos e o direito à educação. Através das rádios comunitárias, a mensagem chegou até zonas rurais isoladas, garantindo que a transformação não se limitasse ao centro urbano.



A nível institucional e económico, a SAMCom demonstrou que a cidadania activa pode influenciar directamente a gestão municipal. Com apoio do IGUAL, foram criados três observatórios temáticos — da juventude, das mulheres e das pessoas com deficiência — que passaram a ser reconhecidos pelas autoridades locais como mecanismos legítimos de monitoria e participação.

O “observatório da juventude” destacou-se ao intervir no processo de planeamento urbano: Após vários encontros e audiências públicas, os jovens conseguiram que a edilidade priorizasse a pavimentação de uma rua essencial para o acesso às escolas e mercados, revertendo uma decisão inicial que favorecia interesses mais restritos. Esta vitória demonstrou que a pressão organizada da juventude podia reorientar políticas públicas em benefício da maioria.

O “observatório das mulheres”, em parceria com a CEURBE, desempenhou um papel crucial na monitoria da violência contra a mulher durante as eleições municipais de 2023. O processo permitiu identificar padrões de intimidação, assédio e exclusão política, trazendo à luz conclusões significativas que foram sistematizadas e apresentadas às autoridades eleitorais e à sociedade civil. Essa experiência reforçou a importância de integrar uma perspectiva de género na observação eleitoral e criou precedentes para novas práticas de protecção e participação feminina.

O “observatório das pessoas com deficiência” trouxe para o debate municipal questões de acessibilidade e inclusão social que antes não constavam na agenda política. Através da sua acção, foram levantadas preocupações sobre infra-estruturas públicas inacessíveis e a ausência de medidas de inclusão, pressionando as autoridades a considerar adaptações e medidas concretas de integração. O êxito da SAMCom foi reforçado pelas alianças estabelecidas com autoridades locais, rádios comunitárias e outras OSC, criando um ecossistema de confiança que consolidou uma governação mais aberta e participativa em Mocuba.

Estas experiências mostram que a verdadeira transformação não esteve apenas na mobilização comunitária, mas sobretudo na forma como os observatórios influenciaram decisões políticas concretas e introduziram novos padrões de transparência, inclusão e responsabilização na gestão autárquica.

Lições aprendidas

A experiência da SAMCom mostrou que a cidadania só se consolida quando existem canais institucionais que a reconheçam. A criação dos observatórios da juventude, das mulheres e das pessoas com deficiência revelou-se uma inovação transformadora: Estes mecanismos permitiram que vozes antes marginalizadas fossem legitimadas como interlocutores oficiais junto do município. Uma das lições mais marcantes foi que a participação gera resultados concretos.

O “observatório da juventude” influenciou directamente a decisão das autoridades municipais de alterar prioridades de pavimentação de ruas, garantindo que o investimento beneficiasse a maioria dos habitantes e não apenas interesses particulares. Já o “observatório das mulheres” demonstrou que é possível ir além da retórica: Ao monitorar a

¹⁶ Jovem da associação OADAM

violência contra mulheres nas eleições autárquicas de 2023, em parceria com a CEURBE, conseguiu produzir evidências sólidas que alimentaram o debate público e pressionaram as instituições eleitorais a assumir maior responsabilidade na prevenção da violência política de género.

Outra lição foi que a pressão pública baseada em informação fortalece a democracia. O uso das rádios comunitárias e a publicação de artigos de opinião escritos por jovens activistas ampliou o alcance das mensagens, legitimou as denúncias e funcionou como escudo contra tentativas de intimidação. Estas acções demonstraram que a articulação entre sociedade civil, media e juventude pode transformar práticas institucionais e dar nova densidade ao espaço cívico.

Por fim, a SAMCom aprendeu que a inclusão é condição para sustentabilidade. Ao envolver mulheres, jovens e pessoas com deficiência nos observatórios, criou-se um sentimento de pertença e apropriação comunitária que garantiu continuidade das iniciativas mesmo para além do financiamento do IGUAL. Essa inclusão não foi apenas simbólica: Trouxe novas perspectivas, fortaleceu a legitimidade e aumentou a confiança entre comunidades e governo local. No conjunto, a experiência provou que quando cidadãos dispõem de espaços formais para monitorar, influenciar e dialogar, conseguem mudar decisões públicas, transformar práticas institucionais e abrir caminho para uma governação mais inclusiva e responsável.

PROVINCIA DE MANICA

3.7. Girl Child Rights (GCR)



Introdução e contexto

Nos distritos de Macossa e Tambara, em Manica, milhares de raparigas cresciam sob a sombra de um destino imposto: a união prematura. As uniões prematuras eram vistas como prática inevitável, justificadas por tradições culturais, pobreza estrutural e ausência de oportunidades. Muitas famílias acreditavam que casar cedo as filhas era uma forma de reduzir encargos económicos ou de assegurar alianças sociais, ignorando os efeitos devastadores que esta prática causava às meninas.

As consequências eram profundas. A escola deixava de ser espaço de aprendizagem para se tornar lembrança distante. O futuro profissional era negado antes mesmo de começar. E, pior, a infância e a juventude eram

interrompidas, substituídas por responsabilidades adultas para as quais nenhuma rapariga estava preparada. O silêncio que sustentava esta realidade era alimentado pelo medo. O medo de represálias por desafiar costumes, medo de enfrentar autoridades tradicionais ou religiosas, medo até de romper com o próprio núcleo familiar.

Esse cenário era agravado pela falta de estruturas de protecção comunitária. Não existiam comités preparados para acompanhar casos, escolas seguras para acolher raparigas, nem canais de denúncia funcionais e confiáveis. As meninas estavam sozinhas diante de um sistema que naturalizava a sua vulnerabilidade e lhes roubava a voz. Foi neste contexto que a associação Girl Child Rights (GCR), com apoio do CESC, através do IGUAL, lançou o projecto “Prevenção e Erradicação de Uniões Prematuras” (PEUP). A parceria com o IGUAL foi decisiva. Aliás, não se tratou apenas de financiamento, mas de apoio técnico, metodológico e institucional que deu a GCR a capacidade de enfrentar normas sociais enraizadas e construir alternativas viáveis de protecção. Entre 2022 e 2024, a GCR tornou-se uma voz colectiva que ecoou em escolas, comunidades e instituições, demonstrando que mudar era possível.

Mudanças significativas

A nível programático, a GCR investiu na criação de “comités comunitários de protecção à criança”, estruturas que se tornaram a primeira linha de defesa contra as uniões forçadas. Com o apoio técnico do IGUAL, estes comités foram treinados em direitos humanos, mecanismos de denúncia e acompanhamento de casos, permitindo que comunidades tradicionalmente resignadas passassem a actuar como guardiãs das raparigas. A organização reforçou ainda a “linha fala criança”, adicionando novos canais digitais de denúncia. Esta inovação permitiu ultrapassar barreiras geográficas e aproximar os serviços das comunidades mais isoladas, garantindo uma resposta mais rápida e aumentando a confiança da população no sistema de protecção.

Outro investimento estratégico foi a melhoria da segurança escolar. Em Tambara, uma escola foi vedada, transformando-se em espaço protegido para raparigas. Esta acção, aparentemente simples, teve impacto um profundo, pois aumentou a confiança das famílias na escola e reforçou a percepção de que estudar é um direito que deve ser salvaguardado colectivamente.

A nível comunitário e social, o impacto começou a ganhar rosto através de histórias pessoais. Lina, uma adolescente de 15 anos, tinha abandonado a escola devido a dificuldades de locomoção. Com a intervenção da rede de protecção da GCR, recebeu muletas novas e recuperou a confiança para regressar às aulas:

“Com ajuda da ‘linha fala criança’, consegui receber um par de muletas novas. Agora consigo locomover-me, brincar e estudar sem dificuldades.”¹⁷

Outro caso emblemático foi o de Ana, de 18 anos, que vivia sob ameaça de expulsão de casa pelo próprio pai. A intervenção da GCR e da comunidade permitiu reverter a situação, restabelecendo apoio familiar:

“Graças à essa intervenção, o meu pai voltou a prestar apoio e já não nos quer expulsar de casa.”¹⁸

¹⁷ Lina, beneficiária de Tambara

¹⁸ Ana, jovem de Macossa



Estes testemunhos ecoaram pelas comunidades, mostrando que a denúncia não era em vão e que havia uma rede disposta a proteger e apoiar. Mais de 1.000 pessoas beneficiaram directamente das actividades do projecto, desde raparigas apoiadas nas escolas até famílias beneficiárias da machamba colectiva criada para reforçar a segurança alimentar de agregados vulneráveis.

A nível institucional, a GCR percebeu cedo que combater uniões prematuras exigia mais do que acções isoladas. Era preciso criar estruturas sólidas e articuladas. O exemplo foi a machamba colectiva, iniciativa concebida pelas próprias comunidades como forma de gerar rendimento para comprar material escolar e apoiar crianças vulneráveis, incluindo raparigas resgatadas de uniões prematuras. Para além de garantir o regresso à escola, este mecanismo reforçou a solidariedade local e demonstrou que a protecção de direitos pode estar ancorada em soluções económicas sustentáveis.

Ao mesmo tempo, envolveu escolas, líderes comunitários, igrejas e serviços sociais no combate às uniões prematuras. Essa integração alargou o compromisso, fazendo com que a responsabilidade deixasse de recair apenas sobre as raparigas. O resultado foi a criação de dois comités comunitários legalmente reconhecidos e de uma escola em Tambara, que hoje é referência em segurança e protecção.

O impacto do trabalho da GCR foi amplificado por alianças estratégicas que deram corpo a um verdadeiro movimento social. A colaboração com a SAMCom fortaleceu os mecanismos de participação cidadã; com a AMPDC, através do uso da “linha fala criança”, foi possível registar e acompanhar casos de feminicídio; com a GAFMVV, escolas locais e rádios comunitárias, a mensagem chegou a milhares de pessoas em Mocuba, Tambara e Montepuez, conferindo legitimidade e maior alcance às campanhas.

Um dos avanços mais significativos foi a criação e dinamização de comités multisectoriais envolvendo representantes da saúde, educação, serviços sociais, autoridades locais e líderes comunitários. Estes comités tornaram-se estruturas práticas de resposta, capazes de acolher denúncias, garantir encaminhamento célere e articular soluções de protecção. Graças a eles, casos de uniões prematuras que antes ficavam escondidos passaram a ser tratados com acompanhamento formal, devolvendo confiança às famílias e sinalizando que a lei é aplicável. Assim, o combate às uniões prematuras deixou de ser apenas a iniciativa de uma organização isolada e consolidou-se como um movimento social enraizado nas comunidades e sustentado por instituições locais, capaz de transformar a protecção das raparigas numa responsabilidade partilhada.

Lições aprendidas

A experiência da GCR demonstrou que informação e sensibilização legal são ferramentas poderosas. Quando as comunidades conhecem a lei, percebem que têm legitimidade para denunciar, exigir protecção e agir colectivamente. O acesso à informação tornou-se motor de confiança e mobilização. Outra aprendizagem foi que a tecnologia pode ser aliada estratégica na protecção infantil. A expansão da “linha fala criança” com canais digitais mostrou que é possível aproximar serviços mesmo em contextos rurais, reduzindo o isolamento das raparigas em risco e fortalecendo mecanismos de resposta.

A GCR também percebeu que a credibilidade comunitária depende do envolvimento dos líderes locais. Tradições não mudam por decreto; mudam quando os próprios líderes comunitários, religiosos e familiares assumem o protagonismo da transformação. Esse envolvimento deu legitimidade às acções e reduziu resistências culturais. A experiência mostrou que a mudança só acontece quando todos os actores sociais se sentem parte do processo. Famílias, escolas, igrejas, serviços públicos e a própria comunidade devem assumir responsabilidade colectiva pela protecção das raparigas. O impacto não resultou de um gesto isolado, mas da soma de esforços que criou confiança, abriu espaço para o diálogo e consolidou mudanças estruturais.

Ao transformar as uniões prematuras de “destino inevitável” em “violação de direitos humanos”, a GCR provou que é possível restaurar sonhos interrompidos e devolver às raparigas a dignidade de estudar, brincar e construir futuros de liberdade. O apoio do IGUAL foi decisivo, porque deu a GCR as ferramentas e a legitimidade necessárias para transformar uma luta desigual num movimento de esperança e resistência colectiva.

PROVÍNCIA DE SOFALA

3.8. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (AMPDC)



Introdução e Contexto

A Associação de Mulheres para o Desenvolvimento Comunitário (AMPDC) é uma das organizações mais emblemáticas na defesa dos direitos das mulheres em Moçambique. Criado com a missão de combater a VBG e de fortalecer a liderança feminina, a AMPDC emergiu em territórios historicamente marcados por desigualdades profundas, onde as mulheres eram frequentemente vistas como cidadãs de segunda linha e as suas vozes pouco ou nada contavam nos espaços de decisão.

Nas províncias de Sofala e Manica, o contexto em que a organização iniciou a sua intervenção era particularmente desafiante. A normalização da violência contra mulheres, os índices alarmantes de feminicídio e a prática generalizada de uniões prematuras criavam um ciclo de exclusão, medo e vulnerabilidade. Em muitas comunidades, raparigas eram retiradas da escola ainda na adolescência, entregues em uniões forçadas e privadas do direito de escolher o seu futuro. Casos de assassinatos de mulheres, embora recorrentes, eram tratados como tragédias privadas, raramente denunciados ou registados, perpetuando a invisibilidade do fenómeno.

Paralelamente, os serviços públicos locais mostravam-se frágeis e pouco preparados para dar resposta eficaz a situações de violência baseada no género. Faltava capacitação, recursos humanos sensíveis à questão e mecanismos de acolhimento e encaminhamento adequados. As vítimas enfrentavam não apenas a violência, mas também o estigma social, o preconceito. Numa realidade onde denunciar era sinónimo de enfrentar represálias ou descrédito, muitas mulheres e raparigas optavam pelo silêncio, perpetuando a impunidade.

Foi neste cenário adverso que a AMPDC consolidou a sua missão, encontrando no apoio do CESC, através do IGUAL, a oportunidade de ampliar a sua acção e transformar o impacto das suas intervenções. O programa não se limitou a apoiar financeiramente projectos pontuais, mas forneceu metodologias, capacitação técnica, acompanhamento regular e sobretudo legitimidade institucional. Esse apoio estratégico permitiu à AMPDC criar

estruturas de participação, dar visibilidade a problemas antes ignorados, mobilizar comunidades e dialogar com autoridades públicas a partir de uma posição mais forte.

Entre 2022 e 2024, a AMPDC conduziu um processo de transformação social sem precedentes em Sofala e Manica. O trabalho não se limitou à denúncia. Plataformas comunitárias femininas foram criadas para dar voz a mulheres e raparigas, serviços públicos locais começaram a ser pressionados a responder de forma mais efectiva e, em muitos casos, passaram a cooperar directamente com as comunidades. Um exemplo emblemático ocorreu em Chibabava, onde a AMPDC criou um centro de atendimento comunitário. Para além de apoiar raparigas em risco e vítimas de violência, o centro passou também a servir a escola local, fornecendo aulas de artes e ofícios, disciplina que há anos não tinha professor. Esta experiência não só resgatou crianças do abandono escolar, como mostrou que a protecção e a educação podem andar de mãos dadas quando existe compromisso comunitário.

Paralelamente, a criação do primeiro “observatório de feminicídio” do país tornou-se uma referência nacional, sistematizando dados, acompanhando casos e levando a voz das vítimas ao espaço público e político. Esta inovação consolidou o papel da AMPDC como actor de referência na defesa dos direitos humanos e da igualdade de género. Raparigas em risco de uniões prematuras voltaram à escola, mães e líderes comunitárias tornaram-se formadoras de pares, e plataformas femininas multiplicaram-se como espaços de solidariedade e incidência. O movimento deixou de ser apenas um espaço de denúncia e passou a ser reconhecido como um actor estratégico, capaz de influenciar políticas públicas e liderar um movimento social mais amplo em defesa da vida, igualdade e justiça.

Mudanças significativas



A nível programático, com o apoio técnico e financeiro do CESC/IGUAL, a AMPDC estruturou e implementou quatro plataformas comunitárias femininas nos distritos de Chibabava, Beira, Dondo e Manica. Estas plataformas não foram apenas fóruns de reunião: Tornaram-se verdadeiros espaços de liderança, onde mulheres desenvolveram capacidades para identificar problemas, propor soluções e influenciar decisões comunitárias. O CESC forneceu metodologias de facilitação participativa, formação em liderança comunitária e recursos financeiros para o arranque das plataformas. O resultado foi a criação de vozes colectivas mais fortes, legitimadas dentro das próprias comunidades.

O marco programático mais emblemático foi a criação do “observatório de feminicídio”, tendo o CESC apoiado a concepção da base metodológica, a formação de técnicos de recolha e análise de dados, e a ligação com órgãos de comunicação social. Pela primeira vez, o feminicídio deixou de ser apenas uma tragédia privada e passou a ser um fenómeno documentado, visível e reconhecido como problema nacional. A partir deste processo, surgiram debates parlamentares, reportagens mediáticas e uma pressão social inédita sobre autoridades.

A nível comunitário e social, a AMPDC, com financiamento e orientação técnica do IGUAL, concedeu 18 bolsas de estudo a raparigas em risco de uniões prematuras. O processo foi acompanhado de perto. Houve contacto com famílias, diálogo com líderes comunitários e mediação com escolas. Esta abordagem garantiu que as bolsas não fossem apenas apoios pontuais, mas instrumentos de transformação social, porque cada rapariga que regressou à escola tornou-se exemplo vivo para a sua comunidade.

“Eu sabia que queria algo diferente. Algo meu. E foi aí que disse: quero ser mecânica. Hoje aprendi a desmontar motores, alinhar rodas e consertar travões. Agora sonho abrir a minha própria oficina.”¹⁹

“Alguns diziam que eu iria desistir na primeira semana. Mas quem desistiu foram eles de duvidar de mim.”²⁰

Estes testemunhos revelam o alcance simbólico das intervenções, mostraram que raparigas podem desafiar estereótipos, estudar e ocupar espaços tradicionalmente masculinos. Paralelamente, o CESC facilitou o diálogo entre a AMPDC e os serviços distritais, resultando na melhoria dos serviços públicos de atendimento a vítimas de violência. Foram criados protocolos mínimos de resposta, capacitados técnicos locais e abertas linhas de comunicação entre sociedade civil e instituições, reduzindo o fosso entre vítimas e mecanismos de apoio.

A nível institucional, o apoio do IGUAL foi igualmente decisivo no fortalecimento interno e externo da AMPDC. Para além das formações em planeamento estratégico, gestão financeira, monitoria e advocacia, que melhoraram a gestão interna e a prestação de contas, a organização consolidou-se como actor de referência em processos interinstitucionais. Um marco central foi a criação e dinamização do “comité multisectorial de resposta ao feminicídio”, que integrou serviços de saúde, justiça, polícia, acção social e sociedade civil, garantindo que denúncias fossem tratadas de forma célere e coordenada.

Em paralelo, a AMPDC, em parceria com a Universidade Zambeze, realizou o primeiro estudo académico sobre feminicídio em Moçambique, trazendo evidências científicas para um debate até então dominado apenas por narrativas empíricas. Este estudo sustentou a criação de uma base de dados nacional sobre feminicídio, gerida pelo Observatório, que passou a ser fonte de referência para jornalistas, investigadores, OSC e decisores políticos.

A colaboração com a associação GCR ampliou ainda mais o impacto, permitindo aprofundar a investigação sobre casos de feminicídio e disseminar os resultados em conferências públicas e meios de comunicação social. Esta parceria reforçou a legitimidade da AMPDC e contribuiu para que o tema entrasse na agenda de debates parlamentares e nas propostas de revisão da Lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher, colocando o feminicídio como uma categoria autónoma a ser reconhecida no quadro jurídico nacional.

¹⁹ Jovem beneficiária de Chibabava, Sofala

²⁰ Jovem beneficiária de Chibabava, Sofala

As parcerias resultantes consolidaram o impacto: *Young Africa* e escolas técnicas ofereceram formação profissional a raparigas; os serviços distritais abriram portas para colaboração em respostas institucionais; e várias OSC locais articularam-se para multiplicar acções de advocacia. A AMPDC passou a ser um nó central de uma rede de actores, capaz de amplificar vozes e mobilizar recursos em torno da defesa da vida das mulheres. Graças a estas inovações, a AMPDC deixou de ser visto apenas como uma organização militante e passou a ser reconhecido como parceiro técnico e político de confiança, capaz de gerir projectos complexos, produzir conhecimento especializado e dialogar de igual para igual com autoridades, universidades e doadores internacionais.

Lições aprendidas

A trajectória da AMPDC demonstrou que o apoio técnico e financeiro do CESC/IGUAL foi fundamental para transformar não apenas a organização, mas também a percepção social da violência contra mulheres. As plataformas comunitárias femininas e o “observatório de feminicídio” não teriam alcançado legitimidade sem o tripé recursos, capacitação e acompanhamento de proximidade.

A experiência mostrou ainda que histórias reais de superação funcionam como catalisadores de mudança. As raparigas que regressaram à escola e as mulheres que se tornaram líderes comunitárias inspiraram comunidades inteiras, mostrando que a igualdade de género não é um ideal distante, mas uma possibilidade concreta. Outra lição central foi a constatação de que o diálogo construtivo é mais eficaz para gerar mudanças estruturais. A AMPDC construiu pontes com autoridades, escolas e serviços públicos, criando relações de confiança que abriram portas a transformações mais profundas e sustentáveis.

O “observatório de feminicídio” trouxe uma aprendizagem marcante. Ao dar visibilidade a este fenómeno, revelou lacunas institucionais e legais graves. A ausência de um enquadramento jurídico específico demonstrou a necessidade de rever Lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher, incluindo a definição do feminicídio como categoria autónoma, com mecanismos próprios de prevenção, protecção e responsabilização. Este processo de advocacia, iniciado com o IGUAL, terá continuidade através do programa ALIADAS (implementado pelo CESC, com apoio do Governo de Canadá), que apoiará a pressão nacional por reformas legais.

PROVÍNCIA DE MAPUTO

3.9. Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)



Introdução e contexto

Cabo Delgado é hoje uma das províncias mais desafiantes de Moçambique. A combinação de ataques armados, deslocamentos forçados, pobreza estrutural e exclusão histórica gerou um ambiente de medo e insegurança permanente. Neste cenário, os defensores de direitos humanos tornaram-se alvos fáceis: Perseguidos, intimidados, silenciados. Denunciar violações significava correr riscos de detenção arbitrária, tortura ou represálias contra familiares. Muitos activistas viviam escondidos ou em constante incerteza, enquanto comunidades inteiras eram deixadas sem meios de se fazer ouvir.

A ausência de canais de denúncia seguros, o frágil funcionamento das instituições de justiça e a falta de apoio psicossocial e jurídico agravavam ainda mais a vulnerabilidade destes defensores. Sem protecção, cada acto de coragem era solitário e cada voz podia ser facilmente abafada. Foi neste contexto que o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), com o apoio do CESC, através do IGUAL, liderou o processo de criação, equipamento e expansão da Rede Moçambicana de Defensores de Direitos Humanos (RMDDH) para todo o país. Para além da sua presença territorial, a rede foi fortalecida internamente com a criação de uma linha nacional de denúncia, que passou a ser um mecanismo célere e seguro para registar e encaminhar casos de ameaças contra defensores de direitos humanos.

No âmbito das eleições, a RMDDH ampliou ainda mais o seu papel ao integrar observadores de outras plataformas da sociedade civil, reconhecendo a sua vulnerabilidade durante os processos eleitorais. Esta expansão garantiu não só maior cobertura e protecção, mas também consolidou a rede como referência nacional na defesa e protecção de activistas e observadores em contextos de alta tensão política. O objectivo era claro: Proteger vidas, ampliar vozes e garantir que a coragem da sociedade civil não fosse apagada pelo medo. O programa IGUAL não se limitou a financiar actividades, mas trouxe metodologias de monitoria, formação em segurança digital, estratégias de advocacia e legitimidade institucional. Este suporte transformou a RMDDH numa estrutura sólida, articulada e capaz de responder rapidamente a situações de risco.

Mudanças significativas

A nível programático, o CDD investiu em capacitação intensiva em direitos humanos e segurança digital para mais de 100 defensores. Foram criados 10 canais de denúncia seguros e acessíveis, e produzidos 68 materiais de

sensibilização, permitindo que comunidades soubessem onde e como denunciar abusos. Estes instrumentos quebraram o ciclo de silêncio e devolveram às populações a confiança de que as suas vozes podiam ser ouvidas e protegidas.

A nível comunitário, a acção da RMDDH demonstrou-se decisiva em casos de repressão directa. A Rede criou mecanismos de denúncia rápida e estabeleceu canais de diálogo com as autoridades locais, o que permitiu intervir de forma imediata em situações de detenção arbitrária. Um dos exemplos mais emblemáticos foi o do jovem activista conhecido como “Milo”, detido por segurar um cartaz numa manifestação pacífica. Graças à pronta intervenção da Rede, o caso foi denunciado, acompanhado juridicamente e levado às autoridades competentes, resultando na sua libertação.

“Antes, casos como este acabariam em silêncio ou em repressão prolongada. A nossa acção conseguiu inverter essa lógica e libertar Milo. Isso mostrou que estamos a fazer a diferença.”²¹

Casos como este demonstraram que a protecção organizada não só salva vidas individuais, mas também inspira coragem colectiva. Cada libertação e cada denúncia aceite reforçaram a ideia de que a sociedade civil pode resistir e transformar medo em mobilização.

A nível institucional, o apoio do IGUAL permitiu que a RMDDH evoluísse de uma fase embrionária e dispersa para uma estrutura sólida, com presença nacional, núcleos locais de monitoria e sistemas de resposta rápida. A expansão para várias províncias foi acompanhada da criação da “linha do defensor”, um mecanismo pioneiro de denúncia e encaminhamento que garantiu que casos de ameaças, detenções arbitrárias ou intimidações fossem tratados com rapidez, legitimidade e coordenação entre Maputo e as províncias.

Entre 2022 e 2024, a RMDDH acompanhou 670 casos de detenções arbitrárias e prestou apoio directo a 500 defensores de direitos humanos, consolidando-se como referência nacional de protecção e solidariedade. A capacidade de resposta foi reforçada pela celebração de protocolos estratégicos com a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), a Associação Médica de Moçambique (AMM) e a Associação de Psicólogos de Moçambique (APM), que garantiram assistência jurídica, médica e psicossocial a defensores em risco, incluindo evacuações em contextos críticos.

No contexto eleitoral, a Rede estendeu a sua protecção a observadores de outras plataformas da sociedade civil, reconhecendo a sua vulnerabilidade durante o processo. Essa inovação ampliou o seu alcance e fortaleceu a confiança das comunidades e dos próprios activistas em períodos de maior tensão política. A produção regular de relatórios trimestrais e semestrais sobre a situação dos direitos humanos tornou-se outro marco fundamental. Os relatórios documentaram violações do direito à vida, à liberdade de expressão, de reunião e manifestação, bem como se transformaram em ferramentas de advocacia nacional e internacional, aumentando a pressão sobre o Estado para prevenir abusos e corrigir práticas repressivas.

A RMDDH passou a ser reconhecida por parceiros nacionais e internacionais como legítima, credível e indispensável para a defesa dos direitos humanos em Moçambique. A experiência provou que quando existe organização, solidariedade e mecanismos funcionais de denúncia e resposta, a sociedade civil consegue salvar vidas, reduzir riscos e impor limites à repressão.

Lições aprendidas

²¹ Marta Licuco, Coordenadora Provincial da RMDDH em Cabo Delgado

A experiência do CDD e da RMDDH mostrou que a segurança digital é tão vital quanto a protecção física. Num contexto onde vigilância e perseguição são constantes, formar activistas para protegerem a sua identidade, dados e comunicações foi tão importante quanto protegê-los fisicamente de ameaças ou detenções. Outra aprendizagem foi a constatação de que a visibilidade pública protege defensores de ameaças silenciosas. Casos acompanhados pela Rede e divulgados em rádios ou plataformas digitais tornaram-se mais difíceis de serem ignorados ou abafados. A denúncia visível gerou não apenas solidariedade local, mas também pressão externa, aumentando a protecção individual e colectiva.

O processo demonstrou ainda que o fortalecimento institucional local é essencial para garantir resiliência em cenários de crise. Núcleos locais e coordenações provinciais deram resposta imediata onde antes havia apenas silêncio e dispersão. A descentralização tornou a Rede mais ágil e próxima às comunidades, provando que a defesa de direitos humanos exige não só coragem individual, mas estruturas colectivas fortes.

Outro aprendizado marcante foi de que a defesa de direitos humanos exige também reformas legais e políticas públicas. A análise de centenas de casos de detenções arbitrárias revelou falhas sistémicas graves: Ausência de garantias legais mínimas, uso abusivo de leis de segurança e criminalização da contestação pacífica. Estas constatações reforçaram a necessidade de revisão de leis e de políticas nacionais, de modo a garantir maior protecção dos defensores e responsabilização de agentes do Estado que violem direitos.

Aprendeu-se igualmente que a solidariedade internacional fortalece a protecção local. Ao tornar públicas as denúncias através de parceiros internacionais, as comunidades sentiram-se mais seguras, sabendo que os seus casos não ficariam confinados ao silêncio nacional. Esse apoio externo foi crucial para dar legitimidade às vozes locais e impedir abusos mais severos.

Em última análise, a trajetória do CDD e da RMDDH demonstrou que transformar medo em mobilização só é possível quando se combina coragem individual, organização colectiva e apoio estratégico de programas como o IGUAL. A coragem de cada activista deixou de ser isolada e passou a ser sustentada por uma rede sólida, capaz de salvar vidas, legitimar vozes e abrir caminho para reformas institucionais mais amplas.

3.10. CENTRO DE ESTUDOS URBANOS DE MOÇAMBIQUE (CeUrbe)

Introdução e Contexto

A juventude moçambicana é muitas vezes retratada como distante da política, presa entre o desencanto e a exclusão dos processos de governação. Em cidades como Quelimane, Chimoio e Mocuba, esta percepção ganha ainda mais força, pois os jovens enfrentam falta de oportunidades, estigmas sociais, altos níveis de desemprego e uma relação marcada pela desconfiança em relação às instituições públicas.

A ausência de canais de diálogo inclusivos e inovadores, aliados ao predomínio de uma linguagem política tradicional e distante das culturas juvenis, criava um abismo entre jovens e autoridades. Esta lacuna deixava espaço para o aumento da apatia política, a perpetuação da exclusão e a manutenção de práticas de governação pouco transparentes. Em períodos eleitorais, o quadro agravava-se com episódios de violência contra mulheres, sem mecanismos adequados de monitoria ou responsabilização.

Foi neste contexto que o Centro de Estudos Urbanos de Moçambique (CeUrbe), em parceria com a Plataforma de Jovens Líderes Moçambique e o movimento sociocultural CRIAR Moçambique, lançou o projecto “Juventude, Arte e Governança Inclusiva”. Com o apoio do CESC, através do IGUAL, a iniciativa demonstrou que a arte e a cultura podem ser ferramentas poderosas de mobilização política e cidadã. O IGUAL não apenas financiou actividades, mas ofereceu metodologias participativas, acompanhamento técnico e legitimidade institucional, permitindo ao CeUrbe transformar a sua visão em prática concreta: Usar a música, o debate e a criatividade como portas de entrada para a cidadania activa.

Mudanças significativas

A nível programático, o CeUrbe, com apoio do IGUAL, combinou formação em cidadania e direitos humanos com expressão artística, criando um espaço híbrido onde a política se encontrava com a cultura. Foram realizadas mesas-redondas entre jovens e autoridades autárquicas, aproximando dois universos que raramente dialogavam de forma directa. Jovens mulheres receberam capacitação específica para monitorar a violência contra mulheres em períodos eleitorais, construindo uma rede pioneira de vigilância comunitária. Estas actividades deram ferramentas concretas aos jovens e legitimaram novas formas de participação, onde a cultura deixou de ser apenas lazer para se tornar veículo de voz política e de exercício de cidadania.

A nível comunitário e cultural, o grande marco foi o lançamento do álbum “O Activista”, com 10 faixas musicais que abordam justiça social, identidade, governação e resistência. Liderado pelo artista Mutuquiriss, o álbum foi distribuído em plataformas como *Spotify*, *Apple Music*, *Deezer* e *YouTube*, alcançando jovens dentro e fora de Moçambique. Mais do que um produto cultural, tornou-se símbolo da juventude engajada, mostrando que a música pode ser política e que a arte pode ser ferramenta de reivindicação e transformação social.

“O álbum tornou-se um símbolo da juventude engajada. Mostra que a música também é política.”²²

A iniciativa abriu um novo espaço de participação cidadã: Concertos, debates públicos e momentos de activismo cultural aproximaram centenas de jovens da política local, oferecendo-lhes um palco onde podiam questionar, propor e interagir directamente com as autoridades.

A nível institucional, o apoio do IGUAL permitiu ao CeUrbe fortalecer a sua capacidade de articulação e advocacia criativa, posicionando-se como referência em iniciativas que unem cultura e política. A combinação entre metodologias participativas e linguagem cultural juvenil deu à organização legitimidade como ponte entre sociedade civil e autarquias. Foram estruturados mecanismos internos de planeamento, gestão e comunicação que consolidaram o papel do CeUrbe como actor estratégico. O projecto também criou condições para que artistas, activistas culturais e organizações locais trabalhassem de forma articulada, transformando o CeUrbe numa plataforma de encontro entre juventudes urbanas, sociedade civil e autoridades locais.

O impacto do CeUrbe foi amplificado por alianças sólidas: Organizações da sociedade civil locais reforçaram redes comunitárias; artistas e activistas culturais legitimaram a arte como instrumento político; e as próprias autoridades autárquicas passaram a dialogar directamente com grupos juvenis. Estas parcerias garantiram maior alcance e sustentabilidade, transformando a cultura num espaço legítimo de participação política e cidadã.

²² Mutuquiriss, artista e activista cultural

Lições aprendidas

A experiência do CeUrbe demonstrou que a arte é uma ferramenta poderosa de mobilização social e política. A música, o teatro, a poesia e a expressão cultural funcionam como linguagens universais, capazes de atrair jovens, derrubar barreiras de apatia e criar espaços de diálogo antes inexistentes. Outra aprendizagem foi de que a confiança é essencial para abrir caminhos de mudança. Quando jovens e autoridades se encontram em espaços seguros e dialogam em pé de igualdade, surgem compromissos reais e soluções adaptadas às necessidades locais. O IGUAL foi crucial neste processo, pois conferiu legitimidade institucional ao CeUrbe e garantiu que as iniciativas culturais fossem vistas não como entretenimento, mas como acções sérias de cidadania.

O projecto também mostrou que a participação cidadã precisa ser criativa, inclusiva e adaptada às linguagens da juventude. A abordagem cultural mobilizou jovens que nunca teriam participado em fóruns políticos formais, revelando que a democracia se constrói não apenas em assembleias e reuniões, mas também em palcos, letras de música e redes digitais.

Em síntese, o CeUrbe e os seus parceiros aprenderam que investir em juventude, cultura e inclusão é investir na própria democracia. O impacto do álbum “O Activista” transcendeu os limites do projecto formal e tornou-se património simbólico da juventude engajada em Moçambique, abrindo caminho para novas formas de participação política e social.

3.11. CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP)

Introdução e Contexto

O Centro de Integridade Pública (CIP) é uma das organizações mais respeitadas da sociedade civil em Moçambique, reconhecida pela sua independência, rigor técnico e coragem de enfrentar temas sensíveis da governação. Desde a sua criação, o CIP tem sido uma voz crítica contra a corrupção, a má gestão de recursos públicos e a exclusão social. Nos últimos anos, um dos maiores desafios da governação em Moçambique tem sido a descentralização. Apesar de estar inscrita na Constituição da República e nas agendas políticas desde a década de 1990, a sua implementação foi sempre lenta e marcada por tensões entre o poder central e as autoridades locais. A descentralização tornou-se campo de disputa entre partidos políticos, muitas vezes usada como arma eleitoral, em vez de ser vista como mecanismo de fortalecimento da democracia e aproximação do Estado às comunidades.

O debate era frequentemente reduzido a discursos ideológicos e polarizados, sem evidência sólida que sustentasse decisões. A sociedade civil, por sua vez, encontrava-se fragilizada e com pouca capacidade de intervir em processos legislativos complexos. Jovens e mulheres eram sistematicamente excluídos, e a população em geral demonstrava fraca confiança nas instituições políticas, alimentando uma cultura de apatia e desmobilização.

Foi neste cenário que o CIP, com o apoio do CESC, através do IGUAL, assumiu a missão de iluminar o debate público com dados, análises e propostas concretas. Entre 2022 e 2024, o IGUAL colocou à disposição do CIP recursos financeiros, legitimidade institucional e metodologias de incidência política. Esse suporte permitiu ao CIP produzir conhecimento técnico e transformá-lo em acção concreta, influenciando decisões de Estado e aproximando a descentralização da vida das comunidades.

Mudanças significativas

A nível programático, o CIP apostou fortemente na produção de relatórios técnicos, estudos comparativos e análises jurídicas que, pela sua qualidade, ganharam rapidamente reconhecimento nacional. Um exemplo marcante foi a exoneração da Secretária de Estado de Sofala, após relatórios do CIP denunciarem a incompatibilidade da sua candidatura à cabeça-de-lista da Frelimo na Beira em 2023. Este episódio simbolizou o impacto directo da evidência sobre a política, mostrando que a sociedade civil pode influenciar decisões de Estado com base em provas concretas. O IGUAL assegurou recursos e acompanhamento que deram solidez técnica e visibilidade às suas intervenções.

“Graças ao apoio do CESC, o CIP conseguiu colocar a descentralização na agenda nacional como uma prioridade. Os nossos estudos chegaram ao Parlamento, influenciaram exonerações e moldaram debates legislativos. Isso mostra que a sociedade civil, com base em evidências, pode influenciar decisões de Estado.”²³

A nível institucional, o CIP consolidou-se como referência nacional em descentralização. A inclusão do tema no seu Plano Estratégico 2024–2034 garantiu que a agenda não fosse pontual, mas parte de uma estratégia de longo prazo. Esta integração mostrou maturidade e visão de futuro, reforçando o papel do CIP como actor central no ecossistema democrático moçambicano. O impacto do CIP foi amplificado por parcerias estratégicas. O Parlamento acolheu relatórios como base para discussões legislativas, universidades incorporaram os estudos em programas académicos e os media – tanto nacionais como comunitários – ampliaram os dados, levando informação qualificada à opinião pública. As alianças com organizações da sociedade civil locais validaram as propostas junto das comunidades, garantindo que as recomendações não fossem apenas técnicas, mas também enraizadas na realidade vivida. Essa combinação entre conhecimento técnico e validação social deu ao CIP uma legitimidade rara no país.

Lições aprendidas

A trajectória do CIP no âmbito do IGUAL deixou aprendizagens valiosas. A primeira é que reformas estruturais exigem tempo, consistência e coragem, tanto técnica quanto política. Sem persistência, relatórios e propostas correm o risco de cair no esquecimento; com consistência, tornam-se instrumentos de pressão legítima e duradoura. A segunda aprendizagem foi de que a produção de conhecimento técnico independente é uma das ferramentas mais eficazes da sociedade civil para influenciar políticas públicas. Ao oferecer dados e análises isentas, o CIP conseguiu transformar debates ideológicos e polarizados em discussões mais racionais e fundamentadas.

Outra lição importante foi a constatação de que a validação local é indispensável. Relatórios só têm impacto real quando comunidades e decisores os reconhecem como legítimos. Ao combinar rigor técnico com diálogo comunitário, o CIP conseguiu que jovens, mulheres e líderes locais se vissem como parte do processo de descentralização, fortalecendo a apropriação social das reformas. Finalmente, a experiência demonstrou que a sociedade civil pode ser não apenas crítica, mas também propositiva, apresentando soluções práticas e viáveis para problemas complexos da governação. Essa postura construtiva aumentou a confiança das instituições públicas e criou um espaço de diálogo mais aberto e inclusivo. Ao mostrar que evidência gera impacto quando é tecnicamente rigorosa, socialmente validada e politicamente consistente, o CIP consolidou-se como um parceiro incontornável na construção da democracia em Moçambique.

²³ Ivan Maússe, Pesquisador do CIP

3.12. INSTITUTO PARA A DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA (IMD)

Introdução e contexto

Desde a introdução do multipartidarismo em Moçambique, no início da década de 1990, o país consolidou estruturas democráticas formais, mas continuou a enfrentar desafios profundos no plano da inclusão, da transparência e da participação efectiva dos cidadãos. As eleições, embora regulares, permanecem momentos de tensão política e social, frequentemente marcados por fraca confiança popular, afastamento dos jovens, desigualdade de género e falta de diálogo construtivo entre partidos e cidadãos.

A democracia formal existia, mas a democracia vivida estava incompleta. Muitos cidadãos viam a política como um espaço distante, exclusivo das elites partidárias, e tinham medo de denunciar irregularidades ou de questionar autoridades. Jovens e mulheres, em particular, continuavam marginalizados dos processos de decisão e raramente se sentiam representados. A literacia política era baixa, a resistência de actores políticos em aceitar monitorias independentes era elevada, e a cultura de silêncio alimentava a apatia. Foi neste contexto que o IMD, com o apoio do CESC, através do IGUAL, reforçou a sua missão de promover uma democracia participativa, plural e inclusiva. A intervenção do IMD no período entre 2022 e 2024 procurou mostrar que a democracia não se esgota no momento do voto, mas que deve ser construída diariamente, através do diálogo, da monitoria independente e da participação cidadã.

Mudanças significativas

A nível programático, o IMD implementou iniciativas que transformaram o modo como diferentes actores se relacionam com a democracia em Moçambique. Foram organizados debates multipartidários, formações e encontros de diálogo inclusivo, que reuniram partidos políticos, organizações da sociedade civil, académicos e cidadãos comuns. Pela primeira vez, em vários distritos, partidos rivais sentaram-se lado a lado com jovens e mulheres para discutir governação e participação política em ambiente seguro.

Um dos eixos centrais foi o reforço das capacidades dos partidos políticos no tratamento de queixas e reclamações eleitorais. Através de formações específicas, representantes partidários passaram a dominar os mecanismos legais de contestação, reduzindo tensões e aumentando a confiança no sistema de justiça eleitoral. O IMD também investiu no envolvimento da juventude. Centenas de jovens, incluindo raparigas, foram capacitados para a monitoria eleitoral, passando a identificar irregularidades e a reportar ocorrências em tempo útil. Dessa prática nasceu uma rede de cidadãos observadores que, em 2023, reportou dezenas de incidentes em tempo real, contribuindo para a transparência e resolução pacífica de conflitos locais. O processo culminou na “Declaração de Maputo da Juventude”, documento que sintetizou as aspirações de uma nova geração e se tornou referência para partidos, OSC e decisores políticos.

Em paralelo, o IMD produziu documentos de posição sobre processos eleitorais, usados como instrumentos de advocacia e de orientação técnica em debates nacionais. Fundamentados com evidências, estes documentos tiveram eco em discussões parlamentares e reforçaram a credibilidade da sociedade civil como voz especializada em matéria eleitoral. O Instituto também dinamizou campanhas de educação cívica em escolas secundárias e universidades, aproximando a política da juventude. Estes espaços pedagógicos ajudaram a desconstruir o preconceito de que a política é apenas “assunto de adultos” e mostraram que os jovens podem ter papel activo na transformação democrática.

A nível comunitário e social, as comunidades passaram a perceber que a democracia vai além do momento de votar. Em encontros organizados pelo IMD, cidadãos discutiram temas como exclusão social, corrupção, violência política e falta de transparência, aprendendo a transformá-los em agendas de advocacia. Ao todo, dezenas de fóruns comunitários foram realizados, atingindo milhares de participantes, dos quais uma grande parte eram mulheres e jovens. Uma jovem participante de Maputo relatou:

“Sempre pensei que política era só para os mais velhos e para os homens. Depois das formações do IMD, percebi que a minha voz também importa. Hoje participo em debates e incentivo outras raparigas a fazer o mesmo.”²⁴

Histórias como esta multiplicaram-se. Raparigas passaram a intervir em conselhos comunitários, jovens começaram a questionar planos de governação local e cidadãos que antes tinham medo de falar passaram a usar os espaços de diálogo como ferramentas de cidadania. Em Sofala, um grupo de jovens formados pelo IMD conseguiu levar ao Governo distrital uma proposta de maior transparência no uso de fundos públicos para obras locais. Em Nampula, mulheres que participaram nas formações passaram a integrar conselhos comunitários, elevando a sua voz em processos de decisão que antes lhes eram vedados. A cultura de silêncio começou a ser substituída por uma cultura de participação activa e de confiança mútua, onde governantes e governados passaram a interagir em novos espaços de diálogo.

A nível institucional, o IMD consolidou-se como referência nacional no campo do diálogo democrático. Tornou-se um interlocutor respeitado por partidos políticos, pelo Parlamento e pela sociedade civil, sendo convidado a apresentar recomendações em fóruns de consulta política e processos de reforma legislativa. A sua intervenção deu maior credibilidade a plataformas multipartidárias, muitas vezes instrumentalizadas no passado por interesses partidários, transformando-as em espaços mais equilibrados de debate.

As suas acções também ajudaram a criar um ecossistema de cooperação. Parcerias com partidos políticos permitiram debater em ambientes de respeito mútuo; colaborações com organizações da sociedade civil trouxeram legitimidade comunitária; e alianças com media nacionais e rádios comunitárias ampliaram a visibilidade das mensagens, permitindo que cidadãos de zonas rurais se mobilizassem em torno da democracia participativa. O resultado deste trabalho foi tangível: Centenas de jovens e mulheres capacitados em monitoria e participação política, dezenas de debates multipartidários realizados e espaços comunitários criados, onde a confiança entre cidadãos e instituições passou a ser cultivada. O mais importante ainda foi a mudança cultural, isto é, a percepção de que a democracia é um processo contínuo, no qual cada voz conta e onde o diálogo pode substituir o medo.

Lições aprendidas

A experiência do IMD revelou que a democracia participativa exige muito mais do que estruturas formais de eleição. É necessário criar uma cultura de diálogo contínuo, onde a confiança substitui o medo e a diversidade de vozes é vista como riqueza e não como ameaça. Uma das principais aprendizagens foi a centralidade dos jovens e das mulheres. Quando devidamente capacitados, estes grupos transformam-se em protagonistas poderosos da mudança democrática. A sua participação não só aumenta a representatividade, como também traz novas linguagens, energias e prioridades para o espaço político.

Outra lição fundamental foi a importância da monitoria independente. Apesar das resistências de alguns actores políticos, a experiência mostrou que quando cidadãos acompanham de perto os processos eleitorais, a confiança

²⁴ Jovem participante de Maputo

pública aumenta e as tensões diminuem. Em vários distritos, o simples facto de haver observadores treinados do IMD foi suficiente para reduzir práticas de intimidação e dar maior segurança aos eleitores. O IMD também compreendeu que a democracia se fortalece quando há articulação entre diferentes actores. A cooperação entre partidos, sociedade civil, media e cidadãos revelou que é possível construir consensos em ambientes polarizados, desde que haja espaços seguros e metodologias claras de diálogo. Essa abordagem inclusiva permitiu que vozes marginalizadas – jovens de bairros periféricos, mulheres de comunidades rurais, pequenos partidos sem grande representação – passassem a ter espaço real de escuta.

No conjunto, a trajectória do IMD provou que a democracia não é apenas um sistema de regras, mas um processo vivo que se alimenta de participação. Quando cidadãos de diferentes idades, géneros e proveniências sentem que têm assento à mesa, a democracia deixa de ser formalidade para tornar-se prática quotidiana e transformadora.

“Hoje sei que democracia não é só votar, é também participar, questionar e propor soluções.”²⁵

3.13. MEDIA INSTITUTE OF SOUTHERN AFRICA (MISA MOÇAMBIQUE)

PROMOVENDO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ÁFRICA

INÍCIO QUEM SOMOS O QUE FAZEMOS DESTAQUES PUI

MISA solicita revogação das novas taxas de telecomunicações

Detalhes
Publicado em 15 maio 2024



Relatório do MISA assinala progressos no capítulo das liberdades de imprensa em Moçambique



Introdução e contexto

A liberdade de imprensa é um dos pilares da democracia, mas em Moçambique este direito tem sido constantemente ameaçado por censura, intimidação e violência. Ao longo da última década, diversos episódios revelaram como jornalistas, repórteres comunitários e activistas de comunicação social enfrentam riscos ao tentar informar com independência. O período eleitoral de 2024 foi o ponto mais crítico: Jornalistas foram agredidos em plena cobertura, redes sociais foram bloqueadas para limitar a circulação de informação e meios de comunicação independentes foram alvo de pressões e perseguições.

O impacto deste ambiente repressivo foi devastador. Muitos profissionais passaram a trabalhar em clima de medo, a autocensura tornou-se prática comum e a confiança entre cidadãos e órgãos de comunicação foi abalada. Para além

²⁵ Jovem participante, Sofala

da violência física e psicológica, faltavam mecanismos de protecção legal, apoio psicossocial e solidariedade institucional. Foi neste contexto desafiante que o MISA Moçambique reafirmou o seu papel histórico como defensor da liberdade de expressão e dos direitos humanos. Com apoio do CESC, através do IGUAL, a organização fortaleceu o seu sistema de monitoria, documentou violações, ofereceu apoio jurídico e mobilizou solidariedade internacional. A sua actuação transformou-se em escudo de protecção para profissionais da comunicação e símbolo de que, mesmo sob repressão, a verdade não pode ser calada.

Mudanças Significativas

A nível programático, o MISA Moçambique estruturou um mecanismo rápido e inovador de monitoria e documentação de violações. Entre 2022 e 2024, registou e divulgou 13 casos de repressão contra jornalistas, incluindo detenções arbitrárias, agressões físicas e ameaças digitais. Para além da documentação, a organização publicou relatórios e análises através do “*HUB Digital de Direitos Humanos*”, uma plataforma nacional que se tornou referência para advocacia e investigação, acumulando mais de 35 mil acessos em apenas dois anos. O apoio jurídico foi outra frente decisiva. Jornalistas perseguidos passaram a ter acesso a advogados independentes que os representaram em processos judiciais, garantindo não apenas protecção legal, mas também visibilidade mediática para os casos. O MISA Moçambique também organizou acções de formação em segurança digital e direitos humanos, preparando profissionais da comunicação social para enfrentar vigilância, ataques cibernéticos e censura online.

A nível comunitário e social, os efeitos foram sentidos de forma concreta pelos profissionais da comunicação social. Bruno Marrengula, agredido durante a cobertura eleitoral, afirmou que nunca imaginara correr risco de vida apenas por exercer a profissão e que o apoio imediato do MISA Moçambique foi essencial para que não desistisse. Nuno Gemusse, jornalista comunitário, contou que foi violentamente atacado por fazer perguntas consideradas “incómodas” e que a protecção jurídica e psicológica recebida lhe deu coragem para continuar. Ernesto Martinho, da TV Sucesso, alvo de ameaças e intimidação digital, destacou que o MISA Moçambique foi a única entidade que o apoiou quando todos os outros tentaram silenciar a sua voz.

Estes testemunhos mostram que o impacto do MISA Moçambique não foi apenas institucional, mas profundamente humano. O apoio oferecido devolveu dignidade, coragem e sentido de missão a profissionais que estavam em risco, transformando o medo em resiliência e renovando a confiança no papel democrático da imprensa. A presença da organização junto às vítimas demonstrou que a solidariedade pode ser uma arma poderosa contra a repressão.

A nível institucional e político, o MISA reforçou a sua legitimidade como actor central na defesa da liberdade de imprensa em Moçambique. A articulação com organizações internacionais, como a Repórteres Sem Fronteiras, deu visibilidade global às denúncias e aumentou a pressão sobre as autoridades nacionais. Foi graças a essa mobilização internacional que o bloqueio às redes sociais durante o período eleitoral foi revertido, assegurando novamente o direito à livre circulação de informação.

A nível nacional, a organização consolidou-se como interlocutora incontornável em debates sobre direitos humanos e legislação de imprensa. A sua intervenção na luta contra a revisão restritiva da Lei de Imprensa (2021–2022) demonstrou consistência e capacidade de mobilização, evitando retrocessos que poderiam comprometer ainda mais a liberdade de expressão. Internamente, o MISA fortaleceu o seu sistema de monitoria, criou metodologias de resposta rápida e passou a actuar como ponte entre jornalistas, advogados e defensores de direitos humanos. As alianças estabelecidas foram determinantes. A colaboração com rádios comunitárias permitiu ampliar a mobilização em zonas rurais, enquanto as parcerias com advogados independentes garantiram maior eficiência na protecção legal. Redes digitais e plataformas internacionais ampliaram a visibilidade das denúncias, transformando casos locais em preocupações globais.

Lições aprendidas

A experiência do MISA Moçambique revelou aprendizagens centrais para a defesa de direitos em contextos repressivos. A primeira foi de que a visibilidade internacional funciona como protecção: Quando denúncias são amplificadas para além das fronteiras, governos e autoridades tendem a recuar face à pressão externa. Outra lição revelou que a tecnologia digital é um campo de disputa. Ela pode ser usada para censura e repressão, mas também pode ser convertida em ferramenta de resistência, desde que a sociedade civil domine as suas potencialidades. A formação em segurança digital para jornalistas mostrou-se crucial para reduzir vulnerabilidades e criar redes de confiança *online*.

A terceira aprendizagem está ligada à comunicação estratégica. Denunciar violações é importante, mas só gera impacto quando as mensagens são estruturadas para mobilizar solidariedade, criar pressão pública e reforçar a confiança dos cidadãos na importância da liberdade de imprensa. O MISA Moçambique aprendeu que cada caso documentado deve ser transformado em evidência para advocacia, mas também em narrativa humana que sensibilize a sociedade.

Hoje, o MISA Moçambique é reconhecida nacional e internacionalmente como guardiã da liberdade de expressão no país. A sua actuação durante o período eleitoral de 2024 demonstrou que a coragem de informar é mais forte do que qualquer tentativa de silenciamento. Jornalistas apoiados pela organização continuam activos, mais confiantes e conscientes da importância do seu papel na democracia. O futuro da organização passa por reforçar o “HUB Digital de Direitos Humanos”, expandir programas de apoio jurídico e psicológico e intensificar campanhas internacionais de advocacia. A experiência mostra que, em tempos de repressão, a liberdade não se negocia, ela constrói-se e defende-se todos os dias, com coragem, solidariedade e persistência.

3.14. OBSERVATÓRIO DAS MULHERES (OM):



Introdução e contexto

Em Moçambique, as mulheres representam mais de metade da população, mas continuam a enfrentar desigualdades persistentes em áreas fundamentais como educação, saúde, participação política e oportunidades económicas. Embora existam marcos legais importantes, como a Lei da Família, a Lei de Sucessões ou a Lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher, na prática a implementação destas normas tem sido insuficiente, deixando milhões de mulheres vulneráveis.

Durante décadas, políticas públicas foram desenhadas e implementadas sem a participação efectiva das mulheres. As prioridades femininas, desde o acesso à saúde sexual e reprodutiva até à criação de mecanismos de protecção contra violência baseada no género, eram frequentemente ignoradas, e os espaços de decisão mantinham-se dominados por homens. Este contexto reforçava desigualdades estruturais e alimentava a ideia de que a cidadania plena das mulheres era uma promessa distante.

Foi precisamente para romper com este ciclo que nasceu o Observatório das Mulheres (OM), uma plataforma nacional que reúne organizações feministas, académicas, activistas e líderes comunitárias. Entre 2022 e 2024, com o apoio do CESC, através do IGUAL, o OM consolidou-se como referência na monitoria, análise e advocacia de políticas públicas com enfoque de género, assumindo o papel de guardião das vozes femininas em Moçambique.

Mudanças Significativas

A nível programático, o OM não se limitou à produção de relatórios, pois desenvolveu acções concretas que influenciaram políticas públicas e transformaram práticas institucionais. Em Nampula e Zambézia, por exemplo, os seus estudos mostraram que menos de 40% dos fundos destinados à saúde materna e educação de raparigas é que estavam a ser efectivamente executados, enquanto áreas secundárias absorviam mais recursos. Estes dados foram levados a audiências públicas, sessões parlamentares e encontros com governos locais, o que levou à reorientação de verbas em alguns distritos para programas prioritários de educação e combate a uniões prematuras.

Outra frente estratégica foi a advocacia: O OM demonstrou, com base em evidências, que a Lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher não contemplava o feminicídio como categoria específica, perpetuando a invisibilidade de um fenómeno em crescimento. Essa intervenção abriu um debate nacional, hoje já incorporado em agendas parlamentares, e que terá continuidade através do programa ALIADAS. O impacto também se fez sentir no terreno: O OM promoveu formações para técnicos distritais em planificação sensível ao género, permitindo que os planos económicos e sociais incorporassem indicadores de igualdade.



Paralelamente, foram dinamizadas campanhas públicas com rádios comunitárias e fóruns provinciais, onde raparigas, líderes comunitários e autoridades debateram as barreiras de género. Essas campanhas não só deram visibilidade às desigualdades como também fortaleceram a confiança das comunidades em exigir transparência e justiça social.

Finalmente, o OM consolidou-se como referência técnica: Os seus relatórios e pareceres passaram a ser citados por OSC, jornalistas e decisores políticos em debates nacionais, tornando-se fonte credível de evidência para influenciar reformas e monitorar compromissos do Estado em matéria de género.

A nível comunitário e social, o OM organizou, nas províncias, sessões de escuta comunitária que envolveram centenas de mulheres rurais. Foi nestes espaços que emergiram histórias de violência, discriminação e exclusão, muitas vezes nunca partilhadas fora da aldeia. Esses testemunhos foram sistematizados e devolvidos às instâncias políticas como propostas concretas de mudança.

“Sempre pensei que as nossas queixas ficavam na aldeia. Hoje sei que as nossas vozes chegam a Maputo, que são discutidas no Parlamento. Isso dá-nos força para continuar a lutar.”²⁶

Outra participante, de Nampula, reforçou esta transformação de consciência política:

“Hoje sei que a política não é só para os homens. É também para nós, mulheres, que vivemos na pele as consequências das decisões.”²⁷

Casos de feminicídio também foram documentados pelo OM. Em Manica, o assassinato de uma jovem pelo seu parceiro foi acompanhado pela equipa e divulgado como exemplo da necessidade de uma legislação específica. Em Sofala, a análise de registos de tribunais distritais mostrou que muitos homicídios de mulheres eram tratados como crimes comuns, sem consideração das suas raízes de género. A visibilidade destes casos forçou o debate público e mediático sobre o reconhecimento do feminicídio como problema estrutural.

A nível institucional, o OM consolidou-se como referência nacional ao traduzir dados em mudanças palpáveis. Em 2023, por exemplo, apresentou ao Parlamento evidências de que, em distritos como Mocuba e Alto Molócuè, menos de 35% do orçamento destinado à saúde materna havia sido executado, enquanto fundos eram desviados para rubricas não prioritárias. Este alerta resultou na reprogramação de cerca de 12 milhões de meticais para programas de saúde reprodutiva e educação de raparigas.

No mesmo ano, o OM submeteu às Comissões Parlamentares dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade e a dos Assuntos Sociais, Género, Tecnologia e Comunicação Social um parecer técnico sobre a Lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher, recomendando a inclusão do feminicídio como categoria legal distinta. O parecer foi discutido em plenário e abriu espaço para uma agenda legislativa que ainda hoje prevalece. As alianças académicas também trouxeram resultados concretos: Em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), o OM realizou uma pesquisa sobre a execução orçamental distrital em Nampula e Zambézia, cujos resultados foram divulgados em conferências públicas com participação de mais de 300 pessoas, incluindo representantes de governos provinciais. A pesquisa foi depois utilizada como material de referência em formações de técnicos distritais sobre planificação sensível ao género.

Ao nível do impacto social, as rádios comunitárias de Nampula e Quelimane transmitiram mais de 40 programas de debate produzidos com base nos dados do OM, permitindo que mensagens sobre Orçamento de Estado e direitos das raparigas chegassem a mais de 200 mil ouvintes. Esses programas incentivaram famílias a participar em consultas públicas e mobilizaram líderes locais para questionarem directamente os governos distritais sobre a falta de

²⁶ Líder comunitária da Zambézia

²⁷ Líder comunitária de Nampula

investimento em educação e saúde. Nesse sentido, a organização não se limitou a produzir análises: Ela tornou-se um motor de advocacia que gerou impacto em políticas, práticas institucionais e mobilização cidadã.

Lições aprendidas

A experiência mostrou que incidir em políticas públicas com enfoque de género exige tempo, consistência e dados sólidos. Uma lição fundamental foi de que sem evidência, a advocacia perde legitimidade; e sem enraizamento comunitário, perde força política. Foi a combinação entre os dois que deu peso às propostas do OM. Outra aprendizagem foi de que transformar dados técnicos em narrativas acessíveis é essencial. Quando mulheres rurais perceberam que os números sobre orçamentos e violência correspondiam às suas próprias histórias, a mobilização ganhou nova intensidade.

A discussão sobre feminicídio trouxe uma lição crucial: Nomear é reconhecer. Enquanto os assassinatos de mulheres forem tratados como crimes genéricos, a dimensão de género permanece invisível. O OM aprendeu que levantar esta bandeira é um acto político que exige coragem e articulação em rede para enfrentar resistências institucionais e culturais. Entre 2022 e 2024, produziu relatórios estratégicos, influenciou orçamentos distritais, documentou casos de feminicídio e conquistou espaço em debates nacionais. O seu impacto vai além das políticas, até porque alterou a percepção social sobre o lugar das mulheres na democracia.

O futuro aponta para a expansão da rede de monitoria comunitária, a intensificação da advocacia em torno da inclusão do feminicídio na legislação sobre violência baseada no género e a ampliação das pesquisas sobre juventude e direitos económicos. Também pretende fortalecer a sua presença em espaços internacionais de debate, dando voz às mulheres moçambicanas na agenda global de igualdade de género.

3.15. FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA (ROSC)



Introdução e contexto

O Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC) nasceu para responder a uma necessidade urgente: Articular, fortalecer e dar voz às organizações locais que, isoladas, lutavam sem meios suficientes para influenciar políticas públicas favoráveis às crianças e monitorar a governação em Moçambique. Durante muitos anos, as OSC trabalharam de forma fragmentada, com metodologias divergentes, recursos técnicos limitados e baixa legitimidade

junto das instituições públicas. A ausência de uma plataforma de coordenação fragilizava o espaço cívico, reduzia a capacidade de diálogo com o Estado e deixava as comunidades desprotegidas diante de violações sistemáticas de direitos.

Entre 2022 e 2024, com apoio do CESC, através do IGUAL, o ROSC consolidou-se como espaço de articulação e incidência, transformando dispersão em sinergia, fragilidade em força e reivindicações locais em agenda nacional. Através do Movimento EU+, implementado em Cabo Delgado e Manica, a rede elevou a defesa dos direitos das raparigas e o combate às uniões prematuras a uma escala nacional e regional, ampliando o protagonismo da sociedade civil moçambicana e mostrando que, quando unidas, as organizações conseguem quebrar barreiras históricas e transformar realidades.

Mudanças significativas

A nível programático, o ROSC estruturou-se como plataforma, passando a representar mais de 60 OSC filiadas. Este processo deu origem a um modelo organizativo mais inclusivo e transparente, que rapidamente ganhou credibilidade junto das autoridades. Foram organizadas assembleias e fóruns regulares, definindo prioridades comuns em governação participativa, educação, saúde, direitos humanos e igualdade de género.

No âmbito do Movimento EU+, a rede inovou na forma de comunicar com as comunidades: Foram produzidos vídeos inclusivos sobre a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, adaptados às realidades locais e traduzidos em línguas predominantes, transmitidos em rádios comunitárias e partilhados em redes sociais. Estes materiais atingiram milhares de cidadãos em Cabo Delgado, Nampula e Manica, tornando a lei mais acessível e funcional. A criação de linhas de denúncia funcionais, como o número +258 877 666 999, permitiu que raparigas em risco ou já submetidas a uniões prematuras pudessem pedir ajuda de forma rápida e segura. Muitas destas denúncias foram acompanhadas até aos tribunais, criando precedentes de responsabilização em contextos onde a impunidade era regra.

Um dos resultados mais significativos foi a criação de uma rede regional de líderes comunitários para a defesa contra uniões prematuras. Essa rede conectou activistas locais, educadores, líderes tradicionais e representantes juvenis em plataformas conjuntas de diálogo e acção. Para além de multiplicar o alcance territorial do ROSC, esta iniciativa gerou um movimento de base sólida, capaz de pressionar autoridades, sensibilizar famílias e oferecer apoio directo a raparigas em risco.

A nível comunitário e social, nas comunidades, a transformação foi ainda mais visível. Raparigas que enfrentavam o destino quase inevitável de uniões forçadas foram resgatadas com o apoio do Fórum. Casos concretos, como o de uma menina de 13 anos do Distrito de Tambara e de jovens do Distrito de Montepuez, tornaram-se símbolos de que a sociedade civil organizada pode salvar vidas. Em Nampula, uma denúncia acompanhada pelo ROSC resultou numa condenação a quatro anos de prisão por união forçada — um marco jurídico e social que mostrou que a lei pode ser aplicada quando há articulação e pressão social.

O trabalho não se limitou à denúncia. O ROSC capacitou cerca de 200 líderes religiosos, comunitários e tradicionais como formadores de pares, promovendo uma mudança cultural gradual a partir de figuras profundamente respeitadas nas suas comunidades. Uma das transformações mais marcantes ocorreu no seio das lideranças religiosas: Imames e líderes de mesquitas passaram a integrar, de forma sistemática, mensagens contra as uniões prematuras nas suas pregações, rompendo com um silêncio histórico em torno do tema. De forma inédita, esses líderes muçulmanos uniram-se a pastores das igrejas cristãs em campanhas e sermões conjuntos, transmitindo uma mensagem comum de protecção das raparigas. Este alinhamento inter-religioso conferiu legitimidade moral e espiritual sem precedentes, reduziu resistências culturais e mostrou às famílias que o combate às uniões prematuras não era apenas uma obrigação legal, mas também um dever ético e de fé, partilhado por diferentes tradições religiosas.

Mais de 500 famílias inteiras foram envolvidas em cerca de 40 sessões de sensibilização e mentorias, criando um círculo de protecção em torno das raparigas. As rádios comunitárias de Montepuez, de Tambara e a Rádio Wimbi (Pemba) amplificaram as campanhas, permitindo que mensagens sobre os direitos das raparigas e a violência de género chegassem a zonas rurais e a cidadãos que, até então, estavam afastados de qualquer debate público. Os 12 fóruns provinciais e distritais realizados pela rede reuniram centenas de cidadãos e autoridades locais, estabelecendo uma nova cultura de diálogo cívico onde vozes marginalizadas finalmente puderam ser ouvidas.

A nível institucional e político, o ROSC consolidou a sua governação interna com órgãos eleitos e estatutos aprovados, reforçando transparência e legitimidade para dialogar com autoridades locais e distritais. No plano nacional, destacou-se sobretudo pela advocacia em torno da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, através da promoção de formação de raparigas mentoras e líderes de referência, produção e disseminação de materiais acessíveis (brochuras, álbuns seriados, camisolas) e uma frente pública de comunicação que incluiu programas de rádio e mobilização comunitária. Esta agenda ganhou atracção regional com a organização de uma conferência internacional que reuniu líderes tradicionais e religiosos de vários países africanos, colocando Moçambique no centro do debate sobre a protecção das raparigas e a aplicação efectiva da lei. Em paralelo, o Fórum formalizou um Memorando de Entendimento com a PROMURA e a Ukhavhihera, criando uma plataforma operacional conjunta em Cabo Delgado, e articulou-se com a GCR, em Manica, para dinamizar monitorias comunitárias, formar pares e acelerar a divulgação da lei em escolas, comunidades e cultos religiosos.

Este posicionamento externo assentou em mecanismos internos de responsabilização e resposta: A linha directa de denúncias e o circuito de seguimento de casos com parceiros (Plataforma 3R, ODC, Observatório das Mulheres, Fórum Mulher) permitiram que denúncias resultassem em medidas concretas, incluindo condenações judiciais por união forçada, e que situações de risco fossem rapidamente encaminhadas. Com este arranjo, o ROSC deixou de ser apenas uma plataforma de coordenação para se afirmar como actor de incidência estruturado capaz de mobilizar evidências, formar lideranças (religiosas, comunitárias e juvenis) e amplificar, em rede, uma mensagem comum: A Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras é inegociável e começa no bairro, na escola e no púlpito.

Lições aprendidas

A trajectória do ROSC mostrou que a unidade aumenta legitimidade. Quanto mais unida, mais forte é a voz da sociedade civil. A institucionalização revelou-se indispensável para garantir continuidade e formalizar a rede como actor credível, capaz de dialogar de igual para igual com as autoridades. Ficou igualmente claro que a inclusão é fundamental: Mulheres, jovens e OSC rurais devem ter espaço real dentro da plataforma, caso contrário a representatividade perde substância e legitimidade.

Outra lição essencial foi de que a confiança interna é condição vital. Sem solidariedade e partilha entre OSC, a rede não se sustenta. Além disso, a experiência demonstrou que a visibilidade protege. Campanhas públicas e advocacia internacional ampliaram as mensagens da rede e funcionaram como barreiras contra abusos e retrocessos legais. Por fim, o ROSC mostrou que alianças improváveis podem quebrar barreiras culturais. A convergência entre líderes muçulmanos e cristãos na divulgação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras sobre uniões prematuras foi transformadora: Sermões em mesquitas e igrejas passaram a veicular a mesma mensagem de defesa das raparigas, conferindo legitimidade moral e espiritual à lei. Esse passo histórico não só quebrou tabus num meio cultural tolerante a uniões precoces, como também reforçou o valor da colaboração inter-religiosa para acelerar mudanças sociais.

No conjunto, o ROSC demonstrou que a sociedade civil, quando organizada e unida em torno de objectivos comuns, é capaz de transformar o espaço cívico, proteger direitos e influenciar políticas. Mais do que uma plataforma de

coordenação, o ROSC tornou-se prova viva de que a cidadania, quando exercida colectivamente, gera força, legitimidade e mudanças duradouras.

3.16. LAMBDA



Introdução e contexto

A luta pela igualdade de direitos da comunidade LGBTQIA+ em Moçambique tem sido marcada por avanços lentos e resistências profundas. Apesar de alguns progressos legais e de um ambiente político relativamente aberto ao debate, persistem estigmas sociais, discriminações institucionais e exclusões comunitárias que limitam a plena cidadania desta população. Jovens e adultos LGBTQIA+ vivem frequentemente em silêncio, escondendo a sua identidade por medo de rejeição, violência ou represálias. Em muitas localidades, a marginalização é dupla: Por um lado, o preconceito cultural e religioso reforça a exclusão; por outro, a ausência de políticas públicas específicas perpetua a invisibilidade. O acesso a serviços de saúde é condicionado por atitudes discriminatórias, escolas tornam-se ambientes hostis e a participação cívica da comunidade é reduzida a quase nada.

Foi neste contexto que a associação Lambda, organização pioneira na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ em Moçambique, consolidou o seu papel como referência nacional na promoção da igualdade, dignidade e não-discriminação. Com apoio do CESC, através do IGUAL, a Lambda conseguiu ampliar o espaço de diálogo social, capacitar líderes comunitários e empoderar jovens activistas, transformando medos em coragem e invisibilidade em visibilidade política.

Mudanças significativas

A nível programático, a Lambda desenvolveu um conjunto de acções de formação e sensibilização em direitos humanos e cidadania inclusiva. Foram capacitados mais de 300 jovens activistas em técnicas de advocacia, comunicação e monitoria de casos de discriminação. Paralelamente, 120 profissionais de saúde e 85 professores foram formados para garantir práticas mais inclusivas no atendimento a pessoas LGBTQIA+. As campanhas públicas realizadas através de rádios comunitárias, programas de televisão locais e redes sociais alcançaram milhares de cidadãos, quebrando silêncios e promovendo debates mais abertos sobre diversidade e igualdade.

A nível comunitário e social, as mudanças foram sentidas directamente nas comunidades. Em Nampula, jovens que antes viviam escondidos criaram um núcleo de apoio que em poucos meses já apoiava dezenas de pessoas vítimas

de discriminação. Em Maputo, encontros comunitários reuniram famílias, líderes locais e jovens LGBTQIA+, criando momentos inéditos de diálogo.

Histórias pessoais deram rosto a esta transformação. Uma jovem lésbica de Nampula contou:

“Durante anos escondi quem eu era, com medo da rejeição. Com a Lambda, percebi que não estou sozinha. Hoje tenho coragem de falar em público e defender os meus direitos.”

Outros testemunhos reforçaram esta mudança de mentalidade, como o de uma jovem activista que afirmou:

“Hoje sei que ser quem eu sou não é um erro, é um direito. E vou continuar a lutar para que ninguém tenha de se esconder.”

Estas palavras tornaram-se símbolo do impacto da Lambda, demonstrando que a visibilidade e o empoderamento individual podem gerar inspiração colectiva. Os grupos comunitários criados pela Lambda transformaram-se em espaços seguros, onde a comunidade pôde partilhar experiências, receber apoio psicossocial e reconstruir confiança. Estes espaços de solidariedade tornaram-se fundamentais para reduzir o isolamento e reforçar a resiliência colectiva.

A nível institucional, a Lambda consolidou-se como actor de referência em direitos humanos no país. Passou a ser reconhecida em fóruns nacionais e regionais, onde apresentou relatórios e recomendações sobre políticas inclusivas. A colaboração com instituições públicas, especialmente na saúde e na educação, resultou em mudanças de práticas e maior respeito pela diversidade. Internamente, a organização fortaleceu a sua estrutura de gestão e de monitoria, recolhendo dados sobre casos de discriminação que passaram a fundamentar relatórios de advocacia. O reforço das parcerias foi decisivo. A articulação com rádios comunitárias, escolas, organizações de direitos humanos e redes internacionais ampliou a visibilidade da causa, legitimou as suas propostas e criou oportunidades de troca de experiências com movimentos semelhantes noutros países africanos.

Lições aprendidas

A trajectória da Lambda mostrou que a mudança cultural exige tempo, persistência e diálogo. Envolver líderes comunitários e religiosos foi essencial para reduzir resistências e legitimar a presença da comunidade LGBTQIA+. A formação de jovens activistas revelou-se um investimento estratégico: Estes jovens tornaram-se defensores resilientes e multiplicadores da mudança, assegurando a continuidade da luta. Outra aprendizagem foi o poder das histórias individuais como ferramenta de sensibilização. Dar rosto e voz à diversidade ajudou a desconstruir preconceitos enraizados e a criar empatia nas comunidades. Ao mesmo tempo, ficou claro que redes de apoio psicossocial são tão importantes quanto a advocacia política, pois ajudam a transformar vulnerabilidade em força colectiva.

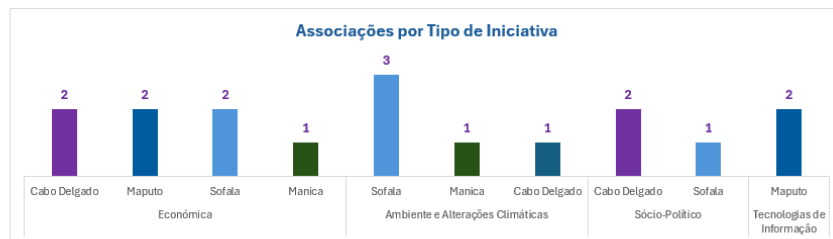
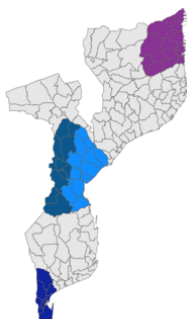
Actualmente, a Lambda é reconhecida como a principal organização de defesa dos direitos LGBTQIA+ em Moçambique, com impacto nacional e reconhecimento internacional. A sua acção reduziu estigmas, criou espaços de inclusão e fortaleceu a confiança da comunidade em si mesma. Mais do que conquistas pontuais, deixou um legado de activistas empoderados, redes comunitárias activas e práticas institucionais mais inclusivas. O futuro aponta para a expansão da advocacia em políticas públicas, incluindo a integração explícita de protecções legais para a comunidade LGBTQIA+, o reforço dos grupos comunitários e a intensificação de campanhas nacionais de sensibilização.

PARTE 2: HISTÓRIAS DE SUCESSO DAS INICIATIVAS JUVENIS

4. HISTÓRIAS DE SUCESSO POR PARCEIRO E POR REGIÃO



Total de Iniciativas
17



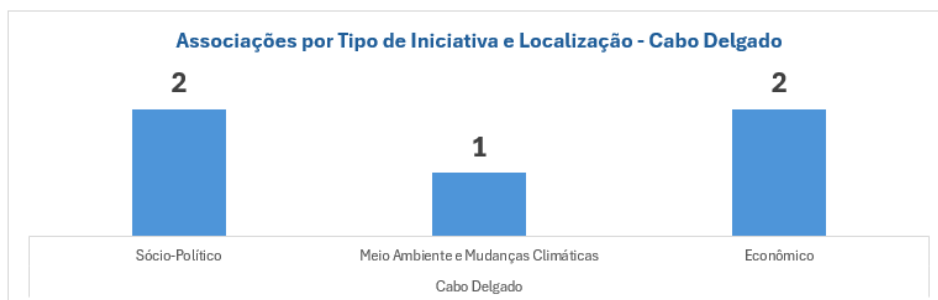
Associação	Objectivo	Área
ACCESO Mulher	Capacitação e empoderamento de Jovens e Mulheres na Governança Local e Cidadania Ativa	Sócio-Político
ADEFARMO	Educação ambiental e empoderamento comunitário através de clubes Juvenis do meio Ambiente	Ambiente e Alterações Climáticas
AEPDC	Empoderamento de Jovens e raparigas na geração de emprego através da costura	Económica
Friends Involved in Solidarity - FIS	Fortalecimento dos direitos humanos, participação cívica de mulheres e Jovens na governança local	Sócio-Político
HAKUNA MATATA	Promoção da economia verde com capacitação juvenil e empreendedorismo sustentável	Económica
AMUIGE	Capacitação e liderança feminina no setor tecnológico, com foco em reparação, gestão e segurança digital	Tecnologias de Informação
INCLUSÃO	Capacitação em Tecnologias Cívicas e Integração em negócios para Jovens LGBT+	Económica
CRIARTE	Capacitação em Gestão de Negócios e Inclusão Social em Moda e Mídia	Económica
CeUrbe	Capacitação digital e redes de jovens ativistas digitais	Tecnologias de Informação
AGRO FARM	Agronegócios e empreendedorismo em hortas comunitárias	Económica
FACE	Capacitação em Resiliência climática através de diálogos comunitários	Ambiente e Alterações Climáticas
AGS	Capacitação em gestão de resíduos, criação de microempresas de reciclagem e ecopontos	Ambiente e Alterações Climáticas
Sumburero	Capacitação técnico-profissional e empreendedorismo	Económica
Viver Saudável	Capacitação em proteção de Ecossistemas Costeiros e Fortalecimento Urbanos	Ambiente e Alterações Climáticas
Bloco 4 Foundation	Capacitação em governança local, direitos humanos, laboratórios comunitários e redes de monitoria juvenil	Sócio-Político
AJFS	Capacitação em agroflorestamento sustentável, apicultura e empoderamento económico	Ambiente e Alterações Climáticas
JOSCOAL	Capacitação técnica e interpessoal de jovens para inserção de jovens no emprego formal	Económica

PROVÍNCIA: CABO DELGADO



INICIATIVAS JUVENIS - CABO DELGADO

Total de Iniciativas - 5



Associação	Objectivos da intervenção
ACCESS Mulher	Capacitação e emponderamento de Jovens e Mulheres na Governança Local e Cidadania Ativa
ADEFARMO	Educação ambiental e empoderamento comunitário através de clubes Juvenis do meio Ambiente
AEPDC	Empoderamento de jovens e raparigas na geração de emprego através da costura
Friends Involved in Solidarity - FIS	Fortalecimento dos direitos humanos, participação cívica de mulheres e jovens na governança local
HAKUNA MATATA	Promoção da economia verde com capacitação juvenil e empreendedorismo sustentável

4.1. ASSOCIAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO ECONÓMICA E DE SAÚDE DA



MULHER (ACCESS MULHER)

Introdução e contexto

A ACCESS Mulher é uma organização liderada por jovens comprometida com a promoção dos direitos humanos, a igualdade de género e a coesão social em contextos marcados por conflito e exclusão. No âmbito das “Iniciativas Juvenis”, a organização implementou o projeto “Mulheres Jovens em Acção: Construindo Coesão e Inclusão em Cabo Delgado” nos distritos de Chiúre e Ancuabe. O projecto surgiu em resposta à violência baseada no género, à exclusão social e à falta de oportunidades económicas para mulheres jovens, agravadas pela instabilidade e pelos deslocamentos forçados provocados pelo conflito armado. Nesses territórios, a vulnerabilidade feminina era visível através da limitação de acesso à educação, à formação profissional e aos espaços de decisão comunitária. A iniciativa teve como objetivo geral fortalecer a coesão social e a inclusão política das mulheres jovens e dos jovens em geral, promovendo a criação de espaços seguros de participação.

Os objectivos específicos incluíam:

- Promoção da consciencialização sobre direitos humanos e igualdade de género;
- Apoio à reintegração social e económica de mulheres sobreviventes de VBG;

- Capacitação de jovens líderes e líderes comunitários em governação local, liderança e prevenção da violência.

As principais actividades abrangeram:

- Sessões de sensibilização sobre VBG e direitos humanos;
- Formação em liderança e participação política;
- Estabelecimento de grupos de diálogo e redes comunitárias de apoio;
- Inclusão de sobreviventes de VBG em cursos técnicos não tradicionais, como mecânica de motorizadas;
- Produção de programas de rádio para ampliar o alcance das mensagens de empoderamento feminino e direitos humanos.

Fortalecimento institucional e mudanças internas

A nível programático, com o apoio técnico do CESC, através do IGUAL, a ACCESS Mulher evoluiu de acções pontuais de sensibilização para metodologias participativas de envolvimento comunitário, como círculos de diálogo, grupos de reflexão e sessões de aprendizagem contínua. O projecto integrou novas temáticas, como higiene menstrual, prevenção de uniões prematuras e empoderamento económico, ampliando o seu impacto social e o protagonismo das mulheres jovens. A adaptação ao contexto de insegurança em Cabo Delgado foi um marco do processo: As actividades foram reorganizadas em espaços seguros e com abordagens flexíveis que garantiram a participação contínua, mesmo em cenários de deslocamento e instabilidade.

“Acreditamos que a paz e a coesão social só são possíveis quando as mulheres participam das decisões e têm meios para viver com dignidade.”²⁸

Pelo contexto do distrito de Chiúre, a ACCESS Mulher percebeu a necessidade de agregar valor ao seu projecto, principalmente para permitir o empoderamento social e económico das mulheres e raparigas sobreviventes de VBG e deslocadas de guerra instalados nos diferentes centros existentes na região; foram assinados acordos com duas oficinas de reparação de motorizadas em Chiúre para a formação de 30 raparigas e mulheres sobreviventes de VBG em mecânica de motorizadas.



Mudanças significativas e impacto comunitário

A nível dos beneficiários, os resultados alcançados são transformadores. O projecto apoiou a reintegração social e económica de 30 mulheres sobreviventes de VBG, que antes enfrentavam estigma e exclusão. Através de formações técnicas em mecânica de motorizadas, elas conquistaram novas competências e autoestima, tornando-se referências nas suas comunidades.

²⁸ Coordenadora do Projecto, ACCESS Mulher

“Nunca pensei que poderia trabalhar com motorizadas. Hoje reparo motos na minha oficina e sou respeitada pelos clientes e pela comunidade.”²⁹

Foram igualmente formadas 40 mulheres em empoderamento económico e 42 jovens em participação cidadã, criando uma nova geração de líderes conscientes e participativos. Além disso, 20 microempresas lideradas por mulheres foram formalizadas, garantindo autonomia financeira e inserção no mercado local.

No treinamento em reparação de motorizadas, numa oficina improvisada de Chiúre, entre o som metálico das chaves e o cheiro a óleo queimado, ergueram-se várias histórias de jovens que se tornaram mães de forma prematura. Exemplo disse é a jovem Júlia, que decidiu não se deixar aprisionar pelo destino traçado para rapariga deslocada. No olhar da Júlia, há uma poderosa esperança que nasceu da dor, mas alimenta-se pela esperança de um futuro melhor para si e seu bebé. A jovem Júlia tornou-se mãe muito cedo, mas encontrou na formação de reparação de motorizadas uma ponte inesperada para o futuro. Os dias já não são apenas de luta pela sobrevivência, mas de aprendizagem constante, onde cada gesto técnico, o aperto de um parafuso, a troca de óleo, a escuta atenta do motor, é também um gesto de reconstrução interior. A cada ferramenta que segura, reafirma para si mesma que não é uma vítima sem voz, mas uma jovem capaz de se reinventar. A sua presença na oficina desafia silêncios, tabus e preconceitos que durante gerações tentaram limitar as mulheres ao espaço doméstico.



Os clientes, antes desconfiados, começam a confiar-lhe as suas motorizadas; os vizinhos já não a olham como uma menina perdida, mas como alguém que inspira.

O mais impressionante na sua caminhada é a consciência que carrega. É uma jovem consciente do seu lugar no mundo, das marcas do conflito e da violência que moldaram o seu presente, mas também da possibilidade de transformar essa dor em força. Não ignora as dificuldades, mas escolhe enfrentá-las com confiança e criatividade. Assim, a oficina em Chiúre não é apenas um espaço de formação técnica. É o lugar onde as raparigas e mulheres marcadas pela prematuridade da maternidade, pela sobrevivência e pelo peso das circunstâncias erguem-se como mulheres conscientes.

Lições aprendidas

- Envolver homens nas acções de género é essencial para reduzir resistências e promover transformações sustentáveis;
- A música e a dança são ferramentas poderosas em sessões de apoio psicossocial, promovendo o bem-estar e união comunitária;
- Formações práticas com mentores locais facilitaram a integração das raparigas em áreas não tradicionais, como a mecânica;

²⁹ Beneficiária do projecto, Ancuabe

- A formalização de negócios femininos é determinante para o verdadeiro empoderamento económico — a literacia financeira isolada não é suficiente;
- Abordagens de aprendizagem contínua e flexível aumentam a adesão e a permanência das mulheres em programas de capacitação.

Impacto

O projeto teve um impacto profundo na vida das mulheres deslocadas e sobreviventes de violência em Cabo Delgado. Ao formar 30 raparigas em mecânica de motorizadas, a ACCESS Mulher rompeu barreiras culturais e demonstrou que as mulheres podem prosperar em profissões tradicionalmente masculinas. As formandas ganharam independência financeira, autoestima e reconhecimento social, inspirando outras jovens a seguir o mesmo caminho. Além disso, 40 mulheres foram capacitadas em empoderamento económico e 20 negócios femininos foram formalizados, permitindo-lhes aceder a novos mercados e garantir rendimentos sustentáveis. As redes comunitárias criadas e as acções de sensibilização sobre direitos humanos fortaleceram a coesão social e reduziram o estigma associado às sobreviventes de VBG.

As histórias de mulheres como Júlia, que transformou o sofrimento em esperança, simbolizam a força e a capacidade de reconstrução das beneficiárias. Hoje, estas jovens não são vistas como vítimas, mas como agentes de mudança nas suas comunidades, mobilizando outras mulheres e colaborando com líderes locais para promover igualdade e paz.

4.2. ACÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA RURAL MOÇAMBICANA (ADEFARMO)



Introdução e contexto

A ADEFARMO é uma organização emergente de base comunitária que nasceu do desejo de transformar as comunidades de Pemba e Chiúre através da educação ambiental e da acção prática. Num contexto marcado pela intensificação das mudanças climáticas, pela má gestão dos resíduos sólidos e pela falta de políticas locais de reciclagem, a ADEFARMO identificou uma oportunidade para envolver jovens e famílias na defesa da “casa comum” — o meio ambiente.

Cabo Delgado enfrenta um grave problema de poluição e degradação ambiental, agravado pela acumulação de plásticos e pela ausência de mecanismos de recolha e tratamento de resíduos. Essa realidade compromete a saúde pública, afecta a biodiversidade e degrada os espaços de convivência comunitária. Com o apoio do CESC, através

do IGUAL, a ADEFARMO lançou o projeto “Clubes dos Amigos do Meio Ambiente (AMA)”, com o objectivo de promover a gestão sustentável de resíduos e a educação ambiental.

A iniciativa procurou não apenas sensibilizar, mas empoderar jovens e famílias para que se tornassem agentes de mudança, através da criação de clubes ambientais, da reciclagem criativa, da bioconstrução e de acções de geração de rendimento verde.

Ao longo da implementação do projecto, a ADEFARMO consolidou uma rede comunitária de aprendizagem e acção ambiental que uniu jovens, escolas e famílias em torno de uma causa comum: Proteger o ambiente e gerar meios de vida sustentáveis. Foram criados 12 clubes ambientais — seis em Pemba e seis em Chiúre — que envolveram directamente oito escolas e quatro comunidades locais, mobilizando cerca de 400 participantes, dos quais 60% mulheres e 40% homens. Através de uma metodologia prática e participativa, os jovens aprenderam técnicas de reciclagem, bioconstrução e reutilização de resíduos, transformando materiais descartados em produtos úteis, como vasos, tijolos ecológicos e peças artesanais comercializáveis.

Mudanças significativas e impacto comunitário

A **nível programático**, para uma organização iniciante, o apoio do CESC/IGUAL foi decisivo. Antes do projecto, a ADEFARMO não possuía estrutura, plano de trabalho nem instrumentos de monitoria. O processo de capacitação iniciou-se com sessões práticas de planeamento e monitoria, conduzidas pelo CESC, onde a equipa aprendeu a elaborar planos mensais, definir indicadores e utilizar grelhas de acompanhamento de resultados. A formação foi acompanhada de mentoria técnica contínua, que permitiu corrigir e ajustar as metodologias de intervenção em tempo real.



Graças a este acompanhamento, a equipa passou a realizar reuniões semanais de análise de progresso, a produzir relatórios de campo e a documentar evidências fotográficas e testemunhos dos beneficiários. A diversificação das abordagens resultou de exercícios participativos realizados nos próprios clubes dos amigos do Ambiente, onde os jovens identificaram temas e práticas prioritárias, como bioconstrução, compostagem, reciclagem criativa e artesanato a partir de resíduos sólidos. Essa co-criação com os beneficiários tornou as actividades mais relevantes e sustentáveis, permitindo que cada clube se adaptasse à sua realidade local — urbana, escolar ou rural.

Esta evolução consolidou a ADEFARMO como uma verdadeira organização ambientalista comunitária, reconhecida pela sua capacidade de planear, executar e medir resultados com base em evidências.

“O CESC mostrou-nos que é possível planificar, executar e medir resultados com rigor, mesmo começando do zero.”

A **nível institucional**, o projecto marcou o início da legalização e formalização da ADEFARMO. O CESC prestou apoio técnico e administrativo directo na elaboração dos estatutos, registo da associação, obtenção do NUIT e abertura da conta bancária. Paralelamente, a equipa recebeu formações em gestão de projectos, comunicação

institucional e elaboração de relatórios narrativos, o que aumentou significativamente a sua credibilidade e capacidade de prestação de contas. A produção de histórias de sucesso e boletins comunitários passou a fazer parte da rotina organizacional, fortalecendo a visibilidade pública e a mobilização de novos parceiros.

“O IGUAL abriu portas para organizações que, como a nossa, nunca tinham tido a oportunidade de mostrar o seu valor.”

A nível financeiro, a ADEFARMO evoluiu de práticas informais para um sistema de gestão transparente e estruturado. Com o apoio técnico do CESC, foram introduzidos procedimentos padronizados de aquisição de bens e serviços, e criada uma planilha de controlo orçamental que permitiu monitorizar receitas e despesas em tempo real. A equipa recebeu formação em gestão financeira, reconciliação bancária e elaboração de relatórios trimestrais, e passou a operar com um sistema de pagamentos intervalares e justificações documentais. Estas acções garantiram maior rastreabilidade, equidade nos processos e previsibilidade financeira, consolidando a confiança da ADEFARMO junto das comunidades, autoridades e potenciais financiadores.

A nível comportamental e institucional, o projecto da ADEFARMO promoveu uma mudança tangível na atitude dos agentes públicos, escolas e comunidades locais em relação à gestão ambiental e à adaptação às mudanças climáticas. O trabalho da organização impulsionou mudanças práticas e comportamentais: Líderes comunitários, técnicos distritais e docentes passaram a integrar práticas sustentáveis no quotidiano, como a gestão de resíduos, a compostagem e o uso de materiais reciclados em pequenas infraestruturas.

O exemplo mais emblemático dessa transformação foi a construção de duas casas resilientes às mudanças climáticas em comunidades do distrito de Chiúre. Estas habitações, erguidas com materiais reciclados e técnicas de bioconstrução (utilizando garrafas de plástico, areia e barro estabilizado), tornaram-se modelos de construção ecológica e resistente a ventos fortes e chuvas intensas, típicos das zonas frequentemente afectadas por ciclones. As casas, erguidas com a participação activa de jovens e famílias locais, não só proporcionaram soluções de habitação segura e sustentável, como também demonstraram a viabilidade económica deste modelo. Após a conclusão das primeiras unidades, as comunidades solicitaram novas construções, reconhecendo o valor e a durabilidade das estruturas. Esta procura espontânea confirmou que a bioconstrução deixou de ser vista como uma curiosidade experimental para se tornar uma alternativa concreta e desejada à construção tradicional.

A intervenção inspirou igualmente os Serviços Distritais de Infra-estruturas e Meio Ambiente a considerar a replicação deste modelo em planos locais de gestão de risco, reforçando a integração entre inovação comunitária e políticas públicas de adaptação climática. No seu conjunto, estas experiências mostram que a ADEFARMO não apenas promoveu consciência ambiental, mas criou soluções reais de resiliência e sustentabilidade, transformando Chiúre num exemplo prático de como a juventude pode liderar respostas locais às mudanças climáticas.

A nível dos beneficiários, a intervenção produziu transformações visíveis nas comunidades. Jovens e estudantes passaram a olhar para o lixo como recurso produtivo, e não como problema. Um exemplo inspirador é o testemunho de Angelina Diamine, 16 anos, aluna da 10ª classe e residente no bairro Cariacó, Pemba:

“Graças aos ensinamentos da ADEFARMO aprendi a produzir frascos com garrafas e sisal. Hoje vendo o que antes era lixo e pago os meus testes na escola. Aprendi que o lixo pode virar luxo.”

Histórias como a de Angelina reflectem o impacto educativo, ambiental e económico do projeto — transformando jovens em empreendedores ecológicos e agentes de mudança comunitária.

Lições aprendidas

- Evitar a sobrecarga de beneficiários — é essencial adaptar metodologias e distribuir as actividades por ciclos e clubes;
- Planeamento gradual gera resultados sustentáveis — as mudanças mais consistentes foram observadas no segundo ciclo;
- Monitoria participativa permite aprender e corrigir durante a implementação;
- Histórias de sucesso são ferramentas poderosas de mobilização e prestação de contas;
- *Kits* de autoemprego e acompanhamento contínuo garantem sustentabilidade e empoderamento real.

Impacto

A transformação ambiental e social alcançada reflecte-se não só nas comunidades beneficiárias, mas também na própria organização, que se denota em educação ambiental e economia circular em Cabo Delgado. Com base nas lições aprendidas, a ADEFARMO planeia expandir os clubes de amigos do ambiente para novos distritos e fortalecer a formação técnica em reciclagem, bioconstrução e empreendedorismo verde. O futuro será guiado pela convicção de que a juventude é a força motriz de uma Moçambique mais limpa, resiliente e inclusiva.

“Reciclar é cuidar, ensinar é transformar, e agir é construir o futuro.” — equipa ADEFARMO

4.3. ASSOCIAÇÃO PARA ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (AEPDC)



Introdução e contexto

Esta é a história de uma organização que transformou desafios em oportunidades e sonhos em realidades concretas. A AEPDC nasceu em Pemba como um movimento de jovens comprometidos com o desenvolvimento local e a

inclusão social. No início, funcionava sem espaço físico, sem equipamentos e com recursos mínimos, mas com uma enorme vontade de mudar o futuro da juventude.

Em 2024, a AEPDC foi seleccionada pelo CESC, através do IGUAL, para implementar o projeto “KIHANA NTEKO”- “tenho trabalho”, numa livre tradução do Emakua para português, destinada a enfrentar o problema do desemprego entre jovens e raparigas na cidade de Pemba. O contexto era marcado pela falta de oportunidades de formação técnica e profissional, o que gerava vulnerabilidade social e económica entre os jovens, especialmente as mulheres.

O projecto tinha como objetivo promover o empreendedorismo juvenil e o empoderamento feminino, através de formações em corte e costura, incentivando a criação de pequenos negócios e oportunidades de geração de renda. Foram criados quatro centros de formação equipados com máquinas de costura, mesas de corte e materiais de aprendizagem, proporcionando um ambiente adequado para a formação prática e o desenvolvimento de competências empreendedoras. Durante a execução, 40 jovens (24 raparigas e 16 rapazes) concluíram com sucesso as formações, adquirindo conhecimentos técnicos e comportamentais essenciais para o mercado de trabalho e para a criação de negócios próprios.

“Antes do curso, eu não tinha nenhuma noção sobre costura. Hoje já consigo fazer peças completas e sonho em abrir o meu próprio ateliê.”³⁰



O sucesso do KIHANA NTEKO tornou-se visível não apenas nas roupas produzidas, mas nas histórias de autoconfiança e transformação social. As famílias das beneficiárias começaram a reconhecer o valor do trabalho feminino e a comunidade passou a ver nas raparigas não apenas estudantes, mas verdadeiras empreendedoras locais. O projecto inspirou ainda escolas e associações vizinhas a replicarem a iniciativa, consolidando o papel da AEPDC como exemplo de resiliência e inovação social em Cabo Delgado.

Mudanças significativas e impacto comunitário

O impacto do KIHANA NTEKO foi além das salas de formação. As mudanças começaram a manifestar-se nas famílias e nas comunidades: Pais e maridos que antes viam o trabalho feminino como um tabu passaram a orgulhar-se das filhas e esposas empreendedoras, incentivando-as a continuar a produzir e a vender. As jovens, por sua vez, ganharam autonomia financeira, contribuindo com a sua própria renda para as despesas domésticas e inspirando

³⁰ Beneficiária do projecto KIHANA NTEKO

outras raparigas a inscreverem-se nas formações seguintes. A presença das oficinas comunitárias revitalizou os bairros, que passaram a ter espaços de produção activa e colaboração. As roupas produzidas pelos formandos começaram a ser vendidas em feiras locais e até a ser encomendadas por escolas e pequenas empresas, demonstrando que o empreendedorismo juvenil pode gerar impacto económico real.

A nível programático, antes do apoio do CESC/IGUAL, a AEPDC realizava as suas actividades de forma espontânea, sem instrumentos formais de planificação ou monitoria. Com o processo de capacitação, a organização aprendeu a elaborar planos de trabalho mensais, a definir metas claras e a monitorar resultados. Hoje, a equipa utiliza ferramentas de planeamento e avaliação, o que permite prever desafios, sistematizar aprendizagens e documentar resultados. Essa mudança trouxe maior disciplina, clareza e capacidade de aprendizagem contínua — transformando cada acção num processo planeado, monitorado e orientado para resultados.

A nível institucional, a AEPDC não possuía escritório físico e equipamentos. As reuniões aconteciam em locais públicos, como praças ou praças. Com o apoio do CESC/IGUAL, a associação conseguiu arrendar um escritório físico, com secretárias, computadores e materiais administrativos, fortalecendo a sua estrutura física e capacidade organizacional ou administrativa.

“³¹Ter um escritório e equipamentos mudou a forma como somos vistos. Hoje, os parceiros confiam em nós e as comunidades procuram os nossos serviços.”

A nível financeiro, antes da intervenção, a gestão financeira da associação era limitada e dependente apenas de contribuições dos membros, sem controlo formal ou registo sistemático de despesas. Com o apoio do IGUAL, a AEPDC foi capacitada em boas práticas de gestão financeira, passando a usar fichas de requisição de fundos, registos de despesas e relatórios financeiros mensais. Essa nova metodologia aumentou a transparência, a responsabilidade e a confiança dos membros e parceiros. Hoje, a AEPDC dispõe de procedimentos padronizados de gestão de fundos, controla entradas e saídas de valores e apresenta relatórios de forma regular, consolidando a sua credibilidade e sustentabilidade financeira.

Ao nível e instituições públicas, o projecto teve impacto indirecto e transformador nas práticas comunitárias e na visibilidade institucional.

As actividades da AEPDC foram publicadas no site oficial do Instituto Nacional de Emprego (INEP), o que aumentou a credibilidade da organização e abriu espaço para futuras parcerias com instituições de emprego e formação profissional. Além disso, a articulação com escolas e lideranças locais resultou em maior envolvimento das autoridades comunitárias nas actividades formativas, criando um ambiente propício para influenciar políticas inclusivas de juventude e género a médio prazo.

Ao nível dos beneficiários, os testemunhos dos formandos revelam uma mudança profunda nas suas vidas pessoais e profissionais. As jovens passaram a ver-se como empreendedoras, e muitos rapazes aprenderam a valorizar a igualdade de género e o trabalho colaborativo. A formação técnica foi acompanhada por sessões de formação humana, que abordaram temas como disciplina, liderança, auto-estima e gestão do tempo.

“As formações ensinaram-me a acreditar em mim mesmo e a trabalhar com disciplina. Agora sei que posso criar o meu próprio futuro”³²

³¹ Coordenadora da AEPDC

³² Participante, 22 anos

O projecto também fomentou solidariedade e espírito de comunidade: Em momentos de escassez de materiais, formadores e alunos partilharam tecidos e panos das suas próprias casas, garantindo que as aulas não parassem — um exemplo vivo de resiliência e compromisso colectivo.

Lições aprendidas

A experiência do projecto KIHANA NTEKO revelou lições valiosas:

1. Planeamento e sistematização são fundamentais para a eficácia e transparência.
2. Capacitação prática e acompanhamento contínuo são mais eficazes do que formações pontuais.
3. Resiliência e criatividade são essenciais em contextos de limitação de recursos.
4. Autonomia financeira fortalece a dignidade institucional e a confiança dos parceiros.
5. Parcerias colaborativas amplificam resultados e aceleram o processo de aprendizagem organizacional.

Impacto

O impacto do projecto KIHANA NTEKO vai muito além das formações concluídas. A AEPDC transformou-se de um grupo informal de jovens sonhadores numa organização estruturada, credível e com capacidade de execução técnica e financeira. Uma jovem beneficiária do projecto terá a sua empresa individual de corte e costura legalizada com apoio do IGUAL.

“³³O futuro da AEPDC é continuar a inspirar jovens a acreditarem nas suas capacidades e a construírem soluções sustentáveis para as suas comunidades.”

4.4. FRIENDS INVOLVED IN SOLIDARITY (FIS)



³³ Presidente da AEPDC

Introdução e contexto

A FIS nasceu da força de jovens determinados a reconstruir comunidades devastadas pelo conflito armado em Cabo Delgado. Num cenário de deslocamentos forçados, insegurança e violência, a FIS emergiu como uma voz ativa em defesa da paz, mediação de conflito e da coesão social. Foi neste ambiente desafiante que, em 2024, a FIS foi seleccionada como parceira do CESC, através do IGUAL, para implementar o projecto “Juventude pela Paz e Coesão em Cabo Delgado (JPC).

O objectivo central do projecto foi fortalecer o papel da juventude — homens e mulheres — como agentes de transformação social, promovendo a paz, a prevenção de conflitos e a protecção dos direitos humanos. A iniciativa visava ainda criar espaços seguros de diálogo intergeracionais, reforçar a resiliência comunitária e mitigar os impactos da violência de género, através de formações, grupos de mediação e apoio psicossocial.

Entre as principais acções destacaram-se:

- Formação de jovens e líderes comunitários em mediação de conflitos e direitos humanos;
- Criação de mecanismos de apoio psicossocial e prevenção de VBG por meio de grupos focais e sessões comunitárias;
- Construção dos “alpendres da paz e coesão”, espaços físicos destinados ao diálogo e à resolução pacífica de conflitos;
- Capacitação em gestão de projectos, GESI, *fundraising* e MEL para fortalecer a sustentabilidade institucional da FIS e dos seus parceiros locais.

Estas actividades nasceram da convicção de que a paz duradoura só se constrói com inclusão, confiança e oportunidades reais para a juventude.



O projecto alcançou resultados expressivos na consolidação da paz e da coesão social em Cabo Delgado. Foram formados 50 jovens e 10 líderes comunitários como mediadores de conflitos nos distritos de Chiúre e Ancuabe, que hoje conduzem sessões de diálogo e sensibilização nas suas próprias comunidades. As actividades do projecto beneficiaram mais de 3.000 pessoas, abrangendo temas como paz, coesão social, prevenção da violência baseada no género (VBG) e direitos humanos.

Ao longo da implementação, realizaram-se 16 grupos focais e sessões de partilha de experiências em ambos os distritos, bem como acções de sensibilização em quatro escolas, promovendo a convivência pacífica entre estudantes deslocados e residentes. Foram ainda construídos dois “alpendres da paz e coesão social” — um em cada distrito —

em parceria com a ADEFARMO, concebidos como estruturas resilientes às mudanças climáticas, destinadas a acolher encontros e mediações comunitárias.

A inclusão da FIS em redes de protecção e fóruns de coordenação humanitária, como o Fórum das Organizações Não-Governamentais de Cabo Delgado (FOCADE), reforçou a sua visibilidade institucional e abriu novas oportunidades de colaboração com parceiros nacionais e internacionais. Paralelamente, a participação da organização em formações conjuntas com outras iniciativas juvenis — como ACCESS Mulher, AEPDC, ADEFARMO e Hakuna Matata — fortaleceu as sinergias entre as organizações e ampliou o alcance das suas intervenções em prol da paz e da coesão social.

Mudanças significativas e impacto comunitário

A nível programático, com o apoio do CESC/IGUAL, a FIS reforçou as suas competências em monitoria, elaboração de propostas, captação de fundos e gestão de projectos, introduzindo metodologias participativas e inclusivas nas suas intervenções. A abordagem da FIS evoluiu de uma actuação pontual para uma intervenção estratégica e integrada, que combina mediação comunitária, apoio psicossocial e promoção da paz. Hoje, a organização é reconhecida por articular, de forma inovadora, as dimensões de protecção, mediação de conflitos com apoio de lideranças comunitárias, resiliência e coesão social em contextos de conflito.

“Com o IGUAL aprendemos a planificar com base em resultados e a trabalhar com dados concretos. Agora sabemos medir o impacto do nosso trabalho.”³⁴

Para que esta transformação fosse possível, a FIS participou em formações intensivas conduzidas pelo CESC sobre planeamento, gestão financeira e monitoria, aplicando imediatamente as aprendizagens nas suas próprias actividades. A equipa criou sistemas internos de gestão, organizou sessões de mentoria com técnicos experientes e implementou planos de acção participativos que envolveram jovens e líderes comunitários. Estas acções permitiram profissionalizar a organização e torná-la reconhecida pelas autoridades locais.

A nível institucional, a FIS transformou-se numa organização mais estruturada, visível e credível. Antes do apoio do CESC, através do IGUAL, funcionava de forma informal, sem mecanismos administrativos, uma vez que se tratava de um grupo informal. Durante a implementação do projecto, a FIS desenvolveu uma identidade institucional, com visibilidade pública reforçada, com logotipos, crachás, coletes, *banners* e os emblemáticos “alpendres da paz” que simbolizam o seu compromisso com a reconstrução social. Além disso, a organização passou a integrar fóruns de protecção e plataformas humanitárias em Cabo Delgado, reforçando o seu papel como referência juvenil em mediação e promoção da paz. Hoje, é reconhecida pelas autoridades distritais e parceiros de desenvolvimento como uma entidade sólida e confiável, capaz de liderar intervenções em contextos complexos.

“O apoio do CESC deu-nos uma identidade e uma voz. Passámos de um grupo de jovens voluntários a uma organização reconhecida, estruturada e que adquiriu ferramentas para executar actividades e fundos de forma mais regrada..”³⁵

A nível financeiro, um dos avanços mais significativos ocorreu no domínio financeiro. Com acompanhamento técnico do CESC, a FIS elaborou a sua “Política interna de gestão financeira” e iniciou a construção de um “Manual de procedimentos internos”, introduzindo regras claras de controlo, aprovação de despesas e conformidade

³⁴ Celma Arlindo, oficial de campo da FIS

³⁵ Neves Oliveira, Diretor Executivo da FIS

financeira. Estes instrumentos trouxeram maior segurança, transparência e padronização dos processos internos, reduzindo erros e fortalecendo a prestação de contas junto a financiadores e parceiros. Hoje, a FIS possui uma base financeira credível, apta a gerir fundos de maior dimensão e a negociar novos apoios institucionais.

A nível das políticas e instituições públicas, o projeto influenciou positivamente o diálogo entre autoridades e jovens mediadores, incentivando administrações distritais e líderes comunitários a incorporar a juventude em fóruns locais de decisão e resolução de conflitos. A FIS passou a participar ativamente em agendas distritais de proteção e paz, sendo reconhecida como parceira estratégica na implementação de actividades conjuntas de sensibilização e mediação comunitária.

A nível dos beneficiários e comunidades, o impacto do projecto reflectiu-se directamente nos jovens, líderes e comunidades beneficiárias. Foram formados 50 jovens e 10 líderes comunitários como mediadores, que hoje conduzem grupos de diálogo e mediação nos distritos de Chiúre e Ancuabe, beneficiando mais de 3.000 pessoas.

Os resultados mais marcantes emergiram das histórias locais de transformação. Em várias comunidades, conflitos de acesso à água e à terra entre deslocados e residentes locais foram resolvidos pacificamente através da mediação dos jovens formados pela FIS. Esses mediadores também intervieram em disputas religiosas entre muçulmanos e cristãos, promovendo encontros e sessões de reconciliação que restabeleceram a convivência pacífica.

Outro avanço relevante foi a integração dos jovens e líderes tradicionais nos comités comunitários de resolução de conflitos, o que aumentou significativamente a aceitação social das decisões tomadas. Essa presença conjunta reforçou a credibilidade dos processos de mediação, tornando as soluções mais sustentáveis e respeitadas. Os testemunhos recolhidos demonstram que conflitos entre deslocados e residentes foram resolvidos pacificamente graças ao protagonismo juvenil, e que as comunidades passaram a privilegiar o diálogo em detrimento da violência.

“Antes resolvíamos tudo com confrontos. Agora aprendemos que ouvir é o primeiro passo para a paz.”³⁶

Além disso, a criação dos “alpendres da paz e coesão” oferece espaços físicos permanentes onde comunidades se reúnem para debater problemas, promover reconciliação e construir confiança mútua, um símbolo tangível da paz que a juventude ajuda a construir todos os dias.

Lições aprendidas

A trajetória da FIS foi marcada por aprendizagens valiosas:

- A experiência com pagamentos directos mostrou a importância de desenvolver sistemas internos robustos e autonomia financeira.
- Gerir fundos de maior escala exigiu disciplina, planeamento e rigor, transformando desafios em oportunidades de amadurecimento organizacional.
- Promover a paz requer integrar onexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e coesão social, pois comunidades tendem a valorizar acções tangíveis quando combinadas com diálogo e sensibilização.
- A segurança das equipas e beneficiários é prioridade: Actuar com cautela e em zonas seguras foi essencial para a continuidade das acções.

³⁶ Jovem mediador, Chiúre

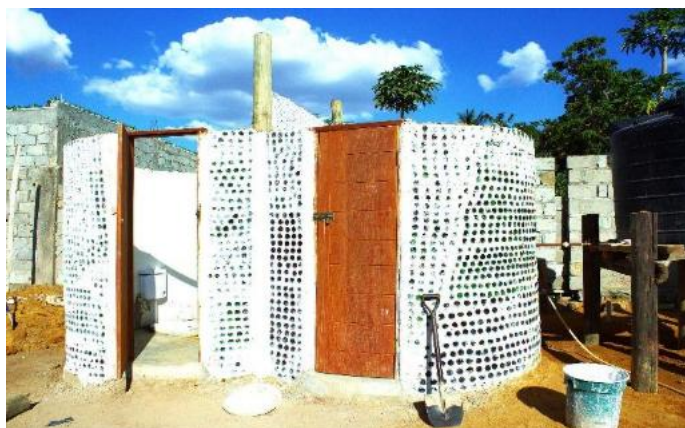
- A formação contínua e a mentoria técnica do CESC/IGUAL foram determinantes para a consolidação da FIS como instituição resiliente e estratégica.

Impacto

O projecto “Juventude pela Paz e Coesão em Cabo Delgado” foi uma referência juvenil na mediação comunitária e na promoção da paz. A capacitação dos mediadores de conflitos e a construção dos “alpendres da paz e coesão” asseguram que o legado do projecto perdure no tempo, transformando comunidades e inspirando novas gerações. A FIS prepara-se agora para expandir a sua intervenção para novos distritos, reforçando a integração entre apoio psicossocial, governação local e resiliência juvenil, ao mesmo tempo que investe no fortalecimento interno em *fundraising* e gestão de projectos.

“Hoje somos uma organização estruturada, com voz e impacto. A paz que construímos começa em nós e espalha-se pelas nossas comunidades.”³⁷

4.5. FUNDAÇÃO HAKUNA MATATA



Introdução e contexto

A Fundação Hakuna Matata, através do projecto “Yopipila II”, financiado pela União Europeia, Embaixada da Irlanda e pelo CESC, através do IGUAL, tem sido pioneira na promoção das tecnologias verdes e do empreendedorismo sustentável entre jovens de Cabo Delgado.

A província, marcada por conflitos armados, deslocamentos forçados e elevadas taxas de desemprego juvenil, exigia soluções inovadoras que combinassem formação profissional, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Foi nesse contexto que nasceu o “Yopipila II”, implementado nos distritos de Montepuez e Pemba, uma iniciativa que une

³⁷ Neves Oliveira, Director Executivo da FIS

formação técnica, criatividade e compromisso ecológico, dando aos jovens ferramentas concretas para gerar rendimento, proteger o ambiente e construir a paz através do trabalho.

O projecto implementa formações práticas em áreas como bioconstrução, agricultura sustentável, produção de biopesticidas e biofertilizantes, moda e artesanato ecológico, nutrição sustentável e gestão de recursos hídricos, promovendo uma verdadeira revolução verde na juventude de Cabo Delgado. Nos *hubs* de inovação juvenil em Pemba e Montepuez, jovens de ambos os sexos aprendem, criam e partilham soluções sustentáveis que contribuem para um desenvolvimento mais justo e resiliente.

“O Yopiyla II mostrou-nos que a juventude pode ser protagonista de um futuro mais verde, mais digno e mais inclusivo.”³⁸



O projecto alcançou resultados significativos na promoção do empreendedorismo verde e na capacitação juvenil em Cabo Delgado. Ao longo da implementação, mais de 100 jovens foram formados em áreas de tecnologias verdes, com foco em práticas sustentáveis, reciclagem e bioconstrução. Cerca de 20% dos formandos foram inseridos em estágios profissionais ou iniciaram actividades de autoemprego, aplicando as competências adquiridas nas formações.

Com o apoio técnico e financeiro do projecto, foram criadas 20 *startups* juvenis centradas em soluções ecológicas e inovação social. A experiência prática resultou também na produção do “Manual de Bioconstrução”, documento técnico que serviu de base para as formações e para a difusão de novas práticas de construção sustentável em Pemba e Montepuez.

No domínio social, realizaram-se dois eventos de coesão comunitária que reuniram mais de 200 participantes, promovendo diálogo, partilha de experiências e integração entre jovens de diferentes origens. Foram ainda criados dois *hubs* de inovação — um em Pemba e outro em Montepuez — que funcionam como espaços permanentes de experimentação e incubação de ideias empreendedoras.

Paralelamente, mais de 30 organizações da sociedade civil receberam formação em elaboração de projectos e *fundraising*, ampliando o alcance e a sustentabilidade do ecossistema juvenil. Estas acções fomentaram parcerias institucionais com empresas privadas (Rubi Mining e MozYouth), escolas técnicas, universidades e governos distritais, reforçando a ligação entre o sector produtivo, a educação e o desenvolvimento comunitário.

Mudanças significativas e impacto comunitário

A nível programático, a Fundação Hakuna Matata consolidou uma metodologia inovadora de formação baseada no “aprender fazendo”, com foco em sustentabilidade, inovação social e economia circular. A abordagem combina

³⁸ Juma Elias, coordenador de tecnologias verdes, Fundação Hakuna Matata

a prática profissional com a reflexão sobre o impacto ambiental e social das actividades económicas, despertando nos jovens uma consciência ecológica e empreendedora.

A organização reforçou ainda as suas capacidades em monitoria, avaliação participativa e inclusão de género, envolvendo formadores, beneficiários e parceiros locais em todo o ciclo do projecto. Este modelo garantiu que os formandos não apenas adquirissem competências técnicas, mas também visão de negócio, responsabilidade ambiental e espírito colaborativo.

A nível institucional, a Fundação Hakuna Matata atravessou um processo realista e gradual de fortalecimento organizacional. Com o apoio do CESC/IGUAL, a equipa desenvolveu instrumentos básicos de gestão e monitoria, que lhe permitiram planificar melhor as suas actividades e documentar aprendizagens de forma sistemática.

Um dos resultados mais relevantes foi a elaboração e publicação do “Manual sobre Novas Práticas de Bioconstrução”, um documento técnico que sistematiza experiências locais de construção ecológica, utilizando materiais recicláveis e técnicas sustentáveis testadas durante o projecto. Este manual representa não apenas um produto concreto do trabalho da organização, mas também uma contribuição prática para o saber local e para futuras iniciativas de formação verde e de adaptação às mudanças climáticas.

O processo de produção do manual envolveu técnicos locais, jovens formados em bioconstrução e parceiros institucionais, que participaram em oficinas de experimentação e validação das técnicas documentadas. A Fundação passou a dispor de uma base técnica própria e de uma metodologia replicável, que serve de referência para o seu trabalho futuro em Montepuez e Pemba, nas áreas de formação ambiental e construção sustentável.

A nível financeiro, a Fundação implementou práticas de controlo interno e transparência, criando relatórios de prestação de contas regulares e capacitando a sua equipa de finanças. Esses mecanismos asseguraram eficiência na gestão dos recursos, confiança dos financiadores e sustentabilidade a longo prazo. A introdução de ferramentas digitais e o fortalecimento da equipa técnica elevaram a capacidade da organização de gerir fundos e expandir as suas operações com segurança e credibilidade.

“Hoje prestamos contas com confiança e planificamos com visão. O IGUAL deu-nos ferramentas para crescer com transparência e sustentabilidade.”³⁹

Para alcançar este resultado, a Fundação recebeu formação prática em gestão financeira e controlo interno promovida pelo CESC, onde a equipa aprendeu a elaborar orçamentos, registar despesas e preparar relatórios de prestação de contas. Foram criados modelos padronizados de controlo financeiro, introduzidas ferramentas digitais de registo e arquivo e estabelecido um calendário fixo de reconciliação mensal. Além disso, o acompanhamento técnico contínuo do CESC permitiu corrigir erros, uniformizar procedimentos e melhorar a comunicação entre a equipa financeira e a direcção, fortalecendo a transparência e a responsabilização interna.

A nível das políticas e instituições públicas, o “Yopipila II” tornou-se um catalisador para a integração da agenda das tecnologias verdes nas políticas locais de juventude, ambiente e desenvolvimento económico. Em parceria com as autoridades distritais e municipais de Pemba e Montepuez, o projecto promoveu a inclusão de práticas sustentáveis e de economia verde nos planos de juventude, emprego e meio ambiente. Através de formações conjuntas e partilhas técnicas, contribuiu ainda para reforçar as capacidades de técnicos do Estado, estimulando políticas locais de incentivo a negócios verdes liderados por jovens.

³⁹ Gestora Financeira da Fundação Hakuna Matata

A nível dos beneficiários, os testemunhos dos formandos reflectem o impacto direto do projecto nas suas vidas. Jovens de diferentes origens encontraram no “Yopipila II” uma porta de entrada para o autoemprego e para o reconhecimento social.

“Chamo-me Jauzio Betinho. Fui formado em bioconstrução pelo projecto ‘Yopipila II’ e tive a oportunidade de estagiar na própria instituição. Hoje recebo uma remuneração que me ajuda a sustentar a minha família e apoiar outros jovens. O que mais me orgulha é ver colegas a trabalhar na empresa Rubi Mining — isso mostra que o projeto cria oportunidades reais. Aprendi a construir com materiais locais, como terra, bambu e garrafas recicladas. Hoje aplico este conhecimento na minha comunidade e ensino outros jovens. O ‘Yopipila’ mudou a minha vida e deu-me uma profissão com propósito.”⁴⁰

“Sou Rosa Júlio, formanda do ‘Yopipila II’ nas áreas de agricultura sustentável e nutrição orgânica. Já produzia batata-doce, mas com o apoio do projecto consegui expandir a produção e formalizar o meu negócio. Hoje tenho uma empresa registada e quatro jovens empregados. O meu sonho é transformar a minha empresa num centro de produção e processamento de produtos orgânicos, promovendo a segurança alimentar em Cabo Delgado. Agradeço ao CESC, ao IGUAL, à União Europeia e à Irlanda porque este projecto deu-me voz, autonomia e um futuro.”⁴¹

“Estou em formação no curso de produção de mudas e uso sustentável da água. Aprendi técnicas de irrigação adaptadas ao nosso clima e hoje ensino outros agricultores a reduzir o desperdício de água. Este curso aumentou a minha confiança e mostrou-me que as mulheres também têm um papel central na agricultura sustentável.”⁴²

“Sou formando em agricultura sustentável. Uma das experiências mais marcantes foi aprender sobre reciclagem e reaproveitamento de resíduos. Com o que aprendemos, construímos um muro feito com garrafas recicladas — um exemplo de como pequenas ações podem ter grande impacto. Sinto-me parte de um movimento pela sustentabilidade e acredito que a agricultura pode ser verde e rentável.”⁴³

Lições aprendidas

- Formações práticas e contextualizadas geram resultados mais duradouros e mobilizam os jovens de forma eficaz.
- A integração de género e o apoio ao empreendedorismo feminino amplificam o impacto e a transformação social.
- A colaboração interinstitucional aumenta a sustentabilidade e o alcance das intervenções.
- O modelo “hub de inovação” revelou-se um espaço de aprendizagem contínua e incubação de ideias.
- A juventude de Cabo Delgado é resiliente, criativa e capaz de liderar a transição para uma economia verde.

⁴⁰ Jauzio Betinho, beneficiário

⁴¹ Rosa Júlio, beneficiária

⁴² Testemunho de Fatu Chaca Ali Mequidina

⁴³ Testemunho de Ruben Joaquim Dias

Impacto

O projecto “Yopipila II” marcou uma nova fase de maturidade técnica e institucional para a Fundação Hakuna Matata. A experiência permitiu consolidar um modelo de formação prático e inovador, centrado em tecnologias verdes e empreendedorismo sustentável, que transformou a forma como a organização atua junto da juventude. A produção e aplicação do “Manual de Bioconstrução” constituiu um marco importante, sistematizando conhecimentos locais e criando uma metodologia replicável de construção ecológica com impacto direto nas comunidades de Pemba e Montepuez.

Graças ao projecto, a Fundação passou a dispor de equipas técnicas capacitadas, procedimentos internos de gestão e parcerias activas com escolas, empresas e entidades governamentais, assegurando continuidade das suas acções. O impacto também se traduziu em mudanças tangíveis para os beneficiários: Jovens formados em bioconstrução, agricultura sustentável e reciclagem criaram pequenos negócios, aplicaram técnicas ecológicas e geraram emprego e rendimento local.

Mais do que resultados numéricos, o “Yopipila II” demonstrou que a inovação verde pode ser uma via de inclusão e resiliência. O envolvimento das comunidades, a cooperação com instituições públicas e a integração da juventude em cadeias produtivas sustentáveis mostram que a Fundação Hakuna Matata está a evoluir para um centro de aprendizagem e experimentação ambiental, comprometido com um futuro mais justo e sustentável para Cabo Delgado.

“O ‘Yopipila’ deu-nos a oportunidade de transformar ideias em acções e aprendizagens em soluções reais para a nossa província.”⁴⁴

⁴⁴ Equipa técnica da Fundação Hakuna Matata, Pemba

PROVÍNCIA DE MANICA

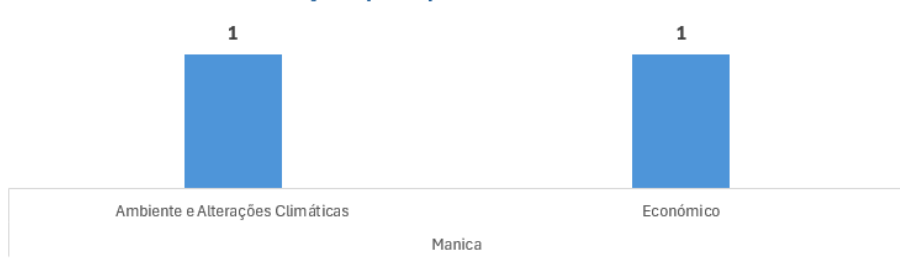


INICIATIVAS JUVENIS - MANICA

Total de Iniciativas - 2



Associações por Tipo de Iniciativa - Manica



Associação	Objectivos da intervenção
AJFS	Capacitação em agroflorestamento sustentável, apicultura e emponderamento económico
JOSSOAL	Capacitação técnica e interpessoal de jovens para inserção de jovens no emprego formal

4.6. ALIANÇA JOVEM PARA FLORESTAS SUSTENTÁVEIS (AJFS)



Introdução e contexto

A Aliança Jovem para Florestas Sustentáveis (AJFS) nasceu no distrito de Macate, província de Manica, de um grupo de jovens determinados a reverter a degradação ambiental crescente provocada pela exploração insustentável dos recursos florestais. Durante anos, a produção intensiva de carvão vegetal, o corte descontrolado de árvores e a

agricultura itinerante fragilizaram a cobertura vegetal, degradaram solos e ameaçaram a segurança alimentar das comunidades — sobretudo de mulheres viúvas e jovens que dependem diretamente da floresta para o seu sustento.

Diante desse cenário, a AJFS idealizou o projecto “Florestas Vivas: Empoderamento Jovem e Mulher para a Conservação Sustentável de Florestas Familiares em Macate”, com o objectivo de fortalecer a gestão sustentável das florestas familiares, promovendo a conservação ambiental e o empoderamento socioeconómico dos jovens e mulheres como protagonistas da mudança. O projecto abrangeu as comunidades de Muconde, Mugageia e Canheza, beneficiando diretamente 79 famílias e impactando indirectamente mais de 500 pessoas. As acções integraram reflorestamento, formação técnica e geração de renda sustentável, combinando conhecimento ambiental com inovação social.



As principais actividades incluíram:

- Criação de um viveiro florestal comunitário com capacidade de 7.000 mudas;
- Capacitação em manejo florestal sustentável e agricultura de conservação;
- Formação em apicultura e valorização de produtos florestais não madeireiros;
- Sessões de gestão de projectos, *fundraising*, GESI e MEL, promovendo competências de liderança e gestão local;
- Criação de um comité de gestão de recursos naturais.

Ao conjugar conservação ambiental com empoderamento económico, o projecto mostrou que a juventude rural pode ser uma força transformadora pela sustentabilidade e resiliência climática.

A intervenção do projecto “Florestas Vivas” produziu resultados concretos e transformadores nas comunidades de Macate. Ao longo da implementação, 79 jovens (26 mulheres e 53 homens) foram capacitados em manejo florestal sustentável e apicultura, recebendo igualmente 79 colmeias, que passaram a representar uma nova fonte de rendimento através da produção de mel e seus derivados. Paralelamente, foi criado um viveiro comunitário com capacidade para 7.000 mudas de espécies florestais e frutíferas, promovendo a restauração ambiental e a reflorestação local.

As formações em sistemas agroflorestais, agricultura de conservação, compostagem e produtos florestais não madeireiros reforçaram competências técnicas e ambientais dos participantes, estimulando práticas agrícolas sustentáveis e de baixo impacto. Para fortalecer a gestão local, realizaram-se sessões de capacitação em gestão de projectos, *fundraising*, GESI e MEL, permitindo que os beneficiários aplicassem metodologias simples e eficazes de planeamento.

Um dos resultados mais notáveis foi a criação e legalização da Associação Comunitária para a Gestão de Recursos Naturais e Florestas Familiares de Macate (ACGRNFFM), composta por 11 membros efectivos (dos quais oito são mulheres) e quatro suplentes. Esta estrutura inovadora assegura a gestão participativa e equitativa dos recursos naturais, garantindo a continuidade e sustentabilidade das acções após o término do projecto.

Mudanças significativas e impacto comunitário



A nível programático, antes do apoio do CESC/GUAL, a AJFS actuava como um grupo informal, sem planificação estruturada, metas definidas ou instrumentos de monitoria. Com as capacitações recebidas, a organização passou a adoptar um modelo de gestão baseado no ciclo de projectos, integrando planeamento, execução, monitoria e avaliação com foco em resultados. Hoje, cada actividade é antecedida por um Termo de Referência (TdR), as acções seguem planos mensais e semanais, e os progressos são reportados em relatórios técnicos periódicos. A organização realiza reuniões regulares de ponto de situação, identificando desafios e implementando soluções de forma participativa. Outra conquista foi a elaboração do quadro lógico, conectando metas, indicadores e resultados esperados. A monitoria e avaliação tornaram-se práticas centrais, permitindo acompanhar a execução e aprender com as experiências.

Os princípios de empoderamento juvenil e igualdade de género foram incorporados transversalmente a todas as actividades, garantindo maior inclusão e representatividade.

A nível institucional, a transformação da AJFS foi estrutural. De um grupo informal, evoluiu para uma associação juvenil legalmente constituída, com estatutos, órgãos sociais eleitos e políticas internas. Com apoio do CESC/IGUAL, a organização elaborou sua missão, visão e valores, criou um “Manual de Procedimentos Internos”, um “Código de Conduta” e políticas de igualdade de género e protecção de menores. A introdução do sistema de arquivo duplo (físico e digital) melhorou a gestão documental e a transparência. Hoje, a AJFS dispõe de uma estrutura organizativa clara, com funções e responsabilidades bem definidas, o que fortaleceu a sua governança e legitimidade. A AJFS fortaleceu sua identidade institucional: Desenvolveu logotipo, modelos de documentos e materiais visuais, além de usar redes sociais para divulgar resultados e mobilizar comunidades.

“Com o apoio do IGUAL, deixámos de ser um grupo com boa vontade e passámos a ser uma organização com método, visão e impacto.”⁴⁵

Para alcançar este resultado, a AJFS participou em sessões de capacitação em comunicação institucional e gestão da imagem pública, promovidas pelo CESC no âmbito do IGUAL. A equipa aprendeu a utilizar ferramentas digitais de *design* e redes sociais de forma estratégica, criando um logotipo, modelos de relatórios e brochuras padronizadas. Com apoio técnico, foram ainda desenvolvidos guias de identidade visual e planos de comunicação comunitária,

⁴⁵ Coordenador da AJFS

permitindo à organização divulgar as suas actividades, valorizar o seu trabalho e envolver as comunidades de forma mais eficaz.

A nível financeiro, a AJFS não possuía mecanismos de gestão financeira. Com o apoio técnico do CESC/IGUAL, foi criado um manual de procedimentos financeiros, implementado um sistema básico de contabilidade, com planilhas de fluxo de caixa, relatórios de despesas e reconciliações bancárias. Foram ainda introduzidos mecanismos de prestação de contas participativa, como reuniões de balanço financeiro e partilha de resultados com os membros e comunidades. Essa transformação trouxe confiança, transparência e credibilidade, tanto internamente quanto perante parceiros e financiadores.

“Antes anotávamos as despesas num caderno. Hoje temos planilhas, reconciliações e reuniões de prestação de contas. Isso mudou a forma como somos vistos.”⁴⁶

Lições aprendidas

A trajectória da AJFS foi marcada por aprendizados práticos e estratégicos:

- Planeamento realista é essencial – a necessidade de cobrir despesas não previstas revelou a importância de planos orçamentais flexíveis e contextualizados.
- A prática revela realidades invisíveis no papel – o contacto directo com as comunidades evidenciou desafios não antecipados, reforçando a importância dos diagnósticos participativos.
- Flexibilidade orçamental é estratégica – ajustes financeiros garantem continuidade e eficácia sem comprometer objetivos.
- A aprendizagem é um processo contínuo – cada desafio fortaleceu a maturidade institucional e o compromisso da equipa.
- A inclusão juvenil e feminina gera legitimidade – ao colocar jovens e mulheres no centro das decisões, o projeto consolidou confiança e sustentabilidade comunitária.

Impacto

O projecto “Florestas Vivas” representa hoje um marco na gestão comunitária dos recursos naturais e na geração de rendimento sustentável em Macate. A criação e legalização da Associação Comunitária para a Gestão de Recursos Naturais e Florestas Familiares de Macate (ACGRNFFM) e a assinatura de um memorando de entendimento com o Governo distrital garantem que as práticas introduzidas — viveiro florestal, apicultura, reflorestamento e gestão participativa — terão continuidade e escala.

O impacto económico tornou-se visível com a produção e comercialização de mel e aguardente artesanal pelos grupos de jovens e famílias apoiadas, que já colocam os seus produtos nos mercados de Chimoio e Beira, gerando rendimento regular e fortalecendo a economia local. Estes produtos foram expostos na “Feira das Iniciativas Juvenis”, onde receberam elogios pela qualidade e inovação, simbolizando o potencial transformador das práticas sustentáveis promovidas pelo projecto.

Com base nestes resultados, a AJFS planeia agora replicar o modelo “Florestas Vivas” noutros distritos de Manica, expandir a produção e comercialização de mel e mudas florestais, integrar-se em redes regionais de conservação e juventude e consolidar um centro comunitário de aprendizagem agroflorestal, que funcionará como espaço permanente de formação e experimentação ambiental.

⁴⁶ Tesoureira da AJFS

“Hoje a AJFS é reconhecida como uma força jovem pela sustentabilidade. O que começou com 79 famílias tornou-se um movimento pela vida das florestas.”⁴⁷

4.7. ASSOCIAÇÃO JOVENS DA SOALPO (JOSSOAL)



Introdução e contexto

A Associação Jovens da Soalpo (JOSSOAL), sediada na cidade de Chimoio, província de Manica, emergiu como uma voz activa da juventude determinada a transformar vulnerabilidades em oportunidades. Num contexto de elevadas taxas de desemprego juvenil e desigualdade de género, especialmente entre raparigas com baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, a JOSSOAL lançou o projecto “Capacitação de Mulheres e Jovens para um Futuro Melhor” com o apoio do CESC, através do IGUAL.

O projecto respondeu a um desafio estrutural: A falta de oportunidades de emprego e de competências técnicas adequadas que mantinham os jovens em ciclos de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social. Com um enfoque em empregabilidade, empreendedorismo e igualdade de género, a intervenção visou melhorar as competências técnicas e interpessoais dos jovens e criar mecanismos sustentáveis de apoio à inserção no mercado de trabalho.

As principais acções incluíram:

- Sessões de formação em habilidades interpessoais, género e empregabilidade;
- Cursos técnico-profissionais em áreas de alta procura (culinária, electricidade instaladora, serralharia, corte e costura, agro-processamento);
- Mentoria e acompanhamento individual através do “Balcão de Apoio à Juventude”;
- Feira de Emprego e Negócios, promovendo o diálogo entre jovens e empregadores;
- Formações em gestão de projectos, *fundraising*, GESI e MEL, fortalecendo as capacidades institucionais e pessoais.

⁴⁷ Presidente da AJFS

Mudanças significativas e impacto comunitário



A nível das políticas e instituições públicas, o diagnóstico do mercado de emprego juvenil realizado no âmbito do projeto revelou a importância das *soft skills* — comunicação, ética, liderança e empatia — como requisito fundamental para empregabilidade. O relatório foi partilhado com instituições governamentais e certamente poderá contribuir para influenciar políticas de formação técnico profissional para a integração da componente de formação humana e inserção laboral juvenil nos centros de formação profissional em Manica. Já o INEP e o IFPELAC estabeleceram cooperação contínua com a JOSSOAL, encaminhando jovens para o Balcão de Atendimento aos Jovens e convidando a organização a participar na seleção de formandos em gestão de projetos. A DPJDE de Manica passou a colaborar na conceção de estratégias provinciais de promoção de empregabilidade.

A nível dos beneficiários, o projeto gerou transformações visíveis. Dos 40 jovens formados, 95% das raparigas do curso de culinária e confeitaria iniciaram pequenos negócios, e sete foram inseridas no mercado de trabalho formal. Os formandos em agro-processamento criaram microprojectos de produção de manteiga de amendoim, processamento de tubérculos e frutas para *chips/snack*. O “Balcão de Atendimento aos Jovens” continua a acompanhar quatro jovens com projectos incubados, incluindo prensagem mecânica, aproveitamento de plásticos reciclados para combustível e a plantação de *kiri* japonês, integrando a componente ambiental da organização.

“Aprendi a acreditar em mim e a gerar renda com o que sei fazer. Hoje tenho o meu negócio e inspiro outras raparigas.”⁴⁸

Lições aprendidas

A experiência revelou múltiplos aprendizados:

- Planeamento realista e flexível é essencial — a compressão de actividades mostrou a necessidade de ajustar cronogramas para garantir qualidade;
- Gestão directa de EPI e *kits* deve ser institucionalizada, evitando terceirização;
- Mentoria contínua aumenta a eficácia das formações e o sucesso na empregabilidade;
- Voluntariado técnico é uma estratégia sustentável para manter o funcionamento do Balcão de Atendimento aos Jovens;
- Parcerias com fornecedores reduzem custos e permitem reinvestimento em jovens.

Impacto

A formação de jovens em agro-processamento permitiu a produção e comercialização de diversos produtos alimentares (manteiga de amendoim, mel e diversos tipos de *chips/snack*), que já se encontram à venda nos mercados

⁴⁸ Beneficiária do curso de confeitaria, JOSSOAL

de Chimoio e Beira. Estes produtos foram exibidos na FACIM, onde despertaram grande interesse pelo seu padrão de qualidade e inovação, simbolizando o potencial económico das iniciativas lideradas por jovens. Os beneficiários directos tornaram-se modelos de autossuficiência e liderança comunitária, inspirando outros jovens e mulheres a desenvolver negócios sustentáveis. Com o suporte técnico da *Horizont 3000*, o “Balcão de Atendimento aos Jovens” continuará ativo por mais dois anos, assegurando acompanhamento e mentoria a novos empreendedores. A organização pretende agora expandir o modelo de formação e produção agroindustrial para outros distritos de Manica, consolidando-se como referência em emprego juvenil, inovação social, economia verde e igualdade de género.

“O futuro da JOSSOAL é continuar a criar oportunidades para que nenhum jovem precise abandonar os seus sonhos.”

PROVÍNCIA DE SOFALA

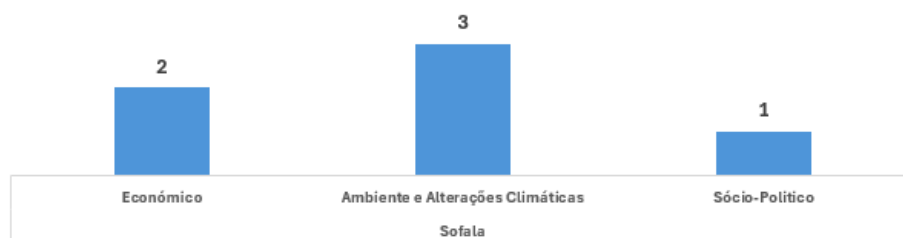


INICIATIVAS JUVENIS - SOFALA

Total de Iniciativas - 6



Associações por Tipo de Iniciativa - Sofala



Associação	Objectivos da intervenção
AGRO FARM	Agronegócios e empreendedorismo em hortas comunitárias
AGC	Capacitação em gestão de resíduos, criação de microempresas de reciclagem e ecopontos
Bloco 4 Foundation	Capacitação em governança local, direitos humanos, laboratórios comunitários e redes de monitoria juvenil
FACE	Capacitação em Resiliência climática através de diálogos comunitários
Sumburero	Capacitação em habilidades para a vida, técnico profissional e empreendedorismo.
Viver Saudável	Capacitação em proteção de Ecossistemas Costeiros e Fortalecimento Urbanos

4.8. AGRO FARM



Introdução e contexto

Esta é a história de uma organização que acreditou no potencial da juventude rural para transformar o futuro da agricultura em Moçambique. A associação Agro-Farm, sediada na província de Sofala, actua na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e na criação de oportunidades de emprego e empreendedorismo para jovens e mulheres em comunidades rurais. Antes da intervenção do projecto, as comunidades de Makaraure e Nguínea, no posto administrativo de Tica, e de Mafambisse, no distrito de Dondo, enfrentavam uma realidade marcada pela falta de oportunidades económicas e técnicas, agravada pelo êxodo rural. Muitos jovens viam nas cidades o único caminho possível, abandonando a agricultura e enfraquecendo o tecido social e produtivo local.

Com o apoio do CESC, através do IGUAL, a Agro-Farm implementou o projecto “Jovens Cultivando o Futuro”, que teve como propósito capacitar 101 jovens — com ênfase na participação feminina — em práticas agrícolas sustentáveis, empreendedorismo e comercialização local, contribuindo para o desenvolvimento comunitário, a segurança alimentar e a geração de rendimento digno.

Entre as principais acções destacam-se:

- A implementação de 12 hortas comunitárias;
- Formações teóricas e práticas em técnicas agrícolas, gestão de pequenos negócios e comercialização;
- *Workshops* sobre acesso a finanças, legalização de terras e género;
- Sessões de formação em elaboração de propostas e captação de recursos (*fundraising*);
- Criação de espaços de aprendizagem, prática e inovação agrícola.

“Antes eu só pensava em sair da minha comunidade para procurar emprego na Beira. Hoje sei que aqui mesmo posso produzir, vender e mudar a vida da minha família.”⁴⁹

O projecto da Agro-Farm gerou resultados concretos na promoção da agricultura sustentável e na criação de oportunidades económicas para jovens rurais. Foram implementadas 12 hortas comunitárias nas localidades de Mafambisse e Tica, que servem hoje como espaços de aprendizagem prática e produção alimentar para dezenas de famílias. Um total de 101 jovens foi capacitado em práticas agrícolas sustentáveis, aprendendo técnicas de rotação

⁴⁹ Jovem beneficiário do projeto em Tica

de culturas, compostagem e irrigação ecológica, enquanto 72 jovens aplicaram os conhecimentos adquiridos na comercialização agrícola, aumentando o rendimento familiar e fortalecendo as economias locais.

Paralelamente, 101 jovens participaram em formações sobre empreendedorismo digital e elaboração de propostas de negócio, adquirindo ferramentas para gerir pequenos empreendimentos e atrair potenciais financiadores. Estes avanços contribuíram para reduzir o êxodo rural e criar novas perspectivas de futuro nas comunidades abrangidas.

Mudanças significativas e impacto comunitário



A nível programático, com o apoio técnico do CESC/IGUAL, a Agro-Farm aprimorou significativamente as suas práticas programáticas. Foram introduzidas metodologias participativas, que colocam os jovens beneficiários no centro da concepção e execução das actividades. Essa abordagem aumentou o envolvimento comunitário e garantiu que o projecto respondesse de forma mais eficaz às necessidades locais.

A equipa técnica recebeu formação em planeamento estratégico, monitoria e avaliação, o que permitiu uma melhor medição de resultados e impacto. Foram integradas as dimensões de género e sustentabilidade ambiental em todas as acções, fortalecendo a coerência entre os objectivos do projecto e os princípios de desenvolvimento sustentável. Além disso, a organização passou a usar ferramentas de gestão participativa e recolha de dados, o que aprimorou a qualidade dos relatórios e a credibilidade perante financiadores e parceiros institucionais.

A nível institucional, a Agro-Farm introduziu políticas internas de gestão, governação e prestação de contas que definem com clareza as funções, responsabilidades e fluxos de decisão dentro da organização. A comunicação entre equipas e o relacionamento com parceiros e comunidades registaram melhorias substanciais, reforçando a transparência e a eficácia das suas intervenções.

Actualmente, a Agro-Farm encontra-se em processo de obtenção do DUAT das terras que explora, um passo essencial para garantir segurança jurídica e sustentabilidade a longo prazo nas suas actividades agrícolas e ambientais. Essa evolução demonstra o compromisso da organização com uma gestão responsável e participativa dos recursos naturais, afirmando o seu papel como agente local de desenvolvimento rural sustentável.

“Com o IGUAL, aprendemos a planificar melhor, a trabalhar com indicadores e a medir o impacto do nosso trabalho. Hoje somos vistos como uma organização credível e inovadora.”⁵⁰

⁵⁰ Director Executivo da Agro-Farm

Para alcançar este resultado, a Agro-Farm participou em sessões de mentoria técnica conduzidas pelo CESC, onde recebeu apoio na elaboração de políticas internas, organogramas e procedimentos de gestão. Foram realizadas reuniões de planificação e acompanhamento que ajudaram a clarificar funções e melhorar a comunicação interna.

A nível financeiro, o reforço institucional também se reflectiu na gestão financeira. Foram criados procedimentos internos padronizados, com regras claras de *procurement*, execução orçamental, controlo de despesas e reconciliação financeira. Essas melhorias resultaram numa execução mais eficiente e transparente, fortalecendo a confiança entre a organização, os parceiros e os beneficiários. A introdução de mecanismos de monitoria financeira e de prestação de contas regulares aumentou a capacidade da Agro-Farm de gerir fundos.

A nível das políticas e práticas locais, embora o projecto não tenha produzido mudanças legislativas formais, influenciou positivamente o debate local sobre agricultura sustentável e inclusão juvenil. Os diálogos comunitários e encontros com líderes locais criaram um novo entendimento sobre a importância de investir em juventude rural, resultando em maior abertura institucional para apoiar iniciativas de agronegócio e empreendedorismo verde. Os governos distritais de Nhamatanda e Dondo reconheceram o impacto do projecto e manifestaram interesse em integrar as hortas comunitárias nos planos de desenvolvimento distrital.

Além disso, escolas técnicas da cidade da Beira passaram a procurar cooperação com a Agro-Farm, incluindo visitas de estudantes para estágios e aprendizagem em campo.

“Hoje, os nossos jovens aprendem na prática com a Agro-Farm. As hortas tornaram-se salas de aula ao ar livre.”⁵¹

A nível dos beneficiários, a mudança mais profunda ocorreu na vida dos jovens beneficiários. Antes da intervenção, o êxodo rural era uma tendência crescente. Com o projecto, 101 jovens passaram a ver a agricultura não como um recurso de sobrevivência, mas como um caminho de futuro, dignidade e independência económica. As hortas tornaram-se centros de aprendizagem e cooperação, onde jovens trocam experiências, aplicam novas técnicas e geram rendimento através da comercialização dos produtos locais.

“Com a horta aprendi que a agricultura pode dar rendimento e respeito. Hoje já contribuo para o sustento da minha família e não penso mais em deixar a comunidade.”⁵²

Lições aprendidas

- Aprender fazendo é o método mais eficaz - a combinação entre teoria e prática foi decisiva para consolidar o conhecimento e gerar resultados tangíveis.
- Capacitar jovens é investir em liderança local - mais do que formar técnicos, o projecto formou agentes de mudança comunitária.
- Participação comunitária garante sustentabilidade - o envolvimento de líderes e famílias promoveu apropriação local.
- Parcerias intersectoriais ampliam impacto - a cooperação com programas e instituições públicas potencializou resultados.

⁵¹ Director da Escola Técnica da Beira

⁵² Beneficiária de Nguínea

- Monitoria regular aumenta eficiência - o acompanhamento contínuo permitiu correções e aprendizagem em tempo real.

Impacto

O projecto “Jovens Cultivando o Futuro” deixou um legado duradouro em Sofala, transformando jovens agricultores em agentes activos de desenvolvimento económico e ambiental. As 12 hortas comunitárias continuam produtivas e a gerar rendimento para dezenas de famílias, tornando-se referências locais em agricultura sustentável e boas práticas de gestão de recursos. Os 101 jovens formados são hoje reconhecidos nas suas comunidades como modelos de inovação e empreendedorismo rural, impulsionando o crescimento de pequenos negócios agrícolas e reduzindo o êxodo juvenil.

O programa *Mangwana*— com a facilitação do IGUAL, assinou um memorando de entendimento com a Agro-Farm para assegurar formação contínua e *coaching* prático nos campos comunitários, com enfoque em boas práticas agrícolas, gestão de negócios, igualdade de género e acesso a mercados. Esta nova fase visa financiar e apoiar tecnicamente os jovens empreendedores formados, promovendo a sua integração nas cadeias de valor agrícolas locais.

A estratégia prevê ainda a criação de cooperativas de jovens agricultores, capazes de comercializar os seus produtos de forma organizada e sustentável. O objectivo é ampliar o modelo para outras áreas distritais de Sofala, transformando a Agro-Farm num centro de capacitação agroempresarial juvenil e num parceiro técnico credível para programas de juventude e segurança alimentar.

“Com a implementação desta iniciativa, hoje já vendemos o que produzimos e sonhamos com mercados maiores. Esta nova parceria com o programa Mangwana dá-nos força para continuar a crescer.”⁵³

4.9. ASSOCIAÇÃO GERAÇÃO SAUDÁVEL (AGS)



⁵³ Jovem beneficiário de Mafambisse

Introdução e contexto

Esta é a história de uma organização que transformou o lixo em oportunidade e a juventude em motor de mudança. A Associação Geração Saudável (AGS) nasceu com a missão de promover a saúde, o bem-estar e a sustentabilidade ambiental através do engajamento comunitário e da inovação social. Antes da intervenção, os bairros da Munhava e Chipangara, na cidade da Beira, enfrentavam sérios desafios na gestão de resíduos sólidos. A acumulação de lixo em vias públicas e valas de drenagem afectava directamente a saúde pública, o ambiente urbano e a qualidade de vida dos moradores.

Os jovens, especialmente as mulheres, encontravam-se entre os grupos mais afectados: Viviam em contextos de vulnerabilidade social e económica, sem alternativas de rendimento sustentável ou formação em práticas ecológicas. Foi neste contexto que a AGS, com o apoio do CESC, através do IGUAL, implementou o projecto “Eco Juventude: Gestão de Resíduos e Inovação contra as Mudanças Climáticas”.

O projecto teve como objectivo reduzir os impactos ambientais e criar soluções sustentáveis através do empoderamento juvenil e da inclusão social, promovendo uma nova cultura ecológica e um modelo de economia circular comunitária.

Entre as principais actividades implementadas destacam-se:

- Campanhas de sensibilização comunitária sobre gestão de resíduos e mudanças climáticas;
- Oficinas de capacitação em empreendedorismo verde, reciclagem e reaproveitamento de resíduos;
- Criação de peças teatrais e palestras educativas sobre cidadania ambiental;
- Jornadas de limpeza em espaços públicos e valas de drenagem;
- Instalação e acompanhamento de ecopontos nos bairros da Munhava e Chipangara.

“Eu não acreditava que podia ganhar dinheiro com resíduos. Hoje consigo separar e vender plástico e garrafas, ajudando na renda da minha família.”⁵⁴

Para tornar esta mudança possível, a AGS organizou formações práticas em reciclagem e empreendedorismo verde, onde os jovens aprenderam a separar, limpar e valorizar resíduos recicláveis. Com apoio técnico do CESC/IGUAL, foram instalados ecopontos comunitários e criados grupos de recolha e triagem de resíduos, permitindo que os participantes transformassem o lixo em fonte de rendimento e em oportunidade de negócio sustentável.

O projecto “Eco Juventude: Gestão de Resíduos e Inovação contra as Mudanças Climáticas” alcançou resultados expressivos na mobilização comunitária e na promoção da economia verde nos bairros da Munhava e Chipangara. Ao todo, 4.000 moradores foram sensibilizados em práticas de gestão sustentável de resíduos, enquanto 200 jovens — 60% dos quais mulheres — receberam formação em empreendedorismo verde e reciclagem. Foram instalados três ecopontos comunitários (um na Munhava e dois em Chipangara) que continuam operacionais e a servir como pontos de recolha e triagem de materiais recicláveis.

Durante a implementação, realizaram-se 20 jornadas comunitárias de limpeza e diversas oficinas de capacitação prática, complementadas por peças teatrais e palestras educativas que alcançaram mais de 1.500 pessoas, incentivando comportamentos ecológicos e responsabilidade ambiental. A iniciativa contribuiu visivelmente para a melhoria da

⁵⁴ Jovem beneficiária da Munhava

limpeza urbana e a redução de focos de lixo nas áreas intervencionadas, ao mesmo tempo que possibilitou o aumento do rendimento de jovens empreendedores através da recolha e venda de resíduos recicláveis.

Mudanças significativas e impacto comunitário



A nível programático, a AGS aperfeiçoou as suas metodologias de mobilização comunitária, diversificando as abordagens através de oficinas práticas, teatro participativo e envolvimento de líderes locais. A organização passou a adoptar uma lógica estruturada de monitoria baseada em evidências, com indicadores mensuráveis, relatórios sistemáticos e análises de progresso mais consistentes. O projecto permitiu à AGS consolidar um modelo de educação ambiental participativa, centrado na acção prática e na inovação local. Os jovens deixaram de ser apenas beneficiários e tornaram-se agentes de mudança, promovendo campanhas, gerindo ecopontos e replicando boas práticas ambientais nas suas comunidades.

“Aprendemos que sensibilizar é importante, mas envolver os jovens na acção é o que realmente muda comportamentos.”⁵⁵

A nível institucional, o projecto contribuiu de forma significativa para o reforço organizacional da AGS. Com o apoio do IGUAL, a associação passou a implementar mecanismos internos de gestão mais sólidos, incluindo reuniões de planeamento trimestral, relatórios de desempenho, e um sistema de comunicação interna que facilita a coordenação entre as equipas.

A AGS também melhorou a sua capacidade de articulação institucional, estabelecendo parcerias com o Conselho Municipal da Beira, organizações ambientais e escolas locais. A integração da perspectiva de género e inclusão social tornou-se uma marca distintiva da organização, reflectindo-se tanto na composição das equipas quanto no desenho das actividades.

“O IGUAL ajudou-nos a pensar além das campanhas. Hoje trabalhamos com dados, planeamento e parcerias. Somos uma organização com propósito e estrutura.”⁵⁶

A nível financeiro, o projecto fortaleceu os mecanismos de controlo orçamental e transparência administrativa da AGS. Com o acompanhamento técnico do CESC, foram actualizados os procedimentos de prestação de contas, reforçado o controlo documental e introduzidas práticas mais rigorosas de reconciliação financeira. Essas mudanças aumentaram a credibilidade da organização junto a financiadores e parceiros públicos, criando condições para a mobilização de novos recursos e a expansão das suas iniciativas ambientais.

⁵⁵ Coordenadora de projectos da AGS

⁵⁶ Directora Executiva da AGS

“Hoje conseguimos prestar contas com clareza e confiança. Isso dá-nos mais força para continuar a crescer.”⁵⁷

A nível das instituições locais, a colaboração institucional também foi um marco de sucesso. Líderes comunitários, secretários de bairro e chefes de quarteirão assumiram papel activo na mobilização das comunidades, apoiando jornadas de limpeza e supervisionando o uso dos ecopontos. A articulação entre autoridades locais, organizações comunitárias e jovens empreendedores criou uma rede de corresponsabilidade ambiental que perdura para além do ciclo do projecto.

A nível dos beneficiários, o impacto mais visível do “Eco Juventude” está na mudança de percepção e comportamento dos jovens dos bairros da Munhava e de Chipangara, que passaram a ver os resíduos não como lixo, mas como fonte de rendimento, criatividade e cidadania ambiental. As mulheres participantes relataram ganhos de autoconfiança e liderança, resultado directo das oficinas de empreendedorismo verde e das mentorias em gestão de microprojectos.

Um dos exemplos mais inspiradores é o de Julião Estevão, jovem que participou nas formações de reciclagem e empreendedorismo e se destacou pela sua capacidade de inovação. A metodologia da AGS — que combina formação técnica, acompanhamento nos ecopontos e mentoria personalizada — permitiu identificar o seu potencial e apoiá-lo no desenvolvimento de um micro-negócio de comercialização de resíduos sólidos. Depois de passar pela formação sobre gestão de resíduos sólidos, recebeu um *kit* (balança e sacos de 1000kg), e assistência técnica da AGS, passando a comercializar diferentes tipos de resíduos. Julião Estevão obteve parceria com grandes empresas que actualmente comprem os resíduos em toneladas no Ecoponto, beneficiando várias famílias que colectam resíduos nas comunidades.

Hoje, o seu negócio está em processo de registo formal e com o apoio do CESC/GUAL, o jovem Julião beneficiou de uma capacitação em gestão financeira, o que lhe permitirá aceder a novos financiamentos e expandir a rede de recolha para outros bairros da Beira. A história de Julião tornou-se símbolo do potencial económico e ambiental da reciclagem, inspirando outras comunidades a acreditar que a economia circular pode gerar emprego e sustentabilidade simultaneamente.

“Hoje já não comercializo apenas sucatas, comercializo todo tipo de resíduos. O que era lixo agora garante o sustento da minha família.”⁵⁸

Lições aprendidas

- A colaboração local é essencial – a participação de líderes comunitários garantiu legitimidade e mobilização.
- A inclusão de género multiplica o impacto – mulheres engajadas lideraram processos de inovação e replicação.
- A monitoria participativa fortalece resultados – a recolha de evidências e relatórios regulares aumentou a credibilidade institucional.
- Educar com criatividade motiva mudanças – teatro e arte mostraram-se ferramentas poderosas de sensibilização.

⁵⁷ Gestora financeira da AGS

⁵⁸ Julião Estevão, jovem empreendedor da Munhava

- Sustentabilidade requer apropriação comunitária – o envolvimento directo das comunidades assegura continuidade e impacto.

Impacto e sustentabilidade

O “Eco Juventude” transformou profundamente a forma como jovens e moradores dos bairros de Munhava e Chipangara encaram a gestão de resíduos, gerando benefícios ambientais, sociais e económicos visíveis. Mais do que reduzir o lixo urbano, o projecto fomentou um ecossistema de inovação verde e inclusão produtiva, no qual a reciclagem se tornou sinónimo de oportunidade.

A história de Julião Estevão ilustra bem esta mudança. Através das formações e mentorias promovidas pela AGS, Julião criou um micro-negócio de comercialização de resíduos sólidos, que hoje abastece ecopontos e empresas de reciclagem. O seu exemplo demonstra que a reciclagem organizada pode ser motor de emprego, educação ambiental e sustentabilidade económica.

Com esta iniciativa, a AGS impulsionou a educação ambiental e empreendedorismo verde, estabelecendo parcerias com o Conselho Municipal da Beira e o sector privado. As estratégias de sustentabilidade incluem a formação contínua de jovens líderes, a integração dos ecopontos nos planos de saneamento da cidade e a criação de parcerias público-privadas para garantir a compra regular de recicláveis, assegurando que o impacto do projecto perdure para além do seu ciclo de financiamento.

4.10. ASSOCIAÇÃO VIVER SAUDÁVEL (AVS)



Introdução e contexto

A Associação Viver Saudável (AVS), sediada na cidade da Beira, actua na promoção de educação ambiental, cidadania participativa e inclusão socioeconómica, com foco no protagonismo juvenil e na igualdade de género. A cidade da Beira é uma das mais afectadas pelas mudanças climáticas em Moçambique. O ciclone Idai deixou marcas profundas: Destruição de infra-estruturas, perdas humanas e degradação dos ecossistemas costeiros — especialmente dos mangais, fundamentais para a protecção natural contra tempestades e erosão. Bairros como Macúti, Praia Nova e Estoril tornaram-se símbolos da vulnerabilidade ambiental urbana, evidenciando a necessidade urgente de soluções comunitárias integradas e sustentáveis.

Foi neste contexto que a AVS, com o apoio do CESC, através do IGUAL, implementou o projecto “Inovação Ambiental e Inclusiva”, com o objectivo de fortalecer as capacidades das comunidades da Beira para monitorar, adaptar-se e mitigar os impactos das alterações climáticas, utilizando tecnologias acessíveis e metodologias participativas.

As principais actividades implementadas incluíram:

- Plantio de árvores costeiras (acácias, *pandanus*, palmeira de nipa e casuarinas) para prevenção da erosão;
- Campanhas de limpeza e reabilitação ambiental em praias, praças e valas de drenagem;
- Criação de seis clubes ambientais escolares, com jovens formados em gestão de resíduos e hortas escolares;
- Oficinas de capacitação em reciclagem e reaproveitamento de resíduos para jovens e mulheres;
- *Workshops* de advocacia ambiental com o Governo, sector privado e organizações da sociedade civil;
- Desenvolvimento de ferramentas digitais — grupos de *WhatsApp*, página de *Facebook* e canal de *YouTube* — para mobilização e partilha de boas práticas ambientais;
- Feira de projetos comunitários, que capacitou e mobilizou 15 organizações locais em desenho e implementação de microprojetos ambientais.

“Depois do ciclone Idai, achávamos que não havia solução. Agora sabemos que plantar, limpar e cuidar é também uma forma de reconstruir o futuro.”⁵⁹

O projecto da AVS produziu resultados expressivos na mobilização ambiental e no fortalecimento comunitário nas zonas costeiras da Beira. Quinze organizações locais foram capacitadas em elaboração de projectos e mobilização de recursos, reforçando a coordenação entre sociedade civil, escolas e autoridades. Foram criados seis clubes ambientais escolares e instalados três ecopontos e três oficinas comunitárias de reciclagem, que transformaram o lixo em oportunidades económicas. Jovens e mulheres produziram 40 vasos, 20 quilos de carvão ecológico e 15 fogões de cerâmica, promovendo o empreendedorismo verde.

Com a implementação desta iniciativa, surgiu a ideia de criação do centro comunitário de viveiros na Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba, sendo que já foi celebrado um memorando para o efeito, considerando que a materialização será feita a médio prazo em função da disponibilidade de recursos. Um plano de acção conjunto entre organizações da sociedade civil, Governo e sector privado estruturou a cooperação para práticas ambientais sustentáveis. No total, 1.800 pessoas foram sensibilizadas, reforçando a consciência ecológica e a participação cívica em prol da protecção ambiental.

⁵⁹ Membro do clube ambiental da Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba

Mudanças significativas e impacto comunitário



A AVS já estava consolidada e com mecanismos de gestão definidos, mas com esta iniciativa integrou novos colaboradores que beneficiaram de formações e mentorias conduzidas pelo CESC e que contribuíram para o aprimoramento das abordagens programáticas e financeiras da associação.

A nível programático, as formações e mentorias promovidas pelo CESC fortaleceram as capacidades da equipa técnica na produção de relatórios baseado em resultados e planificação das actividades. A organização passou a implementar planos e relatórios mensais de actividades, utilizando indicadores qualitativos e quantitativos para medir progresso e impacto.

“Hoje trabalhamos com base em evidências. Sabemos o que muda, porquê muda e como podemos replicar essas mudanças.”⁶⁰

A nível institucional, a organização incorporou abordagens de género e inclusão em todos os seus níveis operacionais, garantindo representatividade equilibrada entre homens e mulheres em funções de coordenação e decisão. Além disso, a AVS passou a integrar abordagens de advocacia e engajamento digital, o que aumentou a sua visibilidade e capacidade de articulação com parceiros governamentais e institucionais.

“O IGUAL fez-nos perceber que a sustentabilidade não é apenas ambiental, é também organizacional e humana.”⁶¹

A nível financeiro, a AVS registou melhorias estruturais e operacionais significativas. Com base nas formações e acompanhamento do CESC, foram introduzidos fluxos de aprovação mais rigorosos, dupla verificação documental e registos contabilísticos digitalizados, o que aumentou a rastreabilidade e a confiança nos processos financeiros. A equipa financeira passou a elaborar relatórios mensais mais detalhados, dentro dos prazos exigidos, reforçando a reputação da organização junto aos parceiros e financiadores. Os sistemas de arquivo e controlo interno foram actualizados, criando um histórico financeiro acessível e auditável.

“A nossa contabilidade hoje é clara, segura e respeitada. Aprendemos que transparência é a base da confiança institucional.”⁶²

⁶⁰ Coordenadora de projetos da AVS

⁶¹ Direcção da AVS

⁶² Gestora financeira da AVS

A nível das políticas e práticas locais, o projecto “Inovação Ambiental e Inclusiva” influenciou directamente o debate local sobre gestão de resíduos e preservação ambiental. Durante o *workshop* de advocacia ambiental, representantes do Conselho Municipal da Beira, do sector privado e de organizações da sociedade civil locais elaboraram, de forma participativa, um Plano de Acção Conjunta para Gestão Sustentável de Resíduos, consolidando o diálogo intersectorial e o compromisso de cooperação contínua.

Além disso, a intervenção da AVS inspirou a celebração de um memorando de entendimento com a Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba, que irá resultar na criação de um centro comunitário de viveiros. Este espaço será um marco de aprendizagem e prática ambiental, dedicado à produção de mudas florestais, plantas ornamentais e materiais recicláveis reutilizáveis.

O acordo com a Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba é o primeiro passo para a materialização desta ideia que surgiu através das visitas de monitoria do IGUAL/CESC. A criação dos clubes amigos do ambiente nas escolas impulsionaram uma mudança institucional: O envolvimento directo da escola na educação ambiental aplicada, reforçando o papel da juventude como promotora de soluções locais e da escola como parceira activa na construção de uma Beira mais verde, resiliente e inclusiva.

A nível das instituições públicas e escolares, as escolas parceiras tornaram-se exemplos de práticas ambientais sustentáveis. Com a instalação de ecopontos e a criação de clubes ambientais, verificou-se redução visível do lixo espalhado, melhoria da higiene escolar e reabilitação de áreas anteriormente degradadas, convertidas em hortas e zonas produtivas. Os estudantes e professores passaram a promover campanhas internas de limpeza e reciclagem, com apoio da AVS e do Conselho Municipal da Beira.

“Os nossos alunos aprenderam que cuidar do ambiente é cuidar da vida. Hoje, o pátio da escola é mais limpo, bonito e produtivo.”⁶³

A nível dos beneficiários, as mulheres e jovens participantes das oficinas de reciclagem adquiriram competências técnicas e criativas para transformar resíduos em produtos úteis e comercializáveis, como vasos decorativos, fogões de cerâmica e carvão ecológico. Estas inovações não só reduziram significativamente o volume de resíduos urbanos, como criaram novas oportunidades de geração de rendimento e fortaleceram a autoestima dos participantes.

O carvão ecológico, em particular, destacou-se como uma solução sustentável e inovadora. Produzido a partir de resíduos orgânicos — como restos de madeira, folhas secas e papel reciclado, substitui o carvão tradicional obtido por desflorestação, contribuindo assim para a redução da pressão sobre os recursos florestais e para a mitigação das emissões de carbono. Além de ser mais limpo e duradouro na combustão, o processo de produção é de baixo custo e acessível às comunidades locais, o que o torna uma alternativa viável para o uso doméstico e comercial.

Ao mesmo tempo, a introdução desta tecnologia simples incentivou práticas de economia circular e educação ambiental aplicada, mostrando que a inovação pode nascer de recursos locais e gerar impacto positivo simultaneamente nas dimensões ambiental, social e económica.

“Nunca pensei que lixo pudesse virar arte e sustento. Hoje produzo vasos e vendo na comunidade.”⁶⁴

⁶³ Directora da Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba

⁶⁴ Beneficiária da oficina do bairro Macúti

Lições aprendidas

- A educação ambiental deve ser prática e inclusiva – envolver escolas e comunidades garante resultados sustentáveis.
- As parcerias intersectoriais multiplicam impacto – colaboração entre Governo, organizações da sociedade civil e sector privado é essencial.
- A tecnologia pode ser aliada da mobilização – redes digitais ampliam o alcance e a comunicação ambiental.
- Empoderar mulheres em reciclagem é empoderar comunidades – inclusão económica e ambiental caminham juntas.
- Planeamento flexível e participativo garante resiliência – adaptar metodologias às realidades locais foi chave para o sucesso.

Impacto

O projecto reduziu significativamente a acumulação de resíduos e introduziu soluções acessíveis, como o carvão ecológico que substitui o carvão tradicional e contribuem para a preservação das florestas e a diminuição das emissões de carbono. A nível social, a capacitação de mulheres e jovens em práticas de reciclagem e empreendedorismo verde criou novas oportunidades de rendimento, reforçou a autoestima e promoveu uma consciência ambiental colectiva. Institucionalmente, o memorando para a criação de um centro comunitário de viveiros na Escola Secundária Mateus Sansão Muthemba representou uma parceria inovadora entre escola, comunidade e sociedade civil. Estas iniciativas formaram a base de uma economia circular local, com continuidade assegurada através da venda de produtos reciclados, da gestão comunitária dos ecopontos e da articulação permanente com o Conselho Municipal da Beira.

O impacto mais profundo, contudo, está na mudança de mentalidades — hoje, resíduos são vistos não como lixo, mas como oportunidade para gerar trabalho, rendimento e sustentabilidade ambiental.

4.11. BLOCO 4 FOUNDATION (B4F)



Introdução e contexto

Esta é a história de uma organização que transformou a voz da juventude em ferramenta de governação participativa. A Bloco 4 Foundation (B4F) atua na província de Sofala, com enfoque na promoção da boa governação local,

direitos humanos e participação cidadã, através de abordagens inovadoras lideradas por jovens. Antes da intervenção, os mecanismos de fiscalização e diálogo entre cidadãos e instituições públicas eram frágeis. Os jovens, em especial mulheres e grupos marginalizados, sentiam-se distantes dos processos decisórios, sem canais eficazes para expressar suas preocupações ou acompanhar a gestão dos recursos públicos.

Com o apoio técnico e institucional do CESC, através do IGUAL, a Bloco 4 Foundation implementou o projeto “Laboratórios de Governação Local: Juventude e Transparência na Prestação de Contas”, com o objectivo de fortalecer a participação juvenil na promoção da boa governação e na protecção dos direitos humanos em Sofala, através da criação de espaços comunitários de monitoria e diálogo cívico.

Entre as principais actividades implementadas destacam-se:

- Diálogos temáticos sobre governação, transparência e prestação de contas;
- A iniciativa *storyteller* para dar visibilidade a histórias de mudança e boas práticas;
- Capacitações em segurança digital e combate à desinformação;
- Formações em advocacia, mobilização comunitária e desenho de propostas;
- Mentorias em *fundraising* e gestão de projectos de direitos humanos;
- Criação e operacionalização do “Laboratório de Monitoria da Governação Local” — um espaço permanente de diálogo entre sociedade civil e as autoridades municipais.

“Antes era raro ver jovens nas assembleias municipais. Hoje somos convidados a participar, questionar e propor soluções.”⁶⁵

O projecto alcançou resultados expressivos na promoção da governação participativa e na monitoria cidadã na cidade da Beira. Ao longo da implementação, 976 pessoas foram directamente envolvidas nas diversas actividades do programa, beneficiando de acções de formação, diálogo e sensibilização sobre transparência e responsabilidade pública. Foi criado e encontra-se operacional o “Laboratório de Monitoria da Governação Local”, um espaço que se tornou referência em análise de políticas, diálogo cívico e acompanhamento de processos orçamentais.

Destaca-se igualmente a realização de uma formação inédita dirigida a membros da Assembleia Municipal da Beira, centrada em orçamentação participativa e transparência na gestão pública, uma iniciativa que aproximou decisores e cidadãos. Foram ainda promovidos mais de 10 diálogos temáticos que reuniram jovens, autoridades e organizações da sociedade civil, criando um ambiente de cooperação e construção conjunta de soluções para os desafios urbanos.

O plano de sustentabilidade do “Laboratório de Monitoria da Governação Local”, já em execução, assegura a continuidade do seu funcionamento após o encerramento do ciclo de financiamento. Paralelamente, o projecto iniciou a expansão das suas actividades através da parceria com o National Endowment for Democracy (NED), visando a replicação das formações em combate à desinformação em Maputo e noutras cidades do país.

⁶⁵ Membro juvenil do “Laboratório de Monitoria da Governação Local”, Beira

Mudanças significativas e impacto comunitário



Fortalecimento institucional, a nível programático, a Bloco 4 Foundation aprimorou significativamente as suas metodologias participativas e baseadas em evidências, centradas na juventude e na inclusão social. A partilha de planos de trabalho semanais e mensais, reuniões regulares de alinhamento e acompanhamento técnico contínuo fortaleceram a coerência entre planeamento e execução. O projeto também introduziu abordagens de aprendizagem adaptativa, permitindo ajustes rápidos às dinâmicas locais e consolidando uma cultura institucional de reflexão, inovação e *accountability*.

“O CESC ajudou-nos a transformar ideias em planos concretos, e planos em resultados visíveis.”⁶⁶

A nível institucional, implementação do projecto contribuiu para o reforço da estrutura organizacional e de coordenação interna. Foram clarificadas funções, redefinidos fluxos de comunicação e consolidada uma cultura de aprendizagem contínua. Essas melhorias aumentaram a eficiência da equipa, fortaleceram a liderança e posicionaram a Bloco 4 Foundation como referência regional em governação participativa.

A criação do “Laboratório de Monitoria da Governação Local” foi um marco institucional. A ideia emergiu como plataforma inovadora de participação cidadã, reunindo organizações da sociedade civil, representantes das autoridades municipais e cidadãos em torno de temas como transparência orçamental, prestação de contas e fiscalização pública. O espaço passou a acolher reuniões, painéis e sessões formativas, servindo também de polo de articulação com grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIA+, garantindo uma abordagem verdadeiramente inclusiva e representativa.

“O laboratório é hoje uma escola de cidadania. Aqui aprendemos que governação não é só para políticos — é também para cidadãos informados.”⁶⁷

A nível financeiro, o fortalecimento institucional foi acompanhado por avanços significativos na gestão financeira. Com o apoio técnico do CESC, a Bloco 4 Foundation implementou novos procedimentos de controlo interno, melhorando a planificação orçamental e a reconciliação das despesas. A equipa passou a integrar ferramentas de planeamento financeiro alinhadas às actividades, garantindo o equilíbrio entre recursos disponíveis e custos de mercado. O suporte na organização documental e o reforço dos mecanismos de prestação de contas e transparência consolidaram a credibilidade da organização junto aos seus parceiros e financiadores.

⁶⁶ Coordenadora de Programas da Bloco 4 Foundation

⁶⁷ Jovem activista, “Laboratório de Monitoria da Governação Local”

*“Hoje somos uma instituição mais rigorosa, transparente e confiante. O nosso crescimento financeiro reflecte o nosso amadurecimento institucional.”*⁶⁸

A nível das políticas e práticas locais, o projecto incentivou o Conselho Municipal da Beira a realizar a “Assembleia Fora de Portas”, uma iniciativa de aproximação do poder local aos cidadãos. Os relatórios de posicionamento elaborados pelo “Laboratório de Monitoria da Governação Local” apresentaram recomendações concretas sobre transparência orçamental e gestão participativa, que começaram a orientar debates no seio da Assembleia Municipal.

A nível das instituições públicas, a intervenção da Bloco 4 Foundation, através do “Laboratório de Monitoria da Governação Local”, contribuiu para aproximar o município e a sociedade civil, promovendo um ambiente de diálogo mais aberto e regular. O relacionamento não se transformou, mas ganhou novas formas de colaboração prática, assentes na confiança e na troca de informação.

Durante o projecto, a organização facilitou reuniões conjuntas entre o Conselho Municipal da Beira, jovens activistas e representantes de organizações da sociedade civil, onde foram debatidas questões ligadas à transparência orçamental e à qualidade dos serviços públicos. Essas interações resultaram na participação de representantes do município em feiras e painéis públicos, onde se discutiram políticas locais de governação e cidadania.

Um avanço significativo foi a realização de uma formação de dois dias dirigida a membros da Assembleia Municipal da Beira, centrada na orçamentação e prestação de contas públicas — um exercício prático que permitiu melhorar a compreensão dos processos financeiros e incentivar uma maior responsabilização institucional. Estas acções, embora pontuais, abriram caminho para um diálogo mais técnico e colaborativo entre o município e a sociedade civil, reforçando a percepção de que a participação cidadã pode contribuir para uma governação mais eficiente e transparente.

*“A Bloco 4 Foundation trouxe uma nova forma de trabalhar com a juventude — participativa, técnica e inclusiva. Hoje, a nossa relação com a sociedade civil é mais próxima e produtiva.”*⁶⁹

A nível dos beneficiários, a iniciativa também gerou impacto directo em 976 participantes, incluindo jovens, mulheres e grupos marginalizados. Através das capacitações em direitos humanos, segurança digital e combate à desinformação, muitos jovens passaram a atuar como educadores pares e monitores comunitários, promovendo diálogo, transparência e participação activa.

*“Hoje sei como proteger-me online e como verificar informação antes de partilhar. Ser ativista digital é também lutar pela democracia.”*⁷⁰

Lições aprendidas

1. A articulação com o poder local é essencial – a construção de confiança mútua é um processo gradual, mas produz resultados sólidos.
2. Inclusão é chave para legitimidade – integrar pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIA+ aumentou a representatividade e a justiça social.

⁶⁸ Gestora Financeira da Bloco 4 Foundation

⁶⁹ Representante do Conselho Municipal da Beira

⁷⁰ Jovem participante do treinamento em segurança digital

3. Capacitação contínua gera sustentabilidade – formações e mentorias fortalecem a autonomia das organizações.
4. Participação juvenil deve ser prática, não simbólica – os jovens são mais eficazes quando têm espaços reais de decisão.
5. Aprender fazendo – a experimentação dentro do “Laboratório de Monitoria da Governação Local” consolidou metodologias de monitoria cidadã replicáveis noutras províncias.

Impacto e sustentabilidade

O trabalho da Bloco 4 Foundation teve um impacto concreto na promoção da governação participativa e na defesa dos direitos humanos na cidade da Beira. Através do “Laboratório de Monitoria da Governação Local”, a organização conseguiu envolver jovens, membros da sociedade civil e representantes institucionais em processos de diálogo e aprendizagem conjunta, centrados na transparência orçamental, na prestação de contas e na monitoria de políticas públicas.

O maior resultado desta experiência foi a produção de um relatório de evidências sobre violações de direitos humanos na Beira, elaborado com base em testemunhos e dados recolhidos localmente. Este documento, actualmente apresentado em Banjul, constitui um marco para os defensores de direitos humanos em Sofala, pois demonstra que a sociedade civil pode gerar e utilizar evidências de forma ética, segura e reconhecida internacionalmente. O relatório reforça a confiança dos cidadãos na denúncia de abusos e amplia a capacidade das organizações de influenciar políticas públicas a partir de factos documentados.

Do ponto de vista da sustentabilidade, a B 4 Foundation assegurou mecanismos de continuidade técnica e institucional para o “Laboratório de Monitoria da Governação Local”, incluindo a formação de jovens mediadores comunitários, a criação de um plano de sustentabilidade próprio e o estabelecimento de parcerias com o NED para expandir as acções de combate à desinformação e de monitoria cívica em Maputo e noutras províncias.

4.12. FACE



Introdução e

contexto

Esta é a história de uma organização que transformou o diálogo em ação e o conhecimento em resiliência. A associação Frente de Acção Comunitária e Ecológica para Saneamento Urbano (FACE), sediada na cidade da Beira, nasceu com a missão de promover o protagonismo juvenil e a inovação comunitária em contextos vulneráveis. A Beira, situada na costa central de Moçambique, é uma das cidades mais expostas aos efeitos das mudanças climáticas — inundações, ciclones e erosão costeira. Após os ciclones Idai e Eloise, os bairros urbanos e periurbanos ficaram profundamente afectados, não só pela destruição física, mas também pelo forte espírito de dependência de apoios externos, revelando a necessidade de fortalecer capacidades locais e soluções sustentáveis lideradas por jovens.

Com o apoio do CESC, através do IGUAL, a FACE implementou o projecto “Rodas de Conversa Jovem para Resiliência Climática”, que teve como objectivo criar espaços de debate, partilha de experiências e identificação de soluções locais de adaptação, envolvendo jovens e comunidades na resposta aos desafios ambientais da Beira.

Entre as principais actividades realizadas destacam-se:

- Rodas de conversa em universidades e comunidades sobre adaptação climática e soluções locais;
- Desenvolvimento de um *chatbot* via *WhatsApp*, para disseminar alertas e orientações sobre eventos climáticos;
- Construção de caminhos seguros com pneus reutilizados, mapeados de forma participativa;
- Treinamentos em elaboração de projetos e mobilização de recursos para estudantes e organizações juvenis;
- Criação de murais comunitários de soluções locais, valorizando o saber e a prática das comunidades.

O projecto alcançou resultados expressivos na promoção da acção climática participativa e na mobilização comunitária em torno de soluções locais. Ao todo, 602 pessoas participaram directamente nas rodas de conversa, espaços que estimularam o debate sobre resiliência, ambiente e cidadania. A partir dessas interações, foram implementadas cinco acções concretas: Um mapeamento participativo de zonas de risco ambiental, a criação de um *chatbot* comunitário para disseminação de informações, a construção de dois caminhos seguros utilizados por estudantes e moradores, e um mural de soluções locais, que reúne boas práticas e propostas inovadoras apresentadas pelos participantes.

O projecto destacou-se também pela construção de parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas, que contribuíram para o seu sucesso: O BCI prestou apoio logístico e promoveu as rodas de conversa; a AVS e a B4 Foundation colaboraram na coorganização de formações sobre desenho de projectos; a ASAMOC forneceu pneus reutilizados para acções de requalificação urbana; e as universidades da Beira participaram na mobilização de estudantes e na cedência de espaços de aprendizagem.

Além das actividades presenciais, o *chatbot* comunitário ampliou o seu alcance digital, chegando a novas comunidades e reforçando a cultura de resiliência e acção climática entre estudantes, líderes locais e cidadãos da Beira.

Mudanças significativas e impacto comunitário



A nível programático, a FACE passou por um processo de consolidação das suas metodologias e instrumentos de planeamento. A organização introduziu planos semanais, mensais e trimestrais, com indicadores claros de acompanhamento, permitindo um controlo rigoroso da execução das actividades e dos resultados. As rodas de conversa tornaram-se laboratórios vivos de aprendizagem, onde a juventude pôde identificar riscos locais, propor soluções práticas e desenvolver microprojetos ambientais.

O uso de tecnologia - como o *chatbot* via *WhatsApp* - destacou a FACE como uma das organizações mais inovadoras no ecossistema juvenil da Beira, combinando educação ambiental com inclusão digital.

“Aprendemos que a juventude não precisa apenas ser sensibilizada, precisa ser envolvida e reconhecida como criadora de soluções.”⁷¹

A nível institucional, o projecto consolidou uma verdadeira reforma interna de gestão. As políticas e procedimentos internos foram revisados e sistematizados, incorporando práticas mais claras e consistentes de planeamento, execução e monitoria. A FACE passou a operar com métodos padronizados de controlo, incluindo *checklists* operacionais, registos de reuniões, relatórios de progresso e manuais de governação. O fortalecimento da capacidade organizacional e técnica reflectiu-se na execução eficiente e transparente das actividades e no reconhecimento crescente junto a parceiros e financiadores.

“Hoje somos mais do que uma associação. Somos uma instituição estruturada, com regras claras, processos sólidos e um propósito definido.”⁷²

A nível financeiro, a FACE experimentou uma transformação notável. Foram introduzidos instrumentos de controlo e rastreabilidade financeira, como fluxos de caixa, reconciliações bancárias periódicas e relatórios mensais detalhados. Os procedimentos de *procurement* foram reforçados com critérios claros de elegibilidade, múltiplas cotações, aprovação formal e matrizes comparativas de preços — garantindo rastreabilidade, equidade e transparência em todas as aquisições. O CESC apoiou ainda a introdução de *checklists* de auditoria interna e manuais de prestação de contas, fortalecendo a cultura de boa governação e integridade institucional.

“Antes as decisões eram pontuais. Agora cada metical é registado, cada despesa é justificada e cada relatório é uma oportunidade de aprendizagem.”⁷³

A nível das políticas e práticas locais, as práticas de planeamento e acompanhamento adoptadas pela FACE foram reconhecidas por parceiros locais e universidades como boas práticas para replicação em outras iniciativas ambientais. A nível municipal, as rodas de conversa fomentaram um novo espaço de diálogo entre juventude, academia e instituições públicas, influenciando melhorias na coordenação local sobre gestão de resíduos e adaptação climática.

A nível das instituições públicas e comunidades, as comunidades envolvidas passaram a reconhecer o valor do conhecimento local e das soluções endógenas, com destaque para as iniciativas de reaproveitamento de pneus como caminhos seguros. As universidades, antes apenas observadoras, tornaram-se parceiras activas no processo de aprendizagem, replicando as metodologias da FACE em eventos académicos.

⁷¹ Coordenadora do projecto, FACE

⁷² Diretora Executiva da FACE

⁷³ Gestora financeira da FACE

“Os caminhos seguros mostraram que a inovação nasce daquilo que a comunidade já sabe — basta transformar o que é lixo em protecção.”⁷⁴

A nível dos beneficiários, os jovens passaram de participantes passivos a protagonistas da mudança. No início, muitos estudantes não compreendiam o propósito das rodas de conversa. Com o tempo, tornaram-se embaixadores da resiliência climática, promovendo práticas sustentáveis e replicando o que aprenderam nas suas comunidades. O *chatbot* criado para partilhar alertas e dicas ambientais superou as expectativas, sendo hoje utilizado por grupos comunitários e escolares além do público inicial, provando o poder da inovação social simples e acessível.

“O chatbot tornou-se a nossa linha directa de prevenção. É rápido, útil e mostra que a tecnologia também pode salvar vidas.”⁷⁵

Lições aprendidas

1. Soluções locais são mais sustentáveis – o conhecimento comunitário é um ativo valioso para a resiliência climática.
2. Planeamento estruturado gera eficiência – planos semanais e mensais melhoram o acompanhamento e reduzem erros.
3. A juventude é motor de inovação – quando capacitada, transforma ideias em ações concretas.
4. Inclusão tecnológica amplia o impacto – o *chatbot* mostrou que a tecnologia pode conectar e proteger comunidades.
5. Parcerias locais garantem sustentabilidade – colaboração com o setor privado e universidades assegura continuidade.

Impacto

O projecto “Rodas de Conversa Jovem para Resiliência Climática” transformou a perceção e a atitude dos jovens e das comunidades da Beira perante os desafios ambientais. Os 602 participantes tornaram-se agentes de adaptação e liderança comunitária, capazes de identificar riscos, propor soluções e mobilizar ações locais para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. As infra-estruturas criadas tiveram impacto direto na vida das pessoas: os caminhos seguros reduziram a exposição de estudantes e moradores a zonas de alagamento, o *chatbot* comunitário tornou-se uma ferramenta prática de alerta, partilha de informação e sensibilização ambiental, e o mural comunitário consolidou-se como um símbolo de pertença e inovação local, estimulando o orgulho coletivo e o compromisso cívico.

O projecto também reforçou sinergias institucionais entre a FACE, o sector privado e as universidades, permitindo o acesso a novos conhecimentos, estágios e microprojectos ambientais para jovens formados. Este modelo colaborativo criou bases sólidas de sustentabilidade técnica e social, garantindo que as ações e os resultados não se percam após o término do financiamento. Para o futuro, a FACE planeia ampliar o uso do *chatbot* para novos distritos e grupos juvenis, replicar os caminhos seguros com base nas lições aprendidas e integrar as iniciativas locais de resiliência nos planos municipais de adaptação climática.

⁷⁴ Líder comunitário da Munhava

⁷⁵ Estudante da Universidade Licungo

4.13. SUMBURERO



Introdução e contexto

Esta é a história de uma organização que decidiu romper o silêncio e abrir caminhos para a inclusão. A SUMBURERO que actua na promoção da cidadania, igualdade de género, protecção social e inclusão de pessoas com deficiência, especialmente mulheres e jovens. O projeto foi implementado no Distrito do Búzi, cujo contexto local é marcado por altos índices de exclusão social e económica. A maioria das pessoas com deficiência enfrenta barreiras estruturais, discriminação sistemática e ausência de oportunidades de formação ou emprego. Essas condições não apenas limitam o acesso a direitos básicos, como educação, trabalho e participação pública, mas também perpetuam ciclos de pobreza, dependência e invisibilidade.

Foi neste cenário que a SUMBURERO, com o apoio do CESC, através do IGUAL, implementou o projecto “Mulheres em Acção – Mbiathu”, com o objectivo de promover a inclusão social e económica de jovens com deficiência, com foco especial nas mulheres, através de formação técnica, mentoria e integração no mercado de trabalho.

As principais actividades realizadas incluíram:

- Formações em habilidades para a vida (autoconhecimento, comunicação e planeamento pessoal);
- Cursos técnicos e profissionais em culinária e corte e costura, adaptados à realidade local;

- Sessões de empreendedorismo e gestão de pequenos negócios;
- Estágios profissionais supervisionados em instituições e microempresas locais;
- Mentorias individualizadas para apoiar o início de microiniciativas económicas;
- Campanhas de sensibilização comunitária sobre igualdade de direitos e inclusão de pessoas com deficiência.

O projecto alcançou resultados com a inclusão socioeconómica de pessoas com deficiência no Distrito do Búzi. Vinte e oito jovens, maioritariamente mulheres, adquiriram competências em culinária e corte e costura, demonstrando que a deficiência não é barreira à produtividade e à autonomia. Dez organizações comunitárias foram capacitadas em gestão, fortalecendo o movimento associativo local. O Centro de Formação Técnico-Profissional foi revitalizado e tornou-se um espaço inclusivo, gerido com a participação activa da SUMBURERO. Parcerias com o IFPELAC, FAMOD, KHUPEDZANA e o Governo Distrital garantiram apoio técnico e visibilidade institucional. As novas práticas de gestão e a participação comunitária aumentaram a confiança social na SUMBURERO, abrindo caminhos para a sustentabilidade e o reconhecimento da liderança feminina com deficiência.

Mudanças significativas e impacto comunitário



A nível programático, a SUMBURERO aperfeiçoou significativamente a sua capacidade de planificação, execução e monitoria de projetos baseados em evidências. A equipa técnica foi capacitada em elaboração de relatórios, recolha de dados qualitativos e quantitativos e gestão orientada para resultados. A estrutura de acompanhamento introduzida, com relatórios mensais, visitas técnicas e reuniões de balanço, melhorou a qualidade das intervenções e permitiu ajustes estratégicos atempados, assegurando maior coerência entre metas e resultados.

“O IGUAL ajudou-nos a perceber que a monitoria não é apenas preencher formulários, mas um exercício de aprendizagem e melhoria contínua.”⁷⁶

A nível financeiro, a SUMBURERO passou a utilizar novas ferramentas de controlo orçamental e contabilidade, inspiradas no manual de procedimentos administrativos e financeiros do CESC, o que trouxe maior rigor, eficiência e transparência.

A organização actualizou o seu manual financeiro, institucionalizando práticas como:

- Reconciliações bancárias mensais;
- Arquivo físico e digital de comprovativos;
- Fluxos de aprovação para cada despesa;

⁷⁶ Coordenadora do projeto Mbiathu

- Relatórios trimestrais de execução financeira.

Estas melhorias criaram uma cultura interna de disciplina financeira e responsabilidade institucional, fundamental para o crescimento sustentável da organização.

“Com o IGUAL aprendemos que cada metical deve ter um registo e uma justificação. Hoje sabemos gerir, prestar contas e planejar melhor o futuro.”⁷⁷

A nível das políticas e práticas públicas, o projecto contribuiu para o diálogo entre o Governo Distrital do Búzi, Centro de Formação Técnico-Profissional de Búzi e as organizações locais, revitalizando o único centro de formação como espaço de capacitação inclusiva. O envolvimento das autoridades locais reforçou a percepção de que as pessoas com deficiência são actores produtivos e parceiros de desenvolvimento.

“Ver jovens com deficiência a trabalhar e produzir foi um despertar para todos nós. Percebemos que a inclusão é possível e necessária.”⁷⁸

A nível das instituições públicas e comunidades, a intervenção aproximou as instituições públicas das organizações comunitárias e revalorizou o papel das organizações comunitárias de base na implementação de programas de desenvolvimento local. Pelo menos 10 organizações comunitárias de base foram formadas em planeamento, elaboração de projetos e procedimentos de legalização, ampliando a rede de parceiros institucionais e criando bases para futuras colaborações.

“Hoje somos reconhecidos pela administração local como uma organização confiável. Isso abriu portas para novas parcerias.”⁷⁹

A nível dos beneficiários, o impacto humano foi profundo. Vinte e oito jovens com deficiência, na sua maioria mulheres, adquiriram competências profissionais em culinária e corte e costura, e estão hoje aptos a integrar o mercado de trabalho ou iniciar pequenos negócios próprios. Muitos beneficiários relataram mudanças significativas na autoestima, autonomia e aceitação social, passando de posições de dependência para protagonistas do seu próprio sustento.

“Antes ficava em casa, sem esperança. Hoje cozinho para vender e ajudo na renda da família. As pessoas olham-me com respeito.”⁸⁰

Lições aprendidas

1. Parcerias são a base da inclusão – trabalhar em rede amplia resultados e reforça a confiança institucional.
2. Planeamento adaptativo é essencial – ajustes iniciais garantem cumprimento de prazos e metas realistas.
3. Monitoria contínua assegura qualidade – acompanhar o progresso em tempo real fortalece a gestão baseada em evidências.
4. Transparência financeira é um valor institucional – boas práticas financeiras aumentam credibilidade e sustentabilidade.
5. Inclusão é um processo educativo – a transformação começa quando a comunidade passa a ver a pessoa com deficiência como agente activo.

⁷⁷ Gestora financeira da SUMBURERO

⁷⁸ Representante do Governo distrital do Búzi

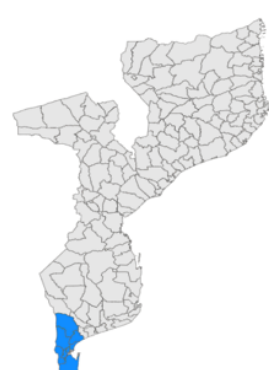
⁷⁹ Membro da SUMBURERO

⁸⁰ Beneficiária formada em culinária, Búzi

Impacto

O projecto “Mulheres em Acção – Mbiathu” deixou um legado de inclusão e esperança no Búzi. Os jovens formados tornaram-se referências locais de superação e resiliência, inspirando novas famílias e comunidades a acreditar na capacidade e potencial das pessoas com deficiência. A SUMBURERO planeia agora estruturar planos de negócios cooperativos para os beneficiários e ligá-los a grupos de poupança rotativa, de forma a assegurar rendimentos sustentáveis e continuidade das actividades.

CIDADE E PROVÍNCIA DE MAPUTO

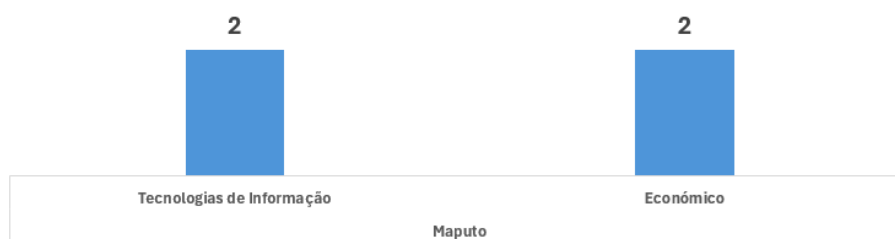


INICIATIVAS JUVENIS - MAPUTO

Total de Iniciativas - 4



Associações por Tipo de Iniciativa - Maputo



Associação	Objectivos da intervenção
AMJIGE	Capacitação e liderança feminina no setor tecnológico, com foco em reparação, gestão e segurança digital
INCLUSÃO	Capacitação em Tecnologias Cívicas e integração em negócios para Jovens LGBT+
CRIARTE	Capacitação em Gestão de Negócios e Inclusão Social em Moda e Mídia
CeUrbe	Capacitação digital e redes de jovens ativistas digitais

4.14. AMJIGE



She is Hacking

Introdução e contexto

A Associação Moçambicana de Jovens pela Igualdade de Género e Educação (AMJIGE) nasceu com a missão de promover a igualdade de género e o acesso justo à educação e à tecnologia, incentivando a participação das mulheres em setores historicamente dominados por homens. Apesar dos avanços na matrícula de mulheres no ensino superior, apenas 3,7% das estudantes frequentavam cursos nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), um número praticamente inalterado desde 2013. Enquanto os rapazes adquirem experiências informais em mercados de reparação como o “Estrela”, na Cidade de Maputo, as raparigas enfrentam barreiras culturais, económicas e de confiança, sendo frequentemente afastadas do mundo tecnológico.

Com o apoio do CESC, através do IGUAL, a AMJIGE implementou o projeto “*She is Hacking*”, com o objectivo de catalisar a participação das mulheres como produtoras de soluções tecnológicas, desconstruindo estereótipos de género e inspirando novas trajetórias femininas no universo digital.

As principais actividades implementadas incluíram:

- Mapeamento e capacitação de 15 jovens mulheres de três universidades (UEM, UP-Maputo e ISUTC) em reparação de dispositivos eletrónicos;
- Oficinas práticas sobre *hardware*, *software*, segurança digital e gestão de pacotes e repositórios;
- Realização do *Hackathon* “*She Hack Hackathon*”, com formação em *pitching* e selecção das melhores iniciativas tecnológicas;
- Criação da Rede Nacional de Jovens Mulheres e Raparigas em STEM, abrangendo o norte, centro e sul do país;
- Cinco sessões de imersão em escolas secundárias, sobre oportunidades em STEM, segurança digital e direitos humanos das mulheres;
- Feira de Inovação Tecnológica Juvenil, com exposições, protótipos e debates sobre inovação e direitos digitais.

O projecto alcançou resultados significativos na promoção da inclusão feminina nas áreas tecnológicas. Dezoito jovens mulheres foram formadas em reparação de computadores e telemóveis, demonstrando que as mulheres podem afirmar-se em sectores tradicionalmente dominados por homens. Duzentos e cinquenta estudantes participaram em sessões de imersão em STEM, despertando o interesse por carreiras técnicas e científicas. No “*Hackathon 100% Feminino 2025*”, cerca de 30 jovens mulheres foram capacitadas em estruturação de ideias de negócio e inovação digital. Trinta organizações juvenis receberam formação em desenho de projectos e captação de recursos, ampliando redes de colaboração. Foi criada uma rede nacional de jovens mulheres em STEAM e estabelecida uma oficina feminina de reparação tecnológica no Mercado Estrela, um espaço pioneiro de empreendedorismo liderado por mulheres. As parcerias com a *TECNO Mobile*, o Ministério da Juventude e Desportos, a Incubadora do Standard Bank e especialistas de STEM reforçaram o ecossistema de apoio e asseguram a continuidade das acções.



Mudanças significativas e impacto comunitário

A nível programático, a AMJIGE registou avanços significativos na melhoria do seu sistema de gestão e implementação de projectos. A organização passou a adotar metodologias baseadas em resultados, com maior clareza nos processos de planificação, monitoria e documentação das actividades. A realização de encontros semanais de planificação e prestação regular com a equipa do CESC foram abordagens que permitiram melhor implementação e seguimento do plano de actividades anteriormente acordado. O projecto “*She is Hacking*” consolidou a experiência da AMJIGE em educação tecnológica e empoderamento feminino, posicionando-a como referência nacional em inclusão digital com enfoque de género.

“Hoje somos uma organização mais metódica, com objectivos claros e metodologias que geram resultados tangíveis.”⁸¹

A nível institucional, a AMJIGE fortaleceu a sua estrutura organizacional e consolidou políticas internas voltadas para diversidade, igualdade e inclusão. As formações promovidas pelo CESC e a formação conduzida pelo ROSC sobre género e salvaguardas, impulsionaram a revisão das políticas da organização e estimularam uma liderança mais participativa e inclusiva. A equipa integra mais mulheres em funções de direcção, reforçando o compromisso institucional com a equidade de oportunidades e a representatividade juvenil. Essas mudanças resultaram numa organização mais sólida, preparada para gerir parcerias complexas e liderar projectos de grande impacto.

“Aprendemos que a inclusão começa dentro da própria organização. Hoje temos mais mulheres líderes e equipas mais diversas.”⁸²

A nível financeiro, No domínio financeiro, o projecto contribuiu para aperfeiçoar os mecanismos internos de controlo e prestação de contas. A exigência de relatórios mensais e a mentoria do CESC fortaleceram o rigor e a transparência financeira, permitindo maior eficiência na gestão orçamental e maior capacidade de resposta a financiadores. Foram implementadas rotinas de reconciliação bancária, revisão de despesas e planeamento de fluxos de caixa, consolidando uma cultura institucional de disciplina e responsabilidade financeira.

A nível das políticas e práticas locais, o *She is Hacking* teve impacto direto na mudança de perceções sobre o papel das mulheres na tecnologia. O projecto contribuiu para um debate nacional sobre equidade digital e direitos das mulheres online, articulando universidades, ministérios e empresas privadas em torno de uma agenda comum de inclusão tecnológica. O sucesso desta iniciativa atraiu o interesse do sector privado e público. Exemplo disso é a assinatura de memorandos de entendimento com a *TECNO Mobile*, a *Calcare* e o Ministério da Juventude e Desportos, o que contribuiu para dar mais visibilidade e institucionalização das parcerias.

“As beneficiárias provaram que as mulheres podem ser líderes em tecnologia. Isso quebrou estereótipos e abriu novos horizontes.”⁸³

A nível das instituições públicas e privadas, a colaboração com universidades, incubadoras e empresas tecnológicas transformou o projecto numa ponte entre academia, sector privado e juventude. A parceria com a *TECNO Mobile* e o Centro *Calcare* permitiu a formação técnica especializada em reparação de computadores e

⁸¹ Melânia, Coordenadora do projecto, AMJIGE

⁸² Francisca de Noronha, Directora Executiva da AMJIGE

⁸³ Representante da TECNO

celulares; a parceria com o Standard Bank Incubadora criou oportunidades de mentoria e incubação de negócios tecnológicos. Além disso, mentoras de referência nacional, como Abneusa Manuel (Vodacom), Cláudia Jovo (Universidade Pedagógica) e Cíntia Banze (Holard Seguros) participaram activamente do *Hackathon*, fortalecendo a rede de apoio feminino em STEAM.

A nível dos beneficiários, os testemunhos das beneficiárias revelam transformações pessoais, técnicas e profissionais. As jovens desenvolveram autoconfiança, sentido de pertença e novas ambições de carreira. A criação da primeira oficina de reparação de dispositivos (telefones e computadores) gerida exclusivamente por mulheres no Mercado Estrela simboliza a quebra definitiva de barreiras de género num espaço tradicionalmente masculino.

“O Hackathon ensinou-me a falar em público, defender uma ideia e acreditar que as mulheres podem criar tecnologia de impacto.”⁸⁴



Lições aprendidas

- A combinação entre formação prática e redes de apoio é essencial para reduzir barreiras de género no acesso às ciências e tecnologias.
- A aprendizagem em contextos comunitários, como o Mercado Estrela, mostrou-se eficaz para aumentar a autoconfiança e o sentimento de pertença.
- As alianças com o sector privado e especialistas fortalecem a relevância e sustentabilidade das iniciativas.
- A integração de mentoras de referência cria modelos inspiradores e encurta a distância entre jovens estudantes e o mercado.
- A monitoria participativa e a comunicação digital amplificam a visibilidade e o impacto institucional do projecto.

Impacto

O *She is Hacking* ultrapassou o âmbito de um simples projecto, tornando-se num movimento de inclusão e liderança feminina na tecnologia. Hoje, a AMJIGE é reconhecida como referência nacional em inovação e empoderamento digital, inspirando novas gerações de mulheres a ingressarem em STEAM.

A sustentabilidade do projeto é garantida por três pilares:

- Financeiro – a oficina de reparação gera rendimento próprio e apoia novas formações;
- Institucional – a rede nacional de mulheres em STEAM opera de forma autónoma e continua a expandir-se;
- Social e político – o projecto influenciou práticas educativas e empresariais, consolidando a presença feminina no setor tecnológico.

⁸⁴ Vencedora do prémio de “*Hackathon 100% Feminino*”

“A oficina é mais do que um espaço de trabalho. É o símbolo de que as mulheres podem criar, liderar e inovar no coração da tecnologia.”⁸⁵

O impacto gerou interesse em outros parceiros de cooperação, dispostos a expandir esta iniciativa para a região centro do país.

4.15. CeUrbe



Hub Activista Digital: Juventude Conectada para uma Governação Participativa

Introdução e contexto

O Centro de Estudos Urbanos (CeUrbe) emergiu como uma das organizações pioneiras em Moçambique na promoção da participação política digital, aliando tecnologia, inovação e mobilização juvenil para fortalecer a governação local e a democracia participativa. O contexto que deu origem ao projecto é marcado por um fenómeno crescente: A migração do engajamento político juvenil para o espaço digital.

Com o apoio do CESC, através do IGUAL, o CeUrbe lançou o projecto “Hub Activista Digital”, com o objectivo de fortalecer a participação política juvenil na Área Metropolitana de Maputo, abrangendo os municípios de Maputo, Matola, Matola-Rio, Marracuene e Boane — através do uso estratégico das tecnologias digitais.

O projecto visou capacitar jovens para utilizarem as plataformas digitais como ferramentas de governação participativa, promovendo uma nova geração de cidadãos ativos, críticos e informados.

O projecto alcançou resultados expressivos na promoção da participação política digital e da cidadania activa entre jovens. Um total de 114 jovens foi capacitado em participação política digital, incluindo 58 mulheres, 56 homens, 7 jovens LGBTQI+ e duas pessoas com deficiência, reforçando a inclusão e a diversidade no activismo cívico. Foram formados 43 mapeadores comunitários, que identificaram 30 rotas de transporte público em Marracuene e



⁸⁵ Direcção da AMJIGE

Matola-Rio, base para um estudo participativo sobre mobilidade urbana, com 1.002 inquéritos aplicados.

O projecto produziu e distribuiu o “Guião de Participação Política Digital”, em formato físico e digital, e promoveu seis programas de rádio comunitária que ampliaram o debate sobre governação local. Foram ainda desenvolvidos cinco protótipos tecnológicos cívicos, entre os quais o *Phandar.work*, uma plataforma digital operacional. A intervenção abrangeu cinco municípios, onde se estabeleceu uma rede de activistas digitais activa e colaborativa. No total, mais de 10 mil cidadãos foram alcançados através das redes sociais e eventos públicos, consolidando uma nova geração de jovens empenhados na transformação democrática através da tecnologia.

Principais actividades

O “Hub Activista Digital” combinou metodologias de formação, mapeamento e inovação tecnológica, estruturadas em três eixos complementares:

1. Formações em participação política digital – capacitando 114 jovens (58 mulheres, 56 homens, incluindo 7 da comunidade LGBTQI+ e duas pessoas com deficiência) em temáticas como cidadania digital, jornalismo móvel, mapeamento participativo e governação local.
2. Mapeamentos participativos – realizados nos municípios de Marracuene e Matola-Rio, envolvendo 43 mapeadores e resultando na identificação de 30 rotas de transporte público e na aplicação de mais de 1.000 inquéritos de satisfação a passageiros.
3. *Hackathon* de tecnologias cívicas – onde cinco equipas de jovens desenvolveram projectos tecnológicos inovadores voltados à participação cívica, como o *Phandar.work*, uma plataforma digital de emprego e engajamento juvenil.
4. Produção do “Guião de Participação Política Digital” – documento de referência com orientações práticas sobre direitos, mecanismos de governação local e estratégias de engajamento digital.
5. Programas de Rádio Comunitária e *podcasts* – realizados em parceria com a Rádio Comunitária de Maxaquene, dando voz aos jovens formados e disseminando mensagens sobre activismo digital e cidadania.
6. *Workshops* “Vamos Aplicar” – capacitando 25 jovens em elaboração de propostas e acesso a financiamento para iniciativas tecnológicas locais.

“Aprendemos que ser activista digital não é apenas postar nas redes, mas transformar dados em soluções e dar voz às comunidades.”⁸⁶

Mudanças significativas e impacto comunitário

A nível programático, a produção do “Guião de Participação Política Digital” e a realização dos mapeamentos participativos resultaram em dados concretos que hoje são referência para o diálogo entre juventude, municípios e sociedade civil. O projecto também fomentou a criação de uma rede intermunicipal de jovens ativistas digitais que continua a actuar de forma autónoma através de grupos de *Whats.App*, página de *Facebook* e novos programas de rádio comunitária.

A nível institucional, o processo de acompanhamento técnico e formativo do CESC/IGUAL fortaleceu a estrutura organizacional do CeUrbe, promovendo melhor integração entre as equipas programática, financeira e de comunicação. A criação de um manual interno de comunicação institucional e a adopção de um sistema digital de gestão de informação aumentaram a coerência, visibilidade e transparência das ações.

⁸⁶ Participante da “Turma Activista Digital”, Matola-Rio

A organização também institucionalizou rotinas de planeamento trimestral e reporte baseado em resultados, reforçando a cultura de monitoria e aprendizagem contínua.

“Com o IGUAL aprendemos a comunicar melhor, a medir o impacto e a gerir com evidências. Somos hoje uma organização mais madura e transparente.”⁸⁷

A nível das políticas e instituições públicas, o “*Hub* Activista Digital” influenciou práticas de governação participativa e gestão urbana baseada em evidências. Os mapeamentos participativos realizados em Marracuene e Matola-Rio geraram dados concretos sobre transporte público e mobilidade urbana, que foram apresentados aos municípios e integrados em processos de planificação local. Essas experiências demonstraram às autoridades o valor da escuta cidadã digital, estimulando uma nova postura de abertura institucional e cooperação com a sociedade civil.



“Os dados do CeUrbe mostraram-nos que é possível planear com base nas percepções dos cidadãos. Foi um exercício de governação moderna e participativa.”⁸⁸

A nível dos beneficiários, os jovens formados pelo projecto relataram mudanças transformadoras nas suas competências, autoestima e engajamento cívico. Casos emblemáticos incluem o de Iva Massango, que após participar no projecto foi contratada como locutora pela Rádio Comunitária de Maxaquene, e de jovens mapeadores que hoje lideram páginas e *podcasts* de activismo digital nos municípios.

“Antes via a política como algo distante. Agora percebo que a participação começa por mim e que posso influenciar o que acontece na minha comunidade.”⁸⁹

Lições aprendidas

- A participação política digital requer proximidade e diálogo constante com os jovens — as redes sociais são pontes, não fins.
- A escuta activa e o mapeamento participativo fortalecem a confiança entre Governo e cidadãos.
- A transversalidade de género, inclusão e diversidade garante legitimidade e representatividade.
- A comunicação institucional é um activo estratégico para a credibilidade e visibilidade.
- A sustentabilidade nasce da apropriação comunitária — os programas de rádio e podcasts mantêm viva a voz dos jovens activistas.

Impacto

A rede da “Turma Activista Digital” continua activa e autogerida, com jovens que produzem conteúdos, debatem políticas locais e promovem campanhas digitais de cidadania. O projecto inspirou ainda a criação de um Observatório Cívico Juvenil de Governação Digital, em fase de estruturação.

⁸⁷ Direcção do CeUrbe

⁸⁸ Representante do Município de Marracuene

⁸⁹ Jovem da “Turma Activista Digital”, Boane

“Os jovens do Hub Activista provaram que o digital é também território de cidadania. O futuro da governação participativa passa por aqui.”⁹⁰

4.16. CRIARTE



CRIARTE COOP: Mulheres a Costurar Futuros e a Filmar Esperanças na KaTembe

Introdução e contexto

A “CRIARTE COOP” nasceu no bairro de Incassane, na KaTembe. Incassane é um dos bairros mais periféricos e vulneráveis do Município de Maputo, onde o desemprego feminino, a falta de competências técnicas e a exclusão social e económica condicionam o acesso das mulheres a oportunidades de renda e participação ativa na vida pública. O projecto surgiu para responder à precariedade vivida por mulheres jovens entre 18 e 35 anos, frequentemente limitadas por responsabilidades domésticas, dependência financeira e vulnerabilidade à violência baseada no género.

Com o apoio do CESC, através do IGUAL, a CRIARTE lançou o projeto “CRIARTE COOP – Cooperativa Comunitária de Moda e Media”, com o propósito de promover o empoderamento socioeconómico de mulheres vulneráveis por meio da formação técnica, artística e empreendedora nas áreas de moda e produção audiovisual, fomentando autonomia financeira e autoestima.

As actividades abrangeram:

- Capacitação técnica em *design* de moda, corte e costura, fotografia, filmagem e edição de vídeo;
- *Workshops* e *masterclasses* conduzidos por profissionais de moda e audiovisual;
- Estágios práticos e produção de curtas-metragens e documentários comunitários;
- Feira comunitária e evento de encerramento, com exposição e venda de produtos criados pelas formandas;
- Rodas de conversa e oficinas temáticas sobre empreendedorismo, gestão, direitos humanos e igualdade de género.

“Antes achava que costurar era só para sobreviver. Agora percebo que é também criar arte, contar histórias e transformar vidas.”⁹¹

⁹⁰ Hélio Naimo, MEL CESC/IGUAL

⁹¹ Graça, beneficiária do curso de moda da CRIARTE

O projecto alcançou resultados concretos na capacitação de jovens em áreas criativas e tecnológicas. Trinta e duas formandas concluíram com sucesso a formação, adquirindo competências em moda, audiovisual e empreendedorismo social. Deste grupo, duas cooperativas foram criadas — Mentres Criativas e Kuzunga —, impulsionando o emprego e a sustentabilidade económica. As participantes produziram mais de 200 peças de moda e acessórios, vendidas em feiras e eventos nacionais, e realizaram dez curtas-metragens e vídeos comunitários em bairros de Ka-Tembe. A CRIARTE destacou-se também pela participação em eventos nacionais, como o *ArtinDev Week*, *June Fest*, Campeonato Todas no Jogo e a Conferência Nacional da Juventude do CESC. Três beneficiárias foram integradas em estágios profissionais no sector da comunicação, e a cooperativa produziu 150 sacolas amigas do ambiente para a VII Conferência Internacional do IESE, consolidando a sua reputação como espaço de criatividade e empreendedorismo feminino.

Mudanças significativas e impacto comunitário

A nível programático, com o apoio do CESC/IGUAL, a CRIARTE fortaleceu as suas metodologias de capacitação e monitoria participativa, integrando uma abordagem inovadora que combina formação técnica e desenvolvimento humano. Os módulos de moda e *media* foram complementados por sessões sobre finanças pessoais, vendas e inclusão digital, garantindo que as beneficiárias adquirissem competências para atuar de forma autónoma e sustentável. A organização introduziu também ferramentas de autoavaliação participativa, nas quais as próprias mulheres medem o seu progresso e refletem sobre os impactos da formação, reforçando o sentido de pertença e corresponsabilidade.

“O IGUAL ajudou-nos a perceber que as mulheres não são apenas beneficiárias — são agentes activas da sua própria transformação.”⁹²

A nível institucional, o apoio do CESC foi determinante para o salto institucional da CRIARTE, que passou de coletivo informal para associação formalmente reconhecida, ganhando credibilidade, estrutura e capacidade de gestão.

Esse processo incluiu:

- Formalização legal e estatutária;
- Revisão e implementação de políticas internas de governação e uso de recursos;
- Capacitação da equipa em gestão de projetos, género e metodologias participativas;
- Melhoria da cultura organizacional, tornando-a mais colaborativa, profissional e inclusiva.

A transição para um estatuto formal em curso, permitirá que a CRIARTE aceda a novos parceiros e financiadores, consolidando a sua posição como uma organização de referência nas indústrias criativas e de empoderamento feminino.

“Hoje temos regras, planeamos, reportamos e somos respeitadas. A nossa voz é ouvida dentro e fora da KaTembe.”⁹³

A nível financeiro, a CRIARTE implementou procedimentos internos de controlo e transparência, seguindo as normas de prestação de contas aprendidas com o CESC.

As mudanças incluíram:

- Relatórios mensais e arquivo sistemático de comprovativos;
- Processos de *procurement* estruturados, com cotações e registo formal das aquisições;

⁹² Lisandro Jordão, Gestor financeiro da CRIARTE

⁹³ Carla Seleça, Gestora projectos da CRIARTE

- Revisão orçamental participativa entre equipa técnica e financeira;
- Planeamento financeiro trimestral com projecção de despesas e receitas.

Estas melhorias garantiram rastreamento completo das transações, maior confiança institucional e sustentabilidade organizacional.

“Cada metical agora tem um propósito e um registo. Isso trouxe disciplina e respeito pelos recursos da organização.”⁹⁴

A nível das políticas e práticas locais, o projecto refletiu-se de forma concreta no reconhecimento público e institucional das ações da CRIARTE, resultado directo do trabalho técnico e criativo desenvolvido pelas jovens cooperativistas. Durante a Conferência Nacional da Juventude, a organização foi responsável pela cobertura audiovisual completa do evento, assegurando entrevistas, produção de vídeos e conteúdos digitais que foram amplamente divulgados nas plataformas do CESC e do Ministério da Juventude e Desportos.

Em simultâneo, a oficina de costura da “CRIARTE COOP” produziu sacos personalizados para os participantes e palestrantes da conferência, trabalho que demonstrou a qualidade e a capacidade produtiva das jovens formadas pelo programa. O sucesso desta prestação de serviços abriu novas oportunidades profissionais e parcerias institucionais: a cooperativa foi contratada para fornecer sacolas ecológicas à conferência internacional do IESE e à Conferência do Nacional da Juventude organizada pelo CESC.

• **Exposição das actividades do projecto Criarte Coop e Networking - 3a Conferência Nacional de Filantropia Comunitária**



• **Cobertura da Conferência Nacional da Juventude**



Estas colaborações representam um passo concreto para a sustentabilidade financeira da “CRIARTE COOP”, consolidando a transição de um grupo juvenil apoiado para uma entidade produtiva autónoma, com capacidade de oferecer serviços competitivos e ambientalmente responsáveis. Ao associar criatividade, inclusão e empreendedorismo, a CRIARTE demonstrou que a economia criativa pode ser uma via sólida para o empoderamento feminino e para o desenvolvimento local sustentável.

⁹⁴ Lisandro Jordão, Gestor financeiro da CRIARTE

“O projecto mostrou que as mulheres da KaTembe não precisam ser vistas como vulneráveis, mas como empreendedoras e criadoras de soluções.”⁹⁵

A nível das instituições públicas e parcerias, o sucesso do projecto levou a CRIARTE a expandir a sua rede de parcerias com escolas, empresas e organizações de juventude. A colaboração com entidades como *ArtinDev*, AMJIGE, Inclusão e CESC criou oportunidades de estágio, visibilidade e produção colaborativa. A CRIARTE foi convidada para participar em eventos de grande visibilidade, como o *June Fest 2025* e o “Festival da Família”, consolidando a sua reputação no ecossistema criativo.

“A CRIARTE trouxe a energia da KaTembe para os grandes palcos. As nossas peças e vídeos agora representam a força das mulheres urbanas.”⁹⁶

A nível dos beneficiários, o impacto mais visível foi nas próprias mulheres participantes, que concluíram com sucesso as formações, adquirindo competências técnicas, autonomia e autoconfiança.

Entre os resultados marcantes:

- Criação de duas cooperativas emergentes para gestão pelas beneficiárias: “*Mentes Criativas*” (cooperativa de *media*) e “*Kuzunga*” (cooperativa de moda);
- Participação de beneficiárias em eventos públicos e produções audiovisuais profissionais;
- Testemunhos de transformação pessoal e autoestima através da produção de conteúdos, roupas e acessórios próprios.
- A CRIARTE passou a fornecer produtos de corte e costura para eventos nacionais, como a Conferência Nacional da Juventude organizado pelo CESC e a conferência organizada pelo IESE. Este reconhecimento que valeu renda à CRIARTE é um sinal de crescimento e estabelecimento de forma sustentada da organização.

“Antes tinha vergonha de falar. Agora filmo, entrevisto e mostro o que as mulheres da KaTembe são capazes de fazer.”⁹⁷

Lições aprendidas

- A formação técnica deve andar com o empoderamento emocional – o sucesso das mulheres depende tanto da competência quanto da autoconfiança.
- A inclusão digital é ferramenta essencial de igualdade de oportunidades.
- A monitoria participativa cria apropriação e sustentabilidade.
- Formalizar é fortalecer. A transição para associação deu legitimidade e abriu novas portas.
- A criatividade é capital. Moda e *media* são motores de desenvolvimento económico e transformação social.

Impacto

O projecto “CRIARTE COOP” redefiniu o significado de empoderamento na KaTembe. As mulheres formadas não apenas aprenderam um ofício, tornaram-se referências de mudança e inspiração comunitária. A produção de

⁹⁵ Representante do Administração da KaTembe

⁹⁶ Alex, formador de media da CRIARTE

⁹⁷ Beneficiária da formação em media da CRIARTE

curtas-metragens, roupas e acessórios com identidade local gerou visibilidade e orgulho coletivo, mostrando que a arte e o trabalho manual podem ser ferramentas de dignidade.

Para o futuro, a CRIARTE pretende:

- Consolidar a cooperativa “CRIARTE COOP” como unidade produtiva sustentável;
- Expandir os cursos para jovens e adolescentes das escolas locais;
- Criar uma loja física e uma plataforma digital para comercialização dos produtos;
- Fortalecer as redes de mentoria e estágios nas indústrias criativas;
- Ampliar as formações pagas e serviços de cobertura de eventos para garantir sustentabilidade financeira.

“CRIARTE não é apenas um projecto, é um movimento. Cada mulher que aprende aqui torna-se símbolo de força, independência e futuro.”⁹⁸

4.17. INCLUSÃO



Empreender com Orgulho: Juventude Diversa a Redefinir o Futuro da Inclusão Económica em Moçambique

Introdução e contexto

Esta é a história de uma organização que ousou colocar a diversidade no centro do desenvolvimento económico. A Associação para a Promoção da Inclusão Social de Jovens e Diversidades em Moçambique – Inclusão nasceu do compromisso de construir um país onde ninguém fica para trás, ecoando a promessa global das Nações Unidas e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 5 (Igualdade de Género), o ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Em Moçambique, as pessoas LGBTQIA+ continuam a enfrentar exclusão sistemática, estigma e discriminação no acesso ao emprego, à formação e ao crédito. Apesar de avanços em políticas de juventude e empreendedorismo desde 2005, as especificidades dos jovens LGBTQIA+ permanecem invisíveis, e poucos programas conseguem responder às suas realidades económicas e sociais.

⁹⁸ Carla Seleça, Gestora do projecto CRIARTE COOP

Com o apoio do CESC, através do IGUAL, a Inclusão lançou o projecto “Empreender com Orgulho”, com o objectivo de reduzir as desigualdades socioeconómicas enfrentadas por jovens LGBTQIA+ na Área Metropolitana de Maputo.

A iniciativa estruturou-se em três linhas de ação principais:

1. Ciclos de “*Café Network*” – encontros seguros e informais entre profissionais e empreendedores para partilhar experiências e oportunidades;
2. Capacitação de 90 jovens em criação de negócios inclusivos e gestão de projectos com enfoque LGBTQIA+;
3. “Incubadora de Negócios de Inclusão Juvenil e LGBTQIA+”, integrando jovens empreendedores no ecossistema empresarial de Maputo.

“Antes, ser quem sou era um obstáculo para o meu negócio. Hoje, aprendi que a diversidade é também uma força económica.”⁹⁹

O projecto obteve resultados concretos na promoção da inclusão económica e no fortalecimento institucional da organização. Mais de 270 pessoas LGBTQIA+ e aliados participaram em cafés, debates e formações sobre diversidade e direitos económicos, criando um ambiente seguro de partilha e aprendizagem. Sessenta e sete empreendedores foram capacitados em desenvolvimento de negócios inclusivos, enquanto 55 líderes juvenis receberam formação em desenho de projectos e mobilização de recursos, reforçando as suas capacidades de gestão e liderança. Foram acelerados 10 negócios, cada um com planos de marca, *marketing* e sustentabilidade, que já começaram a gerar rendimento e visibilidade local. A produção e divulgação de conteúdos digitais sobre inclusão e diversidade alcançou mais de 3.400 pessoas online, ampliando o alcance da mensagem de igualdade e justiça económica.



O projecto culminou com a abertura do primeiro escritório físico da Inclusão, criando um espaço próprio de trabalho e atendimento, e com a adesão ao programa NORAD 2025–2029, que garante financiamento e acompanhamento técnico a médio prazo — passos decisivos para a sustentabilidade institucional e a consolidação da organização como referência nacional em empreendedorismo inclusivo.

Mudanças significativas e impacto comunitário

A nível programático, com o suporte técnico do CESC, a Inclusão aprimorou os seus processos de planeamento, monitoria e avaliação, passando a utilizar ferramentas como o quadro lógico e o sistema DHIS para acompanhamento de resultados. As reuniões semanais com o CESC foram decisivas para consolidar metodologias de gestão baseadas em evidências e melhorar a qualidade dos relatórios e indicadores.

O projeto “Empreender com orgulho” também impulsionou uma nova abordagem programática centrada no empoderamento económico e na diversidade, posicionando a Inclusão como referência nacional na integração da dimensão LGBTQIA+ no desenvolvimento juvenil.

⁹⁹ Empreendedora participante dos ciclos de “*Café network*”

“Com o IGUAL aprendemos a medir o impacto das nossas ações e a planejar com rigor. Hoje, somos mais do que activistas, somos gestores de mudança.”¹⁰⁰

A nível institucional, a Inclusão conseguiu abrir o primeiro escritório físico, após anos de funcionamento em modo online. Esse espaço tornou-se um ponto de encontro, formação e acolhimento para jovens e parceiros, simbolizando a transição de uma estrutura voluntária para uma organização consolidada e com presença pública. Além disso, a organização reforçou a sua equipa técnica, integrando um Oficial de Administração e Finanças e uma estagiária da mesma área, profissionalizando a gestão e assegurando a continuidade operacional.

“Ter um escritório próprio é mais do que um espaço físico. É o símbolo da nossa legitimidade e do reconhecimento da causa LGBTQIA+.”¹⁰¹

A nível financeiro, o apoio do CESC/IGUAL foi determinante para a implementação de padrões de gestão financeira transparentes e rigorosos. A Inclusão passou a adoptar os modelos de orçamento, monitoria orçamental e relatório financeiro do CESC, aplicando-os a todos os seus projectos. Com as mentorias técnicas do CESC, a organização estruturou um sistema de prestação de contas padronizado, baseado num *checklist* que cobre todo o ciclo financeiro, desde os Termos de Referência até ao relatório final.

“Hoje, cada despesa é planeada, justificada e arquivada. Este rigor permitiu-nos ganhar a confiança de novos doadores.”¹⁰²

A nível das políticas e práticas públicas, o projeto contribuiu para um avanço simbólico no diálogo entre o movimento LGBTQIA+ e o Estado. Pela primeira vez, instituições como o Instituto Nacional de Emprego (INEP), o Balcão de Atendimento Único (BAU) e o Conselho Municipal de Maputo participaram em espaços de debate sobre inclusão económica e diversidade, reconhecendo publicamente a relevância da temática. Embora o posicionamento governamental ainda seja ambíguo, esta abertura representa um passo histórico no reconhecimento da agenda LGBTQIA+ como parte do desenvolvimento nacional.

A nível das instituições parceiras, a Inclusão tornou-se membro do programa NORAD “Sociedade Civil pela Redução das Desigualdades” (2025–2029) e atraiu novos financiadores como a Ajuda Popular da Noruega (APN). Este reconhecimento internacional resulta directamente do fortalecimento institucional promovido pelo IGUAL, que deu à organização ferramentas de gestão, comunicação e credibilidade.

“Com o IGUAL, ganhámos não apenas competências, mas visibilidade e confiança. Hoje somos vistos como parceiros estratégicos.”¹⁰³

A nível dos beneficiários, o impacto foi transformador. Os ciclos de “*café network*” criaram espaços seguros de diálogo e partilha, onde 279 pessoas LGBTQIA+ e aliadas debateram estratégias de superação económica. Os 67 empreendedores formados desenvolveram planos de negócio com enfoque inclusivo, e 10 negócios foram acelerados, recebendo mentoria, apoio técnico e visibilidade.

¹⁰⁰ Abacar Bacar, Gestor de projecto, Inclusão

¹⁰¹ Anésio Manhiça, Director Executivo da Inclusão

¹⁰² Eugénio Gazene, Oficial de Finanças da Inclusão

¹⁰³ Anésio Manhiça, Director Executivo da Inclusão

Lições aprendidas

- A inclusão começa pela convivência — integrar jovens LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ em espaços comuns amplia empatia e reduz preconceitos.
- O empoderamento económico é um catalisador de direitos humanos. Quando jovens geram renda, ganham voz e poder de decisão.
- A sustentabilidade exige inovação. A incubadora de negócios mostrou que ideias inclusivas podem ser economicamente viáveis.
- Os fundos de curto prazo limitam a transformação, mas podem gerar bases sólidas quando aliados a mentorias e aceleração.
- A credibilidade nasce da transparência e da prestação de contas. O rigor financeiro fortaleceu a confiança e atraiu novos parceiros.

Impacto

O projeto “Empreender com orgulho” transformou-se num marco na história da inclusão económica LGBTQIA+ em Moçambique.

Ao capacitar jovens empreendedores, criar redes de apoio e fomentar negócios sustentáveis, a Inclusão não apenas empoderou indivíduos, como também criou uma nova geração de líderes que associam orgulho, dignidade e competência económica.

Para o futuro, a organização planeia:

- Expandir a “Incubadora de negócios LGBTQIA+” para outras províncias;
- Consolidar o programa “*Café Network*” como espaço permanente de formação e mentoria;
- Criar um fundo rotativo de microfinanciamento inclusivo;
- Desenvolver campanhas públicas sobre diversidade e economia criativa;
- Estabelecer uma plataforma digital de negócios inclusivos.

5. CONCLUSÃO

Programa IGUAL

A leitura transversal das 16 histórias de sucesso evidencia a riqueza e diversidade das intervenções apoiadas pelo programa IGUAL, mas também revela dinâmicas distintas entre parceiros nacionais e parceiros locais. Esta análise permite compreender não apenas os resultados alcançados, mas também as sinergias, complementaridades, *trade-offs*

e assimetrias que marcaram a execução. Em síntese, o IGUAL funcionou como um ecossistema de mudança: Quem estava mais perto das comunidades gerou evidências e resultados imediatos; quem operava no plano nacional transformou essas evidências em influência política e mudança institucional.

Iniciativas Juvenis

A leitura transversal das 17 histórias de sucesso das Iniciativas Juvenis revela uma notável diversidade de contextos, abordagens e resultados, demonstrando como o investimento em juventude se traduz em inovação social, impacto comunitário e fortalecimento institucional. Mais do que simples beneficiárias de subvenções, as 17 associações tornaram-se actores estratégicos no ecossistema do programa, articulando acção local e influência nacional, e contribuindo para a produção de evidências, a defesa de direitos e a transformação de normas sociais.

A análise comparativa entre parceiros nacionais e associações juvenis locais evidencia uma dinâmica de interdependência produtiva, em que cada nível desempenhou um papel essencial para a consolidação dos resultados: As organizações nacionais influenciaram políticas e criaram espaços institucionais de protecção; as associações juvenis produziram resultados imediatos, tangíveis e replicáveis nas comunidades, alimentando o ciclo de aprendizagem e incidência do programa.

6. IMPACTO IMEDIATO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Programa IGUAL

Os parceiros nacionais — CIP, IESE, IMD, MISA Moçambique, Observatório das Mulheres, LAMBDA, Livaningo, ROSC e CDD — receberam níveis mais elevados de financiamento e assumiram um papel central na produção de conhecimento técnico, advocacia e incidência política.

- Produção e circulação de evidência: Relatórios, pareceres jurídicos e análises comparativas chegaram ao Parlamento, ministérios, órgãos de comunicação social e academia, estruturando o debate público e qualificando decisões sobre descentralização, participação democrática, igualdade de género, liberdade de imprensa e protecção de defensores de direitos humanos, incluindo jornalistas;
- Protecção e visibilidade internacional: Em contextos de maior risco (períodos eleitorais, repressão digital, ameaças a activistas), MISA e CDD ampliaram a visibilidade internacional das violações, o que funcionou como barreira de contenção e mecanismo de protecção.
- Janelas de oportunidade: CIP transformou dados e narrativas locais em propostas de política e alertas públicos com impacto em agendas legislativas e regulatórias; o Observatório das Mulheres introduziu enfoque de género em debates orçamentais e programáticos; LAMBDA abriu espaços institucionais para práticas inclusivas em saúde e educação; o IMD reforçou confiança interpartidária e a monitoria cidadã.

Mais do que alimentar debates, estas contribuições influenciaram directamente processos legislativos. O Observatório das Mulheres e a AMPDC apresentaram dados e pareceres que sustentaram propostas de revisão da Lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher, incluindo a defesa da criação do feminicídio como categoria legal distinta. O CIP e o IESE tiveram papel de relevo na discussão da legislação sobre descentralização e órgãos locais, enquanto o CDD e o MISA Moçambique intervieram em propostas sobre a protecção de defensores de direitos humanos e a liberdade de imprensa.

Iniciativas Juvenis

As Iniciativas Juvenis e parceiros locais — como Ukhavihera, AMEC, AMPDC, PROMURA, CeUrbe, FACE, AGS, AVS, AgroFarm, B4Foundation, Hakuna Matata, AJFS, Sumburero, Inclusão, CRIARTE e AMJIGE — revelaram

a força do protagonismo jovem como motor de inovação e de mudança social. Com menos financiamento, mas com uma presença activa no terreno, estas organizações mostraram uma impressionante capacidade de transformar recursos limitados em resultados concretos, visíveis e de alto impacto comunitário.

Estas associações dinamizaram clubes juvenis, observatórios cívicos, feiras de inovação, *hackathons*, cooperativas e centros de formação, promovendo o acesso à informação, o empreendedorismo, a igualdade de género e a cidadania digital. Nos distritos e municípios, criaram espaços de participação inéditos para jovens e mulheres, contribuindo para a redução de uniões prematuras, o aumento da participação feminina em conselhos consultivos, o fortalecimento de negócios locais e a criação de empregos dignos.

Estas iniciativas demonstraram que a juventude moçambicana, quando apoiada com recursos, acompanhamento técnico e liberdade criativa, é capaz de gerar soluções eficazes, sustentáveis e transformadoras, que fortalecem simultaneamente a democracia e o desenvolvimento local.

7. LIÇÕES DE TRABALHO EM REDE

Programa IGUAL

Uma das lições mais fortes do IGUAL foi que o trabalho em rede não se decreta. Apesar das tentativas iniciais de induzir parcerias entre organizações, só quando os parceiros locais reconheceram zonas comuns de intersecção entre as suas actividades é que a colaboração começou a ser orgânica e produtiva.

Esse movimento espontâneo resultou em sinergias concretas: A PROMURA e o ROSC partilharam metodologias de sensibilização comunitária; a AMPDC articulou com o CeUrbe para monitorar violência contra mulheres nas eleições; a AMEC e a Livaningo reforçaram a governação participativa ligando recursos naturais e participação juvenil. Estes exemplos mostram que, quando os próprios parceiros percebem a sua importância estratégica e funcionalidade dentro de uma rede, passam a engajar-se de forma genuína e colaborativa.

O IGUAL tornou-se assim exemplo de que o trabalho em rede só funciona quando é apropriado pelos próprios actores. A interdependência entre parceiros locais e nacionais ganhou consistência porque deixou de ser uma exigência do programa e passou a ser uma escolha consciente das organizações, baseada em objectivos partilhados e benefícios mútuos.

Iniciativas Juvenis

Uma das lições mais valiosas do Programa IGUAL foi que o trabalho em rede não se impõe — constrói-se pela prática e pela confiança. As Iniciativas Juvenis protagonizaram o exemplo mais concreto desta aprendizagem. A partir de 2025, começaram a colaborar espontaneamente entre si, identificando sinergias e zonas de intersecção entre as suas acções.

Estas dinâmicas revelaram que a colaboração voluntária, quando nascida da necessidade e da afinidade, produz resultados mais sólidos do que a cooperação induzida por exigência programática. O IGUAL tornou-se, assim, um laboratório vivo de aprendizagem em rede, onde a interdependência entre níveis local e nacional passou a ser uma escolha estratégica, e não apenas uma obrigação contratual.

8. RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Programa IGUAL

- **Equilibrar o financiamento** - Aumentar a dotação e a previsibilidade de recursos para OSC locais e redes provinciais, incluindo fundos flexíveis para custos de mediação, mobilização e protecção. O equilíbrio orçamental deve reflectir a centralidade das evidências locais na agenda nacional.
- **Mecanismos formais de sinergia** - Criar canais estruturados (calendário trimestral) de partilha de evidências entre locais e nacionais; repositório comum de dados e casos; protocolos rápidos de coautoria (relatórios, briefings) para evitar apropriação assimétrica e assegurar crédito a quem gera prova no terreno.
- **Segurança e salvaguardas** - Financiar protocolos de segurança (jurídica, digital e física) para jornalistas, defensores e activistas locais; prever apoio psicossocial em contextos de violência, VBG e repressão.
- **Devolução política e territorialização** - Garantir que resultados nacionais voltam ao território como políticas aplicadas: Circulares, memorandos com governos distritais/autárquicos, formação de funcionários locais e planos de implementação com orçamento.
- **Fortalecimento institucional equilibrado** - Além da capacitação técnica dos nacionais, investir no núcleo administrativo-financeiro das OSC locais (contabilidade, *compliance* e angariação de fundos), reduzindo a dependência e aumentando longevidade organizacional.
- **Comunicação estratégica em duas vias** - Manter a narrativa pública integrada: Histórias do terreno amplificadas por media nacionais; análises nacionais “traduzidas” para linguagem comunitária (rádios locais e encontros de devolução), consolidando confiança e *accountability*.
- **Integração e aprendizagem em rede** - Valorizar o trabalho colectivo como catalisador de mudanças estruturais. Incentivar os parceiros a partilhar metodologias, construir agendas conjuntas e documentar boas práticas fortalece a consciência da importância das redes e promove impactos mais consistentes tanto a nível comunitário como institucional.

Iniciativas Juvenis

- **Equilibrar o financiamento** – Aumentar a previsibilidade e a dotação de recursos para as organizações locais e iniciativas de jovens, incluindo fundos flexíveis para custos de mobilização, mediação e protecção.
- **Institucionalizar a sinergia** – Criar canais formais e regulares de partilha de evidências entre parceiros locais e nacionais, garantindo co-autoria em relatórios e reconhecimento equitativo das contribuições.
- **Reforçar salvaguardas e segurança** – Financiar protocolos de segurança jurídica, digital e física para jornalistas, activistas e jovens líderes, assegurando também apoio psicossocial.
- **Devolução política e territorialização** – Assegurar que resultados de incidência nacional regressam ao território como políticas aplicadas, circulares, memorandos e planos de acção locais.
- **Fortalecer capacidades institucionais** – Apoiar o desenvolvimento administrativo e financeiro das IJ, promovendo sustentabilidade, transparência e autonomia.
- **Comunicação estratégica de duas vias** – Ampliar a difusão pública de resultados: histórias e testemunhos locais devem ser narrados nos media nacionais, enquanto decisões políticas devem ser traduzidas em linguagem acessível às comunidades.
- **Aprendizagem em rede** – Estimular a partilha contínua de metodologias, experiências e resultados entre IJ e parceiros nacionais, consolidando uma comunidade de prática permanente.

O IGUAL demonstrou que mudanças estruturais só se consolidam quando assentes em duas vertentes complementares: A prova viva nas comunidades e a incidência qualificada nas instituições.

O próximo ciclo deve, por isso, redistribuir recursos e visibilidade ao nível local, fortalecer o trabalho em rede entre organizações, formalizar os mecanismos de ligação com o nível nacional e blindar o espaço cívico. Só assim será possível assegurar que cada evidência comunitária se transforma em política pública aplicada, e que cada política

aplicada devolve confiança, legitimidade e cidadania às comunidades, onde o processo de mudança verdadeiramente começa.